

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
CAMPUS PATO BRANCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

JULIANE PRESLAK

**GÊNERO E A REPRESENTAÇÃO DE MULHERES EM CONSELHOS MUNICIPAIS
DE PATO BRANCO - PARANÁ**

DISSERTAÇÃO

**PATO BRANCO
2018**

JULIANE PRESLAK

**GÊNERO E A REPRESENTAÇÃO DE MULHERES EM CONSELHOS MUNICIPAIS
DE PATO BRANCO - PARANÁ**

DISSERTAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Dra. Norma Kiyota.

Coorientadora: Dra. Josiane Carine Wedig.

PATO BRANCO

2018

P934g Preslak , Juliane.
Gênero e a representação de mulheres em conselhos municipais de
Pato Branco - Paraná / Juliane Preslak. – 2018.
126 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Profa. Dra. Norma Kiyota
Coorientadora: Profa. Dra. Josiane Carine Wedig
Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Pato Branco,
PR, 2018.
Bibliografia: f. 113- 128.

1. Mulheres. 2. Identidade de gênero. 3. Conselhos de cidades. I. Kiyota,
Norma, orient. II. Wedig, Josiane Carine, coorient. III. Universidade
Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Regional. IV. Título.

CDD 22. ed. 330



TERMO DE APROVAÇÃO DE DISSERTAÇÃO Nº 136

A Dissertação de Mestrado intitulada **Gênero e a representação de mulheres em conselhos municipais de Pato Branco - Paraná**, defendida em sessão pública pela candidata **Juliane Preslak**, no dia 06 de julho de 2018, foi julgada para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional, área de concentração Desenvolvimento Regional Sustentável, e aprovada em sua forma final, pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional.

BANCA EXAMINADORA:

Drª Norma Kiyota - Presidente - IAPAR

Profª Drª Andréia Orsato - IFSul

Profª Drª Hieda Maria Pagliosa Corona – UTFPR

A via original deste documento encontra-se arquivada na Secretaria do Programa, contendo a assinatura da Coordenação após a entrega da versão corrigida do trabalho.

Pato Branco, 31 de outubro de 2018.

Carimbo e Assinatura do(a) Coordenador(a) do Programa

À memória de meu pai, Wladimir Preslak.

À minha família.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela bolsa de estudos concedida pelo período de abril de 2016 a março de 2018, possibilitando o desenvolvimento desta pesquisa. Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, na figura de todas as suas e seus docentes, a todas as funcionárias e os funcionários que me ofereceram a possibilidade de avançar na reflexividade da vida política e na construção da vida acadêmica.

À Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Pato Branco, pela oportunidade de cursar o mestrado em uma universidade pública, federal e de qualidade, onde obtive toda a minha graduação. À minha mãe Liane Santa Catarina, à minha avó materna Leci Terezinha Bortoli Santa Catarina, à minha tia materna Elenice Bortoli Santa Catarina e às demais mulheres guerreiras deste clã, as quais oportunizaram financeira e emocionalmente a conclusão de outra etapa de meus estudos e, sobretudo, pelo carinho, amor e força que sempre me disponibilizaram.

Ao meu inspirador acadêmico, preceptor político e, principalmente, paciente amigo, Raffael Cantu, com quem tive a honra e o privilégio de desenvolver atividades legislativas, de conhecer o movimento estudantil e o mundo político partidário, que incentivou e orientou meu ingresso neste mestrado.

Quero prestar um reconhecimento especial a prof. Dra. Norma Kiyota e a prof. Dra. Josiane Carine Wedig, orientadora e coorientadora respectivamente, que com suas capacidades intelectuais, crítica e sensibilidade, me guiaram durante a realização desta pesquisa, contribuindo expressivamente para meu ingresso no universo acadêmico e enriquecendo não apenas o profissional, mas também o pessoal. Sinto-me grata também pelas inúmeras bibliografias indicadas, pelos empréstimos de livros, pelas horas de conversa, e por todo o apoio que me dispensaram nestes dois anos de intensas dificuldades emocionais, materiais e acadêmicas, por não desistirem de mim, mesmo quando aparentemente, eu não reagiria.

Agradeço imensamente a Dra. Hieda Maria Pagliosa Corona e a Dra. Andréia Orsato, por integrarem a banca de avaliação desta pesquisa, que com suas considerações e sugestões contribuíram significativamente para o prosseguimento e conclusão deste trabalho. À Secretaria Municipal de Agricultura e à Secretaria

Municipal de Assistência Social, por disponibilizarem a documentação do COMSEA e do CMDR para análise. Às representantes da sociedade civil, que compreendendo a importância do tema em estudo, se disponibilizaram para as entrevistas.

Ao Jean Filipe Favaro e a Renata Borges Kempf, presentes que a vida trouxe para mim durante o "furacão" do mestrado: nos momentos festivos, mas especialmente nos momentos delicados. Foram as suas amizades, generosidade e acolhimento, que alavancaram o desenvolvimento e a conclusão deste sonho. Bem como, nutriram minha esperança por dias acadêmicos, políticos e pessoais melhores. Aos colegas da melhor Sétima Turma do PPGDR, com que convivi no período acadêmico, aprofundando o debate político e cultural, os quais muito contribuíram para minha formação profissional e pessoal.

Como recomeçar? Pela aceitação das seguintes ideias: Primeiro, o mundo diversificou-se, e a diversidade instalou-se no interior de cada país. A compreensão do mundo é muito mais ampla do que a compreensão ocidental do mundo; não há internacionalismo sem interculturalismo. Segundo, o capitalismo concebe a democracia como um instrumento de acumulação; se for preciso, ele a reduz à irrelevância e, se encontrar outro instrumento mais eficiente, dispensa-o (caso da China). A defesa da democracia de alta intensidade é a grande bandeira das esquerdas. Terceiro, o capitalismo é amoral e não entende o conceito de dignidade humana; a defesa desta é uma luta contra o capitalismo, nunca com o capitalismo (no capitalismo, mesmo as esmolas só existem como relações públicas). Quarto, a experiência do mundo mostra que há imensas realidades não capitalistas, guiadas pela reciprocidade e pelo cooperativismo, à espera de ser valorizada como o futuro dentro do presente. Quinto, o século passado revelou que a relação dos humanos com a natureza é uma relação de dominação contra a qual há que lutar; o crescimento econômico não é infinito. Sexto, a propriedade privada só é um bem social se for uma entre várias formas de propriedade e se todas forem protegidas; há bens comuns da humanidade (como a água e o ar). Sétimo, o curto século das esquerdas foi suficiente para criar um espírito igualitário que sobressai em todos os inquéritos; esse é um patrimônio das esquerdas que elas têm dilapidado. Oitavo, o capitalismo precisa de outras formas de dominação para florescer, do racismo ao sexismo e à guerra, e todas devem ser combatidas. Nono, o Estado é um animal estranho – meio anjo, meio monstro -, mas, sem ele, muitos outros monstros andariam à solta, insaciáveis à cata de anjos indefesos. Melhor Estado, sempre; menos Estado, nunca (SOUSA SANTOS, 2016, p. 174).

PRESLAK, Juliane. Gênero e a representação de mulheres em conselhos municipais de Pato Branco – Paraná. 2018. 135 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco. 2018.

RESUMO

Este estudo de caso busca analisar a interação entre gênero e conselhos municipais, com o intuito de averiguar se a percepção de gênero das representantes da sociedade civil se reflete na presença ou ausência de propostas junto aos conselhos municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR) e de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA), no município de Pato Branco, Paraná, na gestão de 2015 a 2017. Tais conselhos foram selecionados em razão da coleta de dados exploratória cujo o foco foi a distribuição representativa de mulheres nos conselhos do município, tendo o COMSEA a maioria de representantes mulheres e o CMDR a minoria de representantes mulheres. Não por coincidência, as pautas desses conselhos estão relacionadas aos alimentos em termos de produção, acesso e consumo, ficando nítida a divisão sexual do trabalho nestas atividades. Ademais, o debate teórico dá-se a partir das complexas relações do mundo moderno, e as opressões vivenciadas pelas mulheres, bem como, a hierarquização e disparidades entre os sexos, as classes, os saberes e os povos, que são entendidas como parte de uma mesma matriz eurocêntrica, desencaixados de seus territórios originais (europeus) e distribuídos em todo o globo, radicalizados pelo processo da globalização. Diante deste quadro, os conselhos emergem como agentes que promovem a participação e a representação das mulheres na política institucional. Assim, pode-se afirmar que na trajetória das conselheiras não houve constatação de vinculação às bandeiras de lutas feministas. Contudo, o fato das representantes da sociedade civil se tratarem de mulheres, permitiu conectar as discussões que demonstram os conselhos como flexíveis à abertura para participação e representação das mulheres, mesmo que os interesses das pautas vinculadas diretamente às mulheres sejam negligenciadas e ignoradas, já que a maioria das conselheiras não estão cientes da estrutura patriarcal que circunda a participação das mesmas na política institucionalizada. E é justamente esta rasa percepção sobre gênero e condição social das mulheres, atrelada a baixa representatividade e formação das representantes, que resulta na ausência de pautas atreladas às mulheres em ambos os conselhos.

Palavras-chave: Mulheres. Gênero. Representação. Conselhos Municipais.

PRESLAK, Juliane. Gender and the representation of women in county councils of Pato Branco – Paraná. 2018. 135 p. Dissertation (Master's degree in Regional Development) – Regional Development Post Graduation Program, Federal Technological University of Paraná. Pato Branco. 2018.

ABSTRACT

This case study seeks to analyze the interaction between gender and county councils, in order to determine if the gender perception of representatives of civil society is reflected in the presence or absence of proposals with the county councils of Rural Development (CMDR) and Food and Nutrition Security (COMSEA), in the municipality of Pato Branco, Paraná, in the management from 2015 to 2017. These councils were selected because of the exploratory data collection focused on the representative distribution of women in the councils of the municipality, with COMSEA majority of women representatives and the CMDR the minority of women representatives. Not coincidentally, the guidelines of these councils are related to food in terms of production, access and consumption, and the sexual division of labor in these activities becomes clear. In addition, the theoretical debate is based on the complex relations of the modern world and the oppressions experienced by women, as well as the hierarchy and disparities between the sexes, classes, knowledge and peoples, which are understood as part of the same Eurocentric matrix, disembodied from their original (European) territories and distributed throughout the globe, radicalized by the process of globalization. In this context, councils emerge as agents that promote the participation and representation of women in institutional politics. Thus, it can be affirmed that in the trajectory of the counselors there was no finding of connection with the feminist struggle flags. However, the fact that representatives of civil society are women, has made it possible to connect the discussions that demonstrate the councils as flexible to openness to participation and representation of women, even if the interests of women's rights are neglected and ignored, since most of the councilors are not aware of the patriarchal structure that surrounds their participation in institutionalized politics. And it is precisely this shallow perception about gender and social status of women, coupled with the low representativeness and training of the representatives, which results in the absence of women-related roles in both councils.

Keywords: Women. Gender. Representation. County Councils.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização da cidade de Pato Branco no mapa do estado do Paraná.....20

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Nível rendimento habitual de todos os trabalhos – por sexo.....	64
Quadro 2 – Participação das mulheres nos cargos ministeriais e na câmara de deputados do Brasil.....	66
Quadro 3 – Mulheres representantes da sociedade civil no CMDR de Pato Branco-PR.....	80
Quadro 4 – Mulheres representantes da sociedade civil no COMSEA de Pato Branco-PR.....	93

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ARIAS - Associação dos Revendedores de Insumos Agrícolas do Sudoeste do Paraná

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

CAISAN - Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAR - Cadastro Ambiental Rural

CMDM - Conselho Municipal dos Direitos Humanos da Mulher

CMDR - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural

COMSEA - Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

CRFB - Constituição da República Federativa do Brasil

COOPERTRADIÇÃO - Cooperativa Agropecuária Tradição

CRESOL - Sistema das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária

DAP - Declarações de Aptidão ao PRONAF

DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequada

EMATER - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural

EXPOPATO - Exposição Feira Agropecuária Industrial e Comercial de Pato Branco

FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná

FETAEP- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná

FLACSO - Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPU - Inter-Parliamentary Union

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONG - Organização Não Governamental

ONU Mulheres - Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres

OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PCdoB - Partido Comunista do Brasil
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PFC - Projeto Flor do Campo
PIB - Produto Interno Bruto
PLANSAN - Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNPS - Política Nacional de Participação Social
PNSAN - Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PR - Partido da República
PRB - Partido Republicano Brasileiro
PRODEAGRI - Programa de Desenvolvimento da Agricultura
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSB - Partido Socialista Brasileiro
PSC - Partido Social Cristão
PT - Partido dos Trabalhadores
PTC - Partido Trabalhista Cristão
PTN - Partido Trabalhista Nacional
SECPB - Sindicato dos Empregados no Comércio de Pato Branco
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SICOOB - Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SNPS - Sistema Nacional de Participação Social
SPM - Secretaria de Políticas para Mulheres

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
1. INTRODUÇÃO	20
2. ESTADO E DEMOCRACIA.....	30
2.1. O Campo Político e o Poder Simbólico	42
2.2. A Democracia Representativa e os Conselhos Municipais.....	46
3. GÊNERO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE	54
3.1. As Relações de Gênero e a Divisão entre o Espaço Público e o Privado	56
3.2. A Sub-Representação das Mulheres na Democracia	62
4. OS CONSELHOS MUNICIPAIS ESTUDADOS	73
4.1. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.....	73
4.1.1 Trajetória Política das Conselheiras	79
4.2. Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional	87
4.2.1. Perfil e Trajetória Política das Conselheiras	93
4.3. Olhares Cruzados Sobre as Representantes do COMSEA e do CMDR	102
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS.....	113
ANEXO I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) E TERMO DE CONSENTIMENTO PARA USO DE IMAGEM E SOM DE VOZ (TCUISV).....	129
ANEXO II - CARTA DE APRESENTAÇÃO	133

APRESENTAÇÃO

A mulher casada, a mãe que é operária, sua sangue para cumprir com três tarefas que pesam ao mesmo tempo sobre ela: dispor das horas necessárias para o trabalho, o mesmo faz seu marido, em alguma indústria ou estabelecimento comercial; dedicar-se depois, da melhor forma possível aos afazeres domésticos e, por último, cuidar dos filhos. O capitalismo colocou sobre os ombros da mulher trabalhadora um peso que a esmaga; converteu-a em operária, sem aliviá-la de seus cuidados de dona de casa e mãe. Os cuidados e as preocupações sempre foram o destino da mulher; porém sua vida nunca foi mais desgraçada, mais desesperada que sob o sistema capitalista, logo quando a indústria atravessa um período de máxima expansão (KOLLONTAI, 1920, p.9).

Foi neste contexto que minhas antepassadas criaram suas filhas e seus filhos, sustentaram a família e, de algum modo, mantiveram relativa saúde mental. Várias gerações de mulheres, guerreiras da vida, endurecidas pelo contexto, abrindo mão da própria identidade para dar a melhor educação possível e o sustento de cada dia às suas crianças.

Ao observar e compreender as minhas relações familiares, a trajetória de minhas avós e avôs, de minha mãe e de meu pai, construo um universo socialmente estruturado que explica de onde venho e quem sou. Neste sentido, Morin (2005; 2010) aponta que a personalidade e subjetividades das pesquisadoras e pesquisadores são latentes em suas pesquisas, pois retratam a si mesmos a partir das circunstâncias intelectuais, históricas, sociológicas e culturais que arrastam consigo, as quais podem se justapor aos resultados das pesquisas na perspectiva das emoções, necessidades e anseios que influenciam em diferentes escalas a opção dos mesmos para investigarem e analisarem determinados assuntos. Assim, justifico este relato com explicações concernentes a minha trajetória, mesclando os domínios da vida particular, acadêmica e política, que aglutinam os elementos básicos fomentadores de meu interesse na investigação que é relatada nas páginas a seguir.

Minha avó materna Leci, recebeu uma máquina de costura e uma porção de terra muito menor que seus irmãos homens quando se casou com meu avô – como praticamente toda mulher camponesa da região sul do Brasil – e sujeitou-se a diversas violências ao lado dele para sustentar os filhos desta união. A rigidez do papel social imposto às mulheres, a tutela dos homens (pai, irmãos, maridos) sobre estas, associadas às transformações dos papéis sociais por meio da modernidade e

do liberalismo, resultaram em maior pobreza para as mulheres que para os homens e, como “bônus”, a consequente submissão que a miséria impõe à sobrevivência.

Friso que a injusta distribuição de terras as minhas antepassadas, conferiu aos homens o poder do dinheiro, das decisões e da vida pública e a elas, a subserviência, a reprodução, a manutenção doméstica e o espaço privado. Sendo-me evidente toda a construção social em torno da terra e da família, que se foi harmoniosa em algum ponto da história humana; certamente resultou em relações desproporcionais de poder entre homens e mulheres e não cabe mais ao tempo presente.

Em meu núcleo familiar, o direito de manifestação, de expressão, de questionamento, sempre foi negado. O que eu pensava não era importante. Lembrome de uma determinada vez, questionar o motivo de ser castigada e ouvir de meu pai: “nesta casa sou o conselho tutelar, sou o delegado, sou o general, sou o juiz do supremo tribunal federal e você deve me obedecer, seja por bem, seja por mal”. Ironicamente, assim iniciou meu entendimento sobre o poder político, o Estado e como este se sustenta. Obviamente, mais tarde, o entendimento foi ampliado, incrementado e contextualizado: sou filha de um policial militar nascido nos primeiros anos do Regime Militar no Brasil. Nesse sentido, é que se compreende, como, nos termos de Bourdieu (1991), as relações do macrocampo se reproduzem no microcampo. Nasci e cresci no interior do estado do Paraná, em uma região predominantemente branca, de descendentes de imigrantes italianos e alemães, de cultura conservadora e papéis sociais muito bem definidos. Ademais, acrescento que recebi uma educação cristã neopentecostal. Absolutamente todas essas experiências, moldaram minha percepção sobre política e gênero; sendo-me notória a violência material e simbólica na doutrinação e dominação dos corpos.

Eu que vim a este mundo, menina, teria que brincar de boneca, usar vestido, não me sujar e estar sempre linda de trança no cabelo e laço de fita cor de rosa. Menina cresce e casa, torna-se mãe, trabalha no lar e cuida dos filhos, respeita seu esposo e seu Deus, que não por acaso, é homem. Já ao meu primo, tudo era permitido e incentivado. Ele, menino, nasceu para o público, para ser guerreiro, para ser vencedor, para impor e submeter o mundo aos seus desejos. O que existia de tão diferente entre nós para que ele tivesse direito a vida pública e eu não?

Aos 17 anos de idade, iniciei bacharelado em administração, consegui trabalho com facilidade e pude obter certa independência financeira para iniciar uma

nova vida. Entretanto, não me realizei profissionalmente, muito menos financeiramente. Sentia-me constantemente descartável diante da concepção do patronato “não te contratei para pensar, te contratei porque você é bonita”. Sempre cumpri horários, processos e procedimentos, mas nada disso ampliava meu campo de atuação ou remuneração. Afinal eu estava em um ambiente dito pertencente aos administradores homens: a logística. A graduação e o mercado de trabalho me ensinaram a deixar os problemas de ordem pessoal em casa, ser produtiva e obediente sob quaisquer circunstâncias, deixar no privado meus sentimentos, intelectualidade e questionamentos e, apresentar comportamento padrão de feminilidade, doçura e obediência em público.

Em casa e na igreja me ensinaram como eu deveria me comportar publicamente, o que falar e o que não falar, o que sentir e o que não sentir. A vida, por sua vez, me ensinou que a subjugação à tais normativas é impossível para todo ser humano disposto a usufruir de suas liberdades de ser e existir independente de gênero.

Sendo a administração uma das principais áreas profissionais emergentes da modernidade, é patente o estímulo à separação do público e do privado, do profissional e do pessoal, afinal, se nas minhas condições e complexidades eu buscar existir no ambiente empresarial, diz-se que a produtividade e o lucro sobre meu trabalho sejam menores. Contudo, também houveram atividades no período da graduação que me proporcionaram a ampliação da percepção de mundo, como as aulas de sociologia e a convivência com o movimento estudantil, que me permitiram criar diversas outras conexões de orientação de cunho político e ideológico.

O olhar para a estrutura social associado às experiências que vivi no processo de reconstrução de meu ser, combinou com as explicações oriundas das ciências sociais e humanas a respeito das relações de poder que me construíram. O movimento estudantil me conduziu ao movimento social de mulheres, de trabalhadores, contato e filiação político partidária, a candidatura política para vereadora, a representação das demandas populares em conselhos municipais. Carrego a certeza de que sem a universidade e os movimentos sociais, minha vida não teria o mesmo rumo, significado, compreensão, empatia e humanização que hoje tenho.

A vida pessoal de cada pesquisadora e pesquisador estão inclusas em sua vida profissional e olhar acadêmico. Falar sobre si, nestes termos, é na verdade, um

enorme e desafiador gesto de honestidade e humanização da ciência, especialmente, sobre como nasce o interesse pelo foco do estudo. Ademais, não falar sobre si, está fortemente atrelado à discussão do público e do privado, o que é permitido expor no ambiente público e o que deve ser mantido no ambiente privado.

O mundo novo para mim – esse de resistência, de luta, de conhecimentos e saberes diferentes da realidade militar e cristã, e de construção da sociedade almejada – deu vazão, sentido, significante e significado à minha vida. E, nesta efervescência de sentimentos, é que surge o desejo por estudar e compreender melhor a política, as relações de gênero, as dores e os anseios de uma sociedade tão plural, que apesar de saber sua origem, seu passado e seu presente, se permite permanecer colonizada e oprimida dia após dia. É por meio deste desejo por transformar minha vida, por estudar e poder, mesmo que minimamente, modificar minha realidade, que chego a este mestrado e a esta pesquisa.

A exposição de minha trajetória com o relato de detalhes subjetivos, viabiliza a flexibilização dos rígidos ditames que estruturam a produção científica acadêmica hegemônica, conduzindo também a reflexão de que a neutralidade ideológica das pesquisadoras e pesquisadores deve ser questionada. As oposições dicotômicas entre os compartimentos de existência são desmantelados e ressignificados, abrindo a possibilidade de as dimensões da vida privada serem anunciadas publicamente por um veículo de informações vinculado às estruturas hegemônicas do mundo moderno globalizado. Nos termos de Lander (2007, p.226):

A ciência positiva postula a existência de um sujeito abstrato (lata), capaz de conhecimento objetivo e universal. Na verdade, trata-se de um dispositivo epistemológico através do qual o sujeito é escondido do conhecimento dominante do mundo colonial-moderno; um sujeito europeu, branco, homem, classe alta e, pelo menos em sua apresentação pública, heterossexual. Todos os "outros" (mulheres, negros, índios, não-europeus) são convertidos, através deste dispositivo, em objetos de conhecimento, em não-sujeitos, em seres incapazes de criar um conhecimento válido. (tradução nossa).

Assim, me posiciono apontando que existem íntimas correlações entre os postulados da ciência hegemônica, que é perpetuada pelas instituições modernas. Tais como as universidades em geral, com as características que se denunciam anteriormente como preciosas e motivadoras da minha luta política e pessoal, que evocam o direito, a liberdade e a necessidade do trânsito e diálogo entre as

dimensões do público e do privado, que foi e é negado a todos aqueles e aquelas que não se adequam aos padrões normativos eurocentrados.

1. INTRODUÇÃO

O município de Pato Branco está localizado na região Sudoeste do estado do Paraná (Figura 01) e devido à política de colonização do governo federal. A partir do ano de 1919, os colonizadores oriundos dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, se estabeleceram em áreas já ocupadas por indígenas, mas que eram consideradas como “vazios demográficos”.

Em 1947 Pato Branco, se tornou um distrito, sendo elevada à categoria de município, no ano de 1952. Possui área de 539,029 km² e está à uma distância de 433,53 km da capital Curitiba. Segundo o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, a população é composta de 72.370 habitantes, sendo 37.386 mulheres e 34.984 homens, na qual 55.352 se declararam da cor branca, 1.395 se declararam da cor preta, 15.199 se declararam da cor parda, 348 se declararam da cor amarela e 76 se declararam indígenas.

Cerca de 93,1% da população reside na área urbana e 5,9% na área rural. O salário médio dos trabalhadores formais é de 2,5 salários mínimos, o Produto Interno Bruto (PIB) por habitante é de R\$ 38.826,04 e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,782 (IBGE, 2018; IPARDES, 2018).

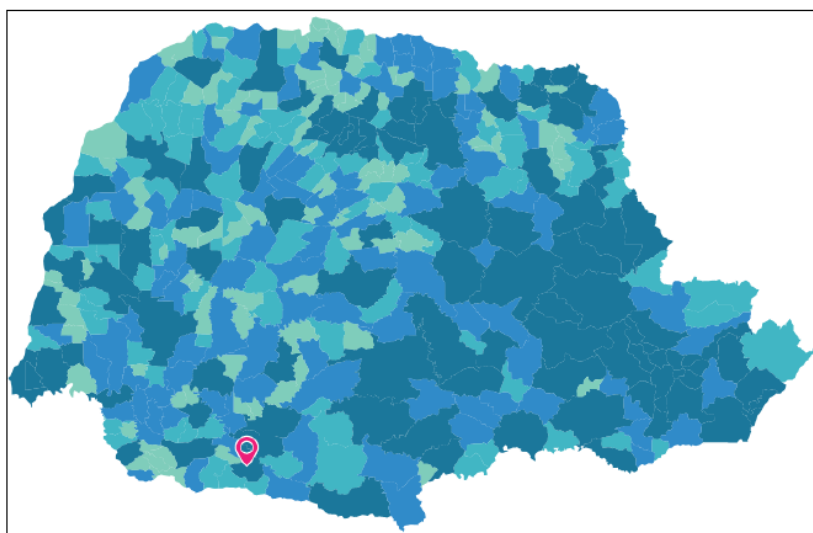


Figura01: Localização da cidade de Pato Branco no mapa do Estado do Paraná.
Fonte: IBGE (2018).

Ao estudar a conjuntura e o sistema político brasileiro observamos a necessidade de ativa participação popular e pluralidade de representação nesse cenário. Objetivando romper estruturas elitistas e hegemônicas de poder, promovendo a inclusão dos excluídos e o fortalecimento da democracia pluralista para o desenvolvimento nacional.

Faz-se pertinente evocar a existência dos conselhos municipais, que são apresentados como importantes mecanismos de participação social e de proposição de políticas públicas específicas para determinados grupos ou assuntos, independente de terem suas demandas atendidas ou não. A importância dos conselhos está, principalmente, em seu papel de fortalecimento da participação democrática da população na formulação e implementação de políticas públicas. Outro dos aspectos mais relevantes, ao buscarmos compreender o que acontece no espaço político dos conselhos municipais, é conseguir identificar se o poder executivo faz um movimento para legitimar as ações dos conselhos e se membros do poder legislativo estão buscando legitimar-se perante seus eleitores através da relação com representantes da sociedade civil nos conselhos (SCHULZ, et al., 2013).

A primeira etapa deste trabalho foi a realização de um estudo exploratório buscado maior familiarização com o tema e o cenário a ser pesquisado, bem como, a realização de um levantamento acerca dos conselhos em funcionamento no município de Pato Branco. Após a realização deste levantamento, foram selecionados para a pesquisa, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) e o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA). A seleção dos conselhos se deu em razão da coleta de dados piloto cujo foco foi a distribuição representativa de mulheres nos conselhos do município, tendo o COMSEA a maioria de representantes mulheres e o CMDR a minoria de representantes mulheres¹, não por coincidência, as pautas desses conselhos estão

1 Enquanto cidadã e representante da sociedade civil organizada, integrei o Conselho Municipal dos Direitos Humanos da Mulher (CMDM) no município de Pato Branco, tendo participado da primeira conferência municipal, da sua constituição legislativa e da eleição da primeira gestão, contribuindo para o debate e desenvolvimento de ações de projetos a respeito da temática junto à comunidade local. Este conselho, apesar de aberto à participação masculina, possuía um único representante homem, que era o suplente da mesma organização que eu representava. Apesar do meu interesse acadêmico pelo CMDM, este não foi selecionado para a análise justamente por trabalhar especificamente com gênero. Ao escolher conselhos cujo foco não são as políticas de gênero, buscou-se compreender como as pautas de gênero são postas ou não em perspectiva nesses outros espaços de representação.

ligadas aos alimentos em termos de produção, acesso e consumo, ficando nítida a separação sexual do trabalho na mesma grande área.

Na referida gestão, o COMSEA era composto por onze mulheres e um homem, sendo que, destas mulheres, sete representavam entidades da sociedade civil e quatro representavam o poder público. O único homem era representante da sociedade civil, mas por não se adequar ao escopo da pesquisa, não foi entrevistado e não teve sua entidade descrita. Com relação ao CMDR, dos quinze representantes, dez eram homens e cinco eram mulheres. Das cinco mulheres, duas representavam uma única entidade da sociedade civil e foram selecionadas para a entrevista e, três eram indicadas pelo poder público. Dos dez homens que integram o conselho, oito eram representantes de entidades de sociedade civil (em sua maioria associações rurais) e duas eram representantes do poder público.

Assim sendo, sete mulheres representantes de entidades de sociedade civil no COMSEA foram chamadas para as entrevistas e duas representantes de sociedade civil no CMDR, totalizando nove mulheres convidadas para as entrevistas semiestruturadas. O foco das entrevistas foi analisar se a percepção destas representantes quanto às questões de gênero se refletiam na presença ou ausência de propostas relativas ao tema nestes dois conselhos.

A análise dos documentos dos conselhos foi realizada a partir de uma perspectiva de gênero. Traçamos as trajetórias políticas das representantes da sociedade civil e analisamos a percepção de gênero destas para compreender se esta se reflete na presença ou ausência de propostas relativas ao tema.

Ademais, no sentido de compreender a percepção de gênero das representantes do CMDR e do COMSEA. Recorreu-se à pesquisa qualitativa que considera o universo das aspirações, motivos, significados, atitudes, valores e crenças, que correspondem com a profundidade das relações, dos fenômenos e dos processos que não são reduzidos a variáveis operacionalizáveis (MINAYO, 2014).

Esta pesquisa pode contribuir com a compreensão das relações de gênero na esfera da política local. A partir da percepção de gênero das representantes nos conselhos municipais, e quiçá, cooperar para a ampliação da construção democrática e da emancipação política das mulheres deste município.

A categoria de pesquisa selecionada foi o estudo de caso que é caracterizado pelo estudo aprofundado do tema “de maneira a permitir o seu

conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados” (GIL, 2008, p. 58).

O estudo de caso segue procedimentos explicando, descrevendo e comparando os fenômenos por sobreposição e, pela comparação propriamente dita, que permite a descoberta de relações que não seriam encontradas por outro meio. Este método nos auxiliou na identificação e análise de vários fatores que interferiram no processo de percepção e representação das conselheiras tendo “as análises e inferências feitas por analogia de situações, respondendo principalmente as questões: por que e como” (TRIVIÑOS, 1995, p. 136).

A representação nos espaços dos conselhos, teoricamente, está pautada nas experiências e nas afinidades com os temas dos atores sociais que se tornam representantes da sociedade civil (AVRITZER, 2007). Neste sentido, buscou-se compreender como foi tecida a conexão das representantes da sociedade civil com os temas pertinentes ao rural e à segurança alimentar e nutricional e, se em suas trajetórias de atuação política existe ou não uma percepção sobre as questões de gênero e, havendo, se é expressa nas proposições dos conselhos.

A coleta de dados deu-se por meio dos seguintes instrumentos: análise de documentos, entrevistas semiestruturadas e trajetória política, para analisar a configuração, o funcionamento e os temas debatidos nestes espaços. A pesquisa de campo propriamente dita, na qual foram realizadas as entrevistas, coleta e análise de dados e documentos, foi realizada entre os meses de novembro de 2017 e abril de 2018. Contudo, ressalta-se que a documentação analisada compreende a gestão dos anos 2015 a 2017. Deste modo, o período de atuação das entrevistadas, se deu nesta gestão.

A entrevista se caracteriza por uma comunicação verbal que reforça a importância da linguagem e do significado da fala, [...] servindo como um instrumento de coleta de informações sobre um assunto científico específico. Através desse procedimento, obtiveram-se dados objetivos e subjetivos, estes últimos relacionados aos valores, às opiniões e às atitudes das entrevistadas. (CRUZ NETO, 1995, citado por KIYOTA, 2007, p. 43).

O uso da entrevista para a compreensão e mapeamento do perfil das entrevistadas, resultou em dados básicos para análise das relações entre as representantes e os conselhos em que atuam. O objetivo da entrevista foi a “compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação

aos distintos comportamentos” das representantes “nos espaços institucionais de participação social” (KIYOTA, 2007, p. 43).

As entrevistas sobre as trajetórias de atuação política foram realizadas com representantes da sociedade civil: duas do CMDR e seis do COMSEA. Ao evocar as entrevistas, os nomes das entrevistadas foram alterados para garantir o sigilo assegurado a estas no momento da entrevista. O tipo de entrevista de roteiro semiestruturado, segundo Minayo (2014), envolve os indicadores essenciais previamente organizados, ao mesmo tempo em que devem permitir flexibilidade na condução da conversa. Sendo capaz de absorver os novos temas apresentados pelas entrevistadas sem perder o foco da pesquisa.

As entrevistas semiestruturadas levam em consideração a linguagem e a forma de colocação dos itens, visando permitir as entrevistadas narrar suas vivências sobre as questões apresentadas, bem como suas interpretações e a visão das relações sociais presentes na ação. Estas devem conter os itens indispensáveis para o delineamento do objeto pesquisado e facilitar o aprofundamento da comunicação entre as entrevistadas e a entrevistadora, com cada questão convergindo para os pontos relevantes do projeto de pesquisa (MINAYO, 2014). As entrevistas foram agendadas e realizadas nas residências, locais de trabalho ou sede das entidades das representantes.

O perfil das representantes foi construído com as seguintes informações: idade; nível educacional; estado civil; número de filhos; ocupação profissional e horário de trabalho. As trajetórias de atuação política das representantes foram estudadas a partir das entrevistas semiestruturadas com roteiro adaptado de Kiyota (2007), com todas as mulheres integrantes das entidades da sociedade civil. A União Brasileira de Mulheres – UBM, representada no COMSEA, recusou-se por diversas vezes a ceder entrevista.

O mapeamento dos espaços estudados deu-se a partir da análise de seus documentos legais, panfletos de divulgação, e as entrevistas semiestruturadas com as representantes. A análise documental abrangeu as leis de criação dos conselhos, os decretos de nomeação, os regimentos internos e as atas das reuniões. Tendo o gênero como categoria de análise na identificação da presença ou ausência de projetos e proposições que fazem referência direta ou indireta a esta temática.

Na relação entre pesquisadora e pesquisada é importante manter a cordialidade e a confiança, sendo que os cuidados com a apresentação da

pesquisadora devem se dar desde o princípio, sendo seu dever informar seus objetivos de pesquisa ao grupo para facilitar o relacionamento e evitar problemas futuros (RICHARDSON, 1999; GIL, 2008). Sabendo disso e compreendendo a eventual influência da vida pública da pesquisadora sobre a pesquisa², a primeira ação de campo foi entregar aos conselhos selecionados e as respectivas secretarias municipais a eles vinculados, uma carta³ apresentando a pesquisa, os objetivos e o período de duração, assegurando o direito ao anonimato e salientando que todo o trabalho se destina exclusivamente ao âmbito acadêmico.

Utilizou-se também de anotações de campo, observações e reflexões, sobre expressões verbais e ações das entrevistadas, descrevendo-as e, posteriormente analisando-as. Além disso, registrou-se através de fotografias o evento acompanhado, sabendo que “o registro visual nos propicia evidenciar situações ou momentos ilustrativos da realidade vivenciada” (KIYOTA, 2007, p. 45).

Para análise das informações coletadas, como realizado em Kiyota (2007, p. 46) “mapearam-se os dados obtidos no trabalho de campo, transcreveram-se as gravações das entrevistas, realizaram-se releitura dos materiais, bem como, organizaram-se os relatos, e os dados oriundos da observação. Através da leitura exaustiva dos textos, foram estabelecidas interrogações para se identificar o que surge de relevante e elaboradas as categorias específicas e as matrizes de análise”.

O referencial teórico da pesquisa é subsidiado por Beck (2010), Giddens (1991) e Beck et al. (2012), teóricos da Modernização Reflexiva, cujas análises atestam que a modernidade via globalização amarrou as relações políticas, familiares, militares, econômicas, ambientais, trabalhistas, produtivas e as difundiu em escala global, assim, toda e qualquer ação em uma determinada região acaba por afetar outra região.

Destarte, as características da opressão das mulheres, bem como, a hierarquização e disparidades entre os sexos, as classes, os saberes e os povos são

2 É importante apontar que nas eleições municipais de 2016 candidatei-me a vereadora, o que apesar de meu total anonimato anteriormente resultou em certa projeção pública como figura política local, com posicionamento político e partidário claros, 952 votos e a primeira suplência da coligação que integro.

3 Esta carta, com cabeçalho e carimbos oficiais do PPGDR/UTFPR, foi assinada pela coordenadora, pela coorientadora e pela pesquisadora. Mesmo sabendo que as informações dos conselhos são públicas, conforme determina a Lei de Acesso a Informação (Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011) e a Lei da Transparência (Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009), tudo foi realizado para tentar evitar eventuais desconfiâncias político ideológica ou partidária e tornar claro o objetivo da pesquisa.

entendidos como parte de uma mesma matriz eurocêntrica, desencaixados de seus territórios originais (europeus) e distribuídos em todo o globo. Contudo, num movimento reflexivo⁴, esta modernidade através de suas instituições civis (Estado, democracia representativa, universidades, meios de comunicação) também propicia que os grupos minoritários, excluídos do poder, questionem suas condições sociais e reivindiquem o direito de exercer suas liberdades individuais, econômicas e políticas. Visando obter respeito e respaldo social por suas demandas para além da esfera do invisível e do privado. Sendo assim:

A modernidade reflexiva significa, portanto, a possibilidade de uma (auto)destruição criativa para toda uma era: aquela da sociedade industrial. O sujeito dessa destruição criativa não é a revolução, não é a crise, mas a vitória da modernização ocidental (BECK et al., 2012, p. 12).

Ou seja, este estágio da modernidade, onde o progresso pode se transformar em “autodestruição criativa”, refere-se à destruição de formas e estruturas sociais, econômicas e políticas que, ao mesmo tempo, transforma e cria novas estruturas dentro da modernidade.

Assim, os movimentos sociais que emergem no contexto global da democratização, contestando as disparidades sociais, exercem papel fundamental no processo de inclusão de pautas na política institucionalizada, pois apresentam um conjunto de propostas elaboradas coletivamente (GIDDENS, 1991) – sejam os movimentos sociais de trabalhadores, de mulheres, de estudantes, de indígenas, de negros, de populações LGBT, ou de qualquer outra “minorias” – objetivando a pluralidade de representações como forma de resistência frente à dominação das elites.

Onde existe liberdade de expressão, os movimentos sociais ou quaisquer formas de organizações de grupos, fornecem pautas para potenciais transformações futuras. Através da visão global e da atuação local, as pautas sociais se fortalecem (GIDDENS, 1991; SEN, 2000). Esses movimentos específicos realizam formas de politização, exercendo suas liberdades civis, em busca de um mundo onde possam sentir-se seguros e acolhidos em suas diferenças.

⁴ Quando se fala da modernidade reflexiva, trata-se da capacidade dos indivíduos de questionarem a própria modernidade, uma vez que todos estão conectados pelo processo de globalização. Dessa maneira, “a reflexividade da vida moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter” (GIDDENS, 1991, p. 49).

Promovendo arenas anteriormente vedadas à voz dos cidadãos, tais movimentos fomentaram a inclusão cidadã nos espaços políticos decisórios. Dando origem a novas formas de interações e de instituições, derrubando antigas limitações e apresentando resistência e alternativa às configurações de poder. O modelo de participação política associado à democracia liberal, passou a ser auxiliado por uma inédita prática democrática, oferecendo possibilidades de controle político ambíguo, seja no planejamento, no orçamento, no diálogo político, na avaliação de projetos, no monitoramento ou avaliação de alternativas participativas aos processos, desde que orientados por especialistas (CORNWALL, 2000).

No contexto da modernidade reflexiva, as ações políticas e as teorias feministas apresentaram contribuições cruciais às discussões críticas sobre o patriarcado – ou a dominação masculina (BOURDIEU, 2017) – proporcionando questionamentos, ressignificações e complexificações das categorias fundamentais do universo político hegemônico ocidental, como as noções de democracia, de justiça, de igualdade, de autonomia, de espaço público e de indivíduo (RAWLS, 1997).

A reivindicação das mulheres por seus direitos suscita a necessidade de evocarmos o conceito de gênero, que subsidia a luta das mulheres perante a naturalização da divisão sexual dos espaços acadêmicos, de militância política e outros. Assim, em suas versões mais difundidas, o termo gênero refere-se a um conceito chave desenvolvido por pesquisadoras e estudiosas feministas, para dismantelar a naturalização das diferenças atribuídas aos homens e às mulheres, como se fossem inatas (PISCITELLI, 2009). Este conceito tem base na conexão de duas proposições: "o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder" (SCOTT, 1989, p. 21).

Neste sentido, as mudanças na organização das relações sociais correspondem às mudanças nas representações de poder que no entanto, não seguem um sentido único ou evolutivo. O conceito de gênero incute uma noção relacional no vocabulário analítico e, manifesta uma rejeição ao determinismo biológico, sublinhando também o caráter relacional das normas impostas de feminilidade e de masculinidade. Pode-se dizer que "a história do pensamento feminista faz um contraponto à construção hierárquica da relação entre masculino e feminino, e busca reverter ou deslocar seus funcionamentos" (SCOTT, 1990, p. 19).

Apesar dos mecanismos democráticos e institucionais pelos quais as mulheres podem agir de modo legítimo diante da sociedade civil, e assim, obterem maiores níveis de emancipação, o Estado não solucionou de modo satisfatório os problemas da desigualdade social e exclusão, o que aguçou as percepções sobre a necessidade da radicalização da noção de democracia através do controle do Estado por parte da sociedade civil (DAGNINO, 2002).

Os índices de participação política das mulheres são considerados muito baixos em quase todas as democracias ocidentais e um complexo conjunto de causas explica o fato, mas, principalmente, a marcante divisão entre os espaços público e privado, imposta pelo pacto liberal democrático, sendo que a cidadania e a política são do público, e a família e as relações de parentesco e vizinhança, são do privado. Neste contexto, o espaço privado ou doméstico é classificado como de responsabilidade da mulher, enquanto o público é considerado masculino (SCOTT apud RAMOS, 2013).

Arendt (1999, p.67) nos lembra que “embora o mundo comum seja o terreno comum a todos, os que estão presentes ocupam nele diferentes lugares”. Assim, a política é uma profissão concebida, organizada e concentrada – desde os seus aspectos nucleares – no e para o sujeito masculino, e a entrada e atuação das mulheres nesse campo são incomuns se comparados às mobilizações efetuadas pelos homens, quer se trate de filiação a partidos ou de representação do poder legislativo e do executivo.

Apesar do direito das mulheres à cidadania, ou seja, da garantia formal do exercício de direitos políticos, observa-se que a ampliação da participação feminina coincide com o interesse em legitimar partidos políticos e regimes democráticos, “não por acaso, a participação do segmento feminino nos órgãos Legislativos ainda é baixa em boa parte dos países considerados democráticos” (ORSATO, 2008, p. 66).

Para a pesquisadora Céli Pinto, existe uma interessante dinâmica na chamada “participação política da mulher no Brasil, que ao mesmo tempo apresenta aspectos inovadores e revela os estrangulamentos enfrentados por novos sujeitos políticos, como as mulheres, no jogo político institucional”, sendo que, o caráter inovador se encontra “tanto na capacidade das mulheres de se organizarem nacionalmente de forma capilar, como na capacidade de influir nas políticas públicas” (PINTO, 2001, p.111).

Indo além, as mulheres se organizam no ambiente legislativo, criando núcleos, como a bancada feminina no Congresso. Desta forma, se mostram duas possibilidades futuras: 1) se a participação se concentrar na ideia da política participativa (e de pressão) através de ONGs e grupos, dificilmente o quadro de baixa presença das mulheres na política institucional mudará; 2) se esta organização capilar se aproxima da política institucional potencializam-se as possibilidades de mudança desse quadro (PINTO, 2001).

A partir disso, este estudo será apresentado em seções, sendo que a subsequente visa esclarecer como surgem os espaços institucionais de participação social, denominados conselhos municipais, no sistema globalizado da democracia liberal representativa, bem como a inserção das mulheres nestes espaços. Realiza-se uma aproximação ao conceito de democracia, ao mesmo tempo em que se busca refletir sobre a problemática da denominada crise da democracia atual e as possibilidades e limites da democracia representativa.

No segmento seguinte, apresenta-se gênero como uma categoria de análise, considerando a atribuição de papéis sociais para homens e mulheres a partir da discussão sobre o espaço público e o espaço privado e a limitação institucional de participação política das mulheres que marca o Estado moderno. No quarto segmento serão apresentados os conselhos estudados e a análise de dados resultante da pesquisa e, por fim, as considerações finais acerca da realização deste estudo.

2. ESTADO E DEMOCRACIA

Ao reconhecermos o ser humano enquanto um sujeito social, que vive em constantes negociações e que, onde há relações humanas e ações decisórias, há o exercício do ato político, reconhecemos a centralidade da política nas sociedades humanas. Várias acepções sobre política, foram construídas no decorrer da história, cada qual a luz do seu tempo e sua estruturação social.

A partir do século XVIII, a forma de política mais reconhecida nas sociedades ocidentais modernas é a institucionalizada, isto é, aquela planejada para cumprir uma função social de poder decisório e que obedece a normas pré-estabelecidas por um determinado sistema político (D'ONOFRIO, 2005), constituindo o Estado Moderno Liberal.

A construção do Estado Moderno ocorreu a partir da desintegração da sociedade feudal e das relações políticas vigentes na Europa a partir do século XV, se inter-relacionando com a expansão das cidades, do comércio e da burguesia, favorecendo o processo de concentração e centralização do poder em um Estado Absolutista, por meio dos interesses dominantes dos senhores feudais e da burguesia. O Estado Absolutista passou a dominar pelo monopólio da violência, através das Forças Armadas; dos juízes e tribunais, por meio da estrutura jurídica; das cobranças de impostos e de um grupo burocrático para administrar o patrimônio do Estado, assegurando assim, a manutenção da dominação por todas as vias (MARX & ENGELS, 2006). Sendo assim:

[...] a sociedade burguesa moderna, oriunda do esfacelamento da sociedade feudal, não suprimiu a oposição de classes. Limitou-se a substituir as antigas classes por novas classes, por novas condições de opressão, por novas formas de luta. [...] O modo de funcionamento feudal e corporativo da indústria já não satisfazia o crescimento das demandas consecutivas à abertura de novos mercados. A manufatura substituiu-o. Os mestres de corporação foram desalojados pela classe média industrial; a divisão do trabalho em corporações diversas desapareceu em benefício da divisão do trabalho dentro de cada oficina. Mas os mercados não paravam de crescer e as demandas, de aumentar. Logo a manufatura revelou-se insuficiente. Então o vapor e o maquinismo revolucionaram a produção industrial. A manufatura deu lugar à grande indústria moderna; a classe média industrial, aos milionários da indústria, chefes de verdadeiros exércitos industriais, os burgueses modernos (MARX; ENGELS, 2006, p. 24, 25).

Como resposta ao Estado Absolutista, concentrador e centralizador do poder comercial, financeiro e econômico, surgem os ideais liberais propagando uma ideologia individualista, de liberdade, de propriedade privada e de família patriarcal. Por volta do século XVIII, com a Revolução Industrial Inglesa e a Revolução Francesa, com a propagação do comércio e os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, e um suposto mercado que se regularia pelo próprio mercado – a mão invisível, de acordo com a obra *A Riqueza das Nações*, de 1776, escrito por Adam Smith – surge aquilo que mais tarde viríamos a chamar de Estado Liberal (HEIDEMANN e SALM, 2009).

Em meados do século XVIII, o Estado Liberal mostrava-se como um representante dos cidadãos, o garantidor da “ordem”, que não interferiria nas relações entre os indivíduos, mas garantiria a segurança para o livre exercício das atividades humanas. De acordo com Vasconcelos (1988), foi por meio deste modelo de Estado que a representação política ganhou força, o parlamento foi criado e o voto tornou-se essencial para a manutenção do modelo estatal proposto, visando à fixação das liberdades dos cidadãos (conforme os ideais da Revolução Francesa) e a divisão de poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), marcando o surgimento das repúblicas democráticas atuais. Segundo Marx & Engels (2006, p. 27):

[...] com a criação da grande indústria e do mercado mundial, a burguesia conquistou finalmente a dominação política exclusiva no moderno Estado parlamentar. Um governo moderno é tão somente um comitê que administra os negócios comuns de toda a classe burguesa.

O Estado Liberal começa a ruir ao final do século XIX, quando a intensa concorrência entre as empresas levou a falência das pequenas firmas ou sua venda para empresas maiores, causando extrema concentração de capital em poucas mãos. A disputa por mercados entre nações tomou proporções globais culminando na Primeira Guerra Mundial. A crise do Estado Liberal culmina no modelo de Estado Fascista por toda Europa Ocidental, durante os anos de 1920 e 1930 na Itália e na Alemanha, por meio do nazismo, em decorrência da plena adesão ao regime e ao líder máximo. Concomitantemente, em meio a uma monarquia czarista, eclodiu a Revolução Russa no ano de 1917. Cujo objetivo era o de enfrentar as precárias condições de vida da população, que almejava mecanismos de participação política que incluíssem camponeses, operários e soldados, resultando na construção do Estado Soviético (HEIDEMANN e SALM, 2009).

Os conflitos que se originam entre estes dois modelos de Estados Nacionais culminam, em 1939, na Segunda Guerra Mundial, que acaba dividindo politicamente todo o globo terrestre e, em 1945, o grupo soviético e dos aliados impõe derrota ao grupo nazifascista (HEIDEMAN e SALM, 2009). O grupo soviético e dos aliados, após a vitória da Segunda Guerra Mundial, dividiram o mundo em dois blocos: o socialista, liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, e o capitalista, liderado pelos Estados Unidos, criando a polarização que ficou conhecida como Guerra Fria.

Com o processo de globalização e a divisão política do grupo vencedor da Segunda Guerra Mundial, nos países de capitalismo avançado construiu-se, através da perspectiva econômica e política de John Maynard Keynes, as bases do Estado de Bem-Estar Social, que permitiria o avanço de governos de democracia representativa, oportunizando utilizar-se da política institucionalizada para inserir demandas sociais que antes não eram pautadas (VASCONCELOS, 1988). Para Karl Polanyi (2000), é a institucionalização que possibilita às classes dominantes o benefício da liberdade que as suas altas rendas, o ócio e a segurança propiciam e, para a manutenção deste benefício, não estão dispostas a ampliar o acesso à política institucionalizada e abarcar outras demandas.

Após o fim dos regimes totalitários da Europa Ocidental, com a ascensão dos governos sociais-democratas e a influência das correntes eurocomunistas, bem como com a Grande Depressão norte americana, ampliou-se o conceito de cidadania, baseado na existência de direitos inalienáveis a todo e qualquer indivíduo que, de seu nascimento a sua morte, teria direito a um conjunto de bens e serviços proporcionados, direta ou indiretamente pelo Estado, nas áreas de educação, saúde e seguridade social. No entanto, a grande questão acaba sendo a continuidade da estrutura representativa liberal que favorece a manutenção do poder das elites (SOUSA SANTOS e AVRITZER, 2005; HEIDEMANN e SALM, 2009).

Durante o século XX, tornou-se hegemônica a democracia liberal-representativa, a partir da concepção elitista de Joseph Schumpeter, derivada do problema da construção democrática europeia no período entre guerras (AVRITZER, 1996). Boaventura de Sousa Santos e Leonardo Avritzer (2005) apontam alguns elementos que estabelecem a concepção hegemônica da democracia, sendo:

[...] a tão apontada contradição entre mobilização e institucionalização (Huntington, 1968; Germani, 1971); a valorização positiva da apatia política

(Downs, 1956); uma ideia muito salientada por Schumpeter, para quem o cidadão comum não tinha capacidade ou interesse político senão para escolher os líderes aos quais caberia tomar as decisões (1942: 269); a concentração do debate democrático na questão dos desenhos eleitorais das democracias (Lijphart, 1984); o tratamento do pluralismo como forma de incorporação partidária e disputa entre as elites (Dahl, 1956; 1971) e a solução minimalista para o problema da participação pela via da discussão das escalas e da complexidade (Bobbio, 1986; Dahl, 1991). (SOUSA SANTOS e AVRITZER, 2005, p. 42).

Em suma, reconhece-se a centralidade do debate democrático, ao longo do século XX, cujas principais discussões foram na primeira metade do século, a deseabilidade da democracia como forma de governo e, na segunda metade do século, o debate acerca das condições estruturais da democracia, focando na relação democracia e capitalismo (SOUSA SANTOS e AVRITZER, 2005).

O renomado economista indiano, Amartya Kumar Sen, publicou no ano 2000, sua obra “Desenvolvimento como Liberdade”, abordando a perspectiva das liberdades individuais como força motriz do desenvolvimento na democracia representativa, evidenciando uma via de mão dupla no papel da liberdade, afirmando que quando são criadas políticas públicas que fomentam o desenvolvimento das capacidades individuais, pessoas mais capacitadas podem contribuir com o desenvolvimento de políticas públicas. Ou seja, ao proporcionar o desenvolvimento do indivíduo, ele contribui com o desenvolvimento econômico, social e político, num sistema de expansão individual e coletiva, desenvolvimento este que deve estar atrelado à melhora da vida e a ampliação das liberdades.

Conforme o autor: “expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo” (SEN, 2000, p. 29). Ressalta-se que, quando se trata de desenvolvimento, não se pode analisar apenas o PIB ou indicadores de renda de um país, é preciso analisar também, as condições de democracia e liberdades políticas dos cidadãos.

As mais variadas formas de desigualdade e exclusão social anulam as liberdades reais de milhões de pessoas em um mundo de progresso material gigantesco, o que nos faz repensar a forma como a riqueza é distribuída e como ela pode ampliar as liberdades reais da população (SEN, 2001). De modo geral, a privação de liberdades substanciais se reflete negativamente na economia e na capacidade de produção de renda. Quanto mais acesso às liberdades individuais,

maior é a promoção das capacidades humanas e, conseqüentemente, do desenvolvimento (SEN, 2000).

Posto d'outro modo, quando as liberdades políticas são exercidas, os cidadãos conseguem pautar, através do poder público, suas necessidades específicas, mas para que isso aconteça é de extrema relevância a pressão popular, seja através de associações de classes, sindicatos ou dos mais variados movimentos sociais. É por isso, que se frisa a importância da liberdade e inclusão política, pois nos países onde essa liberdade é cerceada, a população perde seu direito de exigir o cumprimento de suas demandas (SEN, 2000).

Analisando o contexto de construção e manutenção de poder por meio do Estado e da democracia representativa, uma grande preocupação é a desigualdade de gênero e racial. Essa desigualdade se reflete, por exemplo, no fato de que em muitas partes do mundo, um número altíssimo de mulheres e negros são assassinados cotidianamente. Portanto, discutir a participação social é fundamental para a elaboração de políticas públicas em uma estrutura democrática. Estas políticas devem ser criadas a partir de uma crítica à pura e simples racionalidade econômica, defendendo motivações e racionalidades que permitam o reconhecimento da pluralidade cultural, a ética e a moralidade junto à economia (SEN, 2000, SEN, 2001, SOUSA SANTOS e AVRITZER, 2005).

Sousa Santos & Avritzer (2005) argumentam que o pensamento hegemônico no centro da teoria democrática, que passou a vigorar na segunda metade do século XX, está ligado às respostas oferecidas para três questões: 1) a relação entre procedimento e forma de participação e, assim, saber até que ponto as eleições esgotam os procedimentos de autorização de um grupo para este ser representado por determinado indivíduo e se os procedimentos de representação esgotam a questão da representação das diferenças; 2) o papel da burocracia, sendo que a centralidade desta não agrega informações necessárias para a execução de políticas complexas e; 3) a inevitabilidade da representação e da diversidade social e cultural em democracias de grande escala, bem como, seu comprometimento com agendas específicas, envolvendo a questão da autorização, que, por sua vez, sustenta-se em dois pilares: a questão da capacidade da representação em expressar as opiniões da sociedade e do consenso entre os representantes.

Bobbio (2000) busca estabelecer uma definição mínima de democracia, traçando alguns pressupostos: o primeiro destes é que a democracia é um

procedimento para elaborar decisões coletivas. Assim, a democracia representativa, na qual são eleitos representantes para tomar decisões, é compreendida como contraposição às diversas formas autoritárias de governos, sendo “caracterizada por um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelece quem está autorizado a tomar decisões coletivas e com quais procedimentos” (BOBBIO, 2000, p.33). Com relação ao segundo pressuposto, o voto, cabe ressaltar que o direito sofreu um progressivo alargamento ao longo da história da democracia e é uma modalidade para a decisão da maioria daqueles a quem compete decidir, estabelecendo decisões vinculatórias para todo o grupo.

O terceiro pressuposto é que, aos votantes, sejam assegurados direitos de liberdade, de opinião, de expressão, de reunião, de livre associação e garantias individuais tipicamente liberais. O autor entende que o Estado liberal é, não apenas pressuposto histórico, mas, também, jurídico do Estado democrático, sendo

[...] os direitos à base dos quais nasceu o estado liberal e foi construída a doutrina do estado de direito em sentido forte, isto é, do estado que não apenas exerce o poder sub lege, mas o exerce dentro de limites derivados do reconhecimento constitucional dos direitos "invioláveis" do indivíduo (BOBBIO, 2000, p. 38).

Existe, portanto, uma interdependência entre a democracia e o liberalismo, já que, certas liberdades são fundamentais para o exercício do poder democrático e, ao mesmo tempo, é necessário o poder democrático para garantir a existência e a manutenção de certas liberdades individuais.

É de suma importância salientar que apesar de discorrer sobre as instituições liberais e as liberdades individuais, não há a menor pretensão de defender o liberalismo. Pode-se dizer que, desde as concepções teóricas pioneiras concernentes à ideologia liberal, não houve a menor preocupação com a inclusão dos grupos sociais que estavam à margem da participação e representação no sistema eleitoral. Pelo contrário, a exclusão sempre foi vista pelos liberais como a melhor maneira de fazer funcionar o próprio sistema. Os teóricos liberais alicerçaram-se na crença de que o indivíduo é a única unidade política legítima e, excluem da arena política todas as formas de injustiça social, tornando a arena um ambiente "neutro", desconsiderando todas as diferenças de gênero, de sexo, de religião, de etnia e de renda (MIGUEL, 2000).

Costa (2002), afirma que ao contrário dos governos despóticos que tendem a se sustentar pelo uso da força, a democracia representa uma sustentação pela

dominação consentida, “na qual as decisões necessitam ser permanentemente fundamentadas e justificadas, dependendo sempre da anuência da comunidade política para que possam ser implementadas” (COSTA, 2002, p. 15). Por meio da democracia, se cria um conjunto de oportunidades para o desenvolvimento de uma sociedade. A democracia por si só não é uma solução automática para os problemas sociais, mas ela pode oportunizar a ampliação da participação social, ou seja, o que a democracia pode proporcionar é a transformação da sociedade. Fidel Valdez Ramos, o ex-presidente das Filipinas, explicou esta questão com grande clareza em um discurso que proferiu em novembro de 1988, na Australian National University:

Sob um regime ditatorial, as pessoas não precisam pensar - não precisam escolher - não precisam tomar decisões ou dar seu consentimento. Tudo o que precisam fazer é obedecer. Essa foi uma lição amarga aprendida com a experiência política filipina não muito tempo atrás. Em contraste, a democracia não pode sobreviver sem virtude cívica. [...] o desafio político para os povos de todo o mundo atualmente não é apenas substituir regimes autoritários por democráticos. É, além disso, fazer a democracia funcionar para as pessoas comuns (FIDEL VALDEZ, 1988 apud SEN, 2000, p. 183).

Robert Alan Dahl (2001) nos ajuda a ver a democracia como uma ferramenta com potencial social organizador, mas que jamais correspondeu aos seus ideais. E que apesar da visão romanceada por parte do senso comum; não é responsável por garantir que seus cidadãos sejam justos, pacíficos, prósperos, saudáveis, sábios ou felizes, mas são as suas potencialidades que a tornam desejável em detrimento à outras formas, pois:

[...] ajuda impedir o governo de autocratas cruéis e perversos; [...] garante aos cidadãos uma série de direitos fundamentais que os sistemas não democráticos não proporcionam; [...] assegura liberdade individual mais ampla que qualquer alternativa viável; [...] ajuda proteger os interesses fundamentais das pessoas; [...] podem proporcionar uma oportunidade máxima para os indivíduos exercitarem a liberdade de autodeterminação – ou seja: viverem sob as leis de sua própria escolha; [...] pode proporcionar uma oportunidade máxima do exercício da responsabilidade moral; [...] promove o desenvolvimento humano; [...] pode promover um grau relativamente alto de igualdade política; [...] tendem a ser mais prósperos que os países com governos não democráticos; [...] as modernas democracias representativas não lutam umas contra as outras (DAHL, 2001, p.73-74).

Neste mesmo sentido, Bobbio (2000) salienta que a democracia é dinâmica, estando em constantes transformações, portanto, na contramão do despotismo que é sempre igual em si mesmo. No que tange a discussão dos processos democráticos, que eclodem nos mais diversos locais do globo, é pertinente evocar a

presença e ação dos movimentos sociais, que muito colaboram no processo de inclusão de pautas na política institucionalizada, exercendo fundamental papel na apresentação de propostas elaboradas coletivamente (GIDDENS, 1991) – sejam os movimentos sociais de trabalhadores, de mulheres, de estudantes, de indígenas, de negros, de populações LGBT, ou de qualquer outra “minorias” – objetivando a pluralidade de representações como forma de resistência frente à dominação das elites (MOUFFE, 2003).

Em síntese, onde existe liberdade de expressão, os movimentos sociais no contexto da globalização, fornecem pautas para potenciais transformações futuras. Através da visão global e da atuação local, as pautas sociais vão ganhando força (GIDDENS, 1991; SEN, 2000). Esses movimentos específicos realizam formas de politização, exercendo suas liberdades civis, em busca de um mundo onde possam sentir-se seguros e acolhidos em suas diferenças.

Giddens (1991) e Beck (2010) discorrem sobre as mudanças radicais que vêm ocorrendo na modernidade, as quais se encontram correlacionadas com as transformações que eclodem nas mais variadas esferas de relações humanas em nível global, tal como no Estado, nos processos democráticos, nas relações político-internacionais, nas rupturas e continuidades de tradições no âmago da vida privada, onde mudam as identidades, as percepções da sexualidade, da família, da cultura etc.

Se faz necessário trazer ao debate tais discussões, pois são transformações que ocorrem em diversas escalas em todas as regiões do globo, sendo que a modernidade tal como anunciada por Giddens (1991) e Beck (2010) é destacada pela característica de propiciar e democratizar com todo o globo (ou espaços significativamente abrangentes) determinados acontecimentos, fenômenos e relações que ocorrem em dimensões localizadas.

Giddens (1991) realça tal característica, alegando que a modernidade é “inerentemente globalizante”, sendo que, refere-se ao exercício de relações de formas locais e distantes, com conexão entre diferentes regiões e contextos sociais do planeta.

Beck et al. (2012, p.13) aprofunda o debate analisando algumas transformações da sociedade moderna para a reflexiva que tem propiciado uma desconstrução das “suas formas de classe, camadas sociais, ocupação, papéis dos

sexos, família nuclear, agricultura, setores empresariais, e é claro, também com os pré-requisitos e as formas contínuas do progresso técnico-econômico”.

Para Giddens (1991) tal turbilhão de mudanças que segue a modernidade tem três fontes de potência, as quais são o distanciamento tempo-espço, o desencaixe e a reflexividade. Talvez, se não fosse por esses três elementos, a modernidade não teria se dissociado das sociedades tradicionais com tanta velocidade e se tornado globalizada. O desencaixe se refere às alterações das relações sociais que na pré-modernidade se davam localmente e, na modernidade, passaram por uma reestruturação independente da proximidade geográfica para ocorrer. O distanciamento tempo-espço se caracteriza pela reorganização das relações sociais por meio de distantes localizações e a reflexividade é proporcionada pela autocrítica, uma auto confrontação e uma capacidade de autotransformação social.

Quando se fala da modernidade reflexiva, trata-se da capacidade dos indivíduos de questionarem a própria modernidade, uma vez que todos estão conectados pelo processo de globalização. Dessa maneira, “a reflexividade da vida moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter” (GIDDENS, 1991, p. 49). Essa reflexividade sobre a própria condição induz a ação dos indivíduos no processo social, propiciando a transformação da sociedade. Nesse processo de reflexividade, os grupos minoritários, excluídos do Poder, como as mulheres, passam a questionar sua condição social e reivindicar o direito de exercer suas liberdades individuais, econômicas, políticas, visando obter respeito e respaldo social por suas demandas.

No contexto de reflexividade crítica, aborda-se a política da vida (políticas de autorrealização), a política emancipatória (políticas de desigualdade), a politização do local e a politização do global, como uma possibilidade para transformações futuras. Destarte, por política emancipatória compreendem-se os “engajamentos radicais voltados para a liberação das desigualdades ou servidão” (GIDDENS, 1991, p. 170).

Já a política da vida refere os engajamentos que visam proporcionar uma vida mais digna, justa e satisfatória para toda a população, e ambas as políticas, da vida e emancipatória, assumem um caráter de atuação local e global, oriundo da própria modernidade, visando ampliar o acesso aos direitos e liberdades de todos.

Através da reflexividade, dentro do processo democrático, com ampla participação popular e construção de pautas coletivas, governos podem atender as demandas populares, visando o desenvolvimento humano, social, econômico, político, rumo a uma sociedade mais igualitária e que reconheça às diferenças individuais que nos compõe enquanto coletividade (GIDDENS, 1991).

Cabe ainda apontar que a globalização da democracia liberal gerou uma crise que ficou conhecida como a da patologia dupla: “a patologia da participação, sobretudo, em vista do aumento dramático do abstencionismo; e a patologia da representação, o fato de os cidadãos se considerarem cada vez menos representados por aqueles que elegeram” (SOUSA SANTOS e AVRITZER, 2005, p. 42).

A filósofa e cientista política, Iris Marion Young (2000), alega que um processo de autorização eficaz em uma esfera pública de discussão, define uma agenda de questões e os principais pontos de discussão ou de luta, sendo que a responsabilidade de um representante é participar dos debates com outros representantes, ouvir suas questões, demandas, relatos e argumentos e com eles tentar chegar a decisões ponderadas e justas. Assim, para estabelecer e manter processos de representação legítimos e inclusivos impõe-se responsabilidades, tanto para os representantes, quanto para os representados, que se constroem por processos e relacionamentos diferenciados entre atores plurais, envolvendo tanto a autorização como a prestação de contas, ou seja, uma pessoa que representa outras de forma institucionalizada precisa estar autorizada a falar por elas.

As democracias em larga escala, inevitavelmente utilizarão a representação como parte fundamental de seus processos decisórios, até porque as instituições tratadas, nem sempre seriam necessárias para unidades menores do que países. Com a constituição dos Estados-Nação e as unidades administrativas maiores surgiram questões como:

[...] os cidadãos podem participar efetivamente quando o número de pessoas se tornar exageradamente grande ou geograficamente muito disperso (ou ambos, o que pode acontecer num país) para que possam participar de maneira conveniente na feitura das leis, reunindo-se em um único lugar? (DAHL, 2001, p.106-107).

O modelo vigente de representação política visa suprir demandas segmentadas, o que acaba reduzindo o espaço público à pequenez das disputas por

vantagens corporativas, onde poucos grupos conseguem se fazer ouvir. Conseqüentemente, a ideia hegemônica em torno da representação criou vácuos sociais, fazendo com que determinados segmentos da população não possuam participação, representação, ou sequer possam controlar socialmente seus representantes. É o caso das mulheres, incorporadas tardiamente no sistema democrático, após as lutas e mobilizações oriundas do movimento feminista “que têm como um de seus principais méritos a criticidade em relação ao modelo de democracia liberal-representativo, completamente dependente de sua burocracia limitadora” (ORSATO, 2008, p. 79).

Nesta mesma perspectiva crítica, aponta-se que na democracia representativa, após as eleições, os representantes escolhidos passam a responder pelos demais cidadãos, que tem pouquíssimo ou nenhum controle sobre aqueles que eles mesmos elegeram para representá-los. Após as eleições, os eleitores tornam-se praticamente descartáveis, não sendo mais chamados a participar, opinar e/ou decidir sobre as questões do governo e políticas públicas, assim “as instituições e a cultura de algumas democracias representativas de fato desestimulam os cidadãos a participar das discussões e decisões políticas” (YOUNG, 2006, p. 145-146).

Ainda no viés crítico à democracia representativa, a cientista política Chantal Mouffe destaca a necessidade de criação de um novo modelo de teoria política democrática, pois, a teoria dominante atualmente não é capaz de entender a importância do dissenso numa sociedade democrática, sendo “incapaz de captar as diferentes formas de antagonismos que emergem em nosso mundo globalizado, pós-guerra fria, e de enfrentar um tipo de política democrática que poderia dar conta deles” (MOUFFE, 2003, p. 11).

Por meio do pluralismo democrático, da ação popular e da construção de pautas coletivas, é que os governos podem atender as demandas da população visando o desenvolvimento humano, social, econômico, político, com amplo acesso a liberdades individuais e rumo a uma sociedade mais justa, considerando as diferenças individuais que nos compõe enquanto coletividade (SEN, 2000). Mouffe (2003, p. 25) propõe buscarmos estabelecer “uma ordem mundial pluralista onde muitas unidades regionais coexistam, com suas culturas e valores diferentes, onde uma pluralidade de compreensões dos direitos humanos e formas de democracia

sejam consideradas legítimas”. Para a autora, a única forma de evitar um colapso civilizacional seria a criação de uma ordem global pluralística, que estaria enraizada,

No reconhecimento da multiplicidade de cada um e das posições contraditórias a que esta multiplicidade subjaz. Sua aceitação do outro não consiste meramente em tolerar as diferenças, mas em celebrá-las positivamente porque admite que, sem alteridade e o outro, nenhuma identidade poderia se afirmar. Este é um pluralismo que valoriza a diversidade e o dissenso e não tenta estabelecer uma esfera pública a partir da sua eliminação, uma vez que reconhece neles a real condição da possibilidade de uma vida democrática a ser conquistada (MOUFFE, 2003, p.19).

O conflito agonístico entre representantes é de extrema importância para Mouffe (2003), significando que a inovação que a política democrática traz não é a superação da distinção nós/eles, mas a maneira diferente de estabelecer distinção comum. Desta forma, o problema fundamental que se mostra é como operar a discriminação nós/eles de forma que seja compatível com o pluralismo no campo político. Isto aduz que:

O “outro” não seja visto como um inimigo a ser destruído, mas como um “adversário”, isto é, alguém com cujas ideias iremos lutar, mas cujo direito de defender tais ideias não vamos questionar. Esta categoria de adversário não elimina o antagonismo, embora deva ser distinguida da noção liberal de competidor com a qual é às vezes identificada. Um adversário é um inimigo legítimo, um inimigo com quem temos em comum uma adesão partilhada aos princípios ético-políticos da democracia. Mas nossa divergência diz respeito ao seu significado e implantação, e não é algo que poderia ser resolvido através de deliberação e discussão racional; daí o elemento antagonístico na relação. Aceitar a posição do adversário é experimentar uma mudança radical na identidade política. Isso tem mais a qualidade de uma conversão do que de uma persuasão racional (no mesmo sentido do argumento de Thomas Kuhn sobre a adesão a um novo paradigma científico como um tipo de conversão). Na verdade, acordos são possíveis. Eles são parte de um processo da política, mas deveriam ser vistos como reveses temporários numa confrontação em curso (MOUFFE, 2003, p.16).

O constante processo de exclusão de indivíduos dos espaços econômicos e de decisão política reforçam o poder dos detentores da riqueza e dos meios de produção, que sempre pautaram as decisões referentes à vida de toda a população na sociedade moderna. Inúmeros grupos foram excluídos por esse sistema, que perpetua desigualdades, visando a manutenção do poder político e econômico das elites. Frisa-se que, para esta pesquisa, o olhar pluralista de Mouffe foi chave para análise que permite refletir sobre a possibilidade de construção de uma sociedade mais justa, que valoriza a igualdade na diferença.

A partir dos mecanismos de manutenção do poder das elites na sociedade moderna, expostos acima, aponta-se algumas particularidades do campo político, e suas dimensões simbólicas e materiais, nos termos de Bourdieu (2011). Em seguida será ampliada a discussão das complexas relações da democracia e dos conselhos municipais, analisando o quanto a forma como se dá o processo da representação dificulta o acesso das mulheres à política institucionalizada.

2.1. O Campo Político e o Poder Simbólico

O campo político, segundo Bourdieu (2011, p. 195), pode ser caracterizado como um “universo no qual operam critérios de avaliação que lhe são próprios”, este universo obedece a leis de funcionamento próprias, as quais se diferenciam das leis do mundo social ordinário. Por tais leis, quem quer que adentre ao campo da política, independentemente de ter consciência deste processo ou não, passa por uma transformação, uma conversão, caracterizada pelo aprendizado de um conjunto de saberes e habilidades características deste campo. A violação destas regras resulta em exclusão do campo ou fracasso em sua atuação neste, desta forma suas leis específicas constituem “um princípio de avaliação e eventualmente de exclusão” (BOURDIEU, 2011, p.195).

O campo político com suas variadas relações, ações e processos, que representam a grande estrutura da sociedade na esfera de atuação política, pode ser visualizado “como um lugar em que certo número de pessoas, que preenchem as condições de acesso, joga um jogo particular do qual os outros estão excluídos” (BOURDIEU, 2011, p. 197).

As condições de acesso ao campo político são socialmente diferenciadas, entre os homens e as mulheres, entre as pessoas mais ou menos escolarizadas, entre etnias diferentes e entre as classes sociais, por exemplo. Uma das condições sociais de acesso ao microcosmo do campo político é o tempo livre – que normalmente se dá pelas pessoas dotadas de um capital excedente que lhes possibilita subtrair-se das atividades produtivas e a colocar-se na posição de porta-voz – e o acesso à educação (BOURDIEU, 2011).

O tempo livre é uma questão que afeta em especial as mulheres, pois a dupla jornada de trabalho é uma realidade para grande parte delas. Elas são ao mesmo tempo trabalhadoras assalariadas como também as responsáveis pelos cuidados dos filhos e da casa, dificultando o acesso ao campo político. É notável que o participar ou não desse campo, não depende de habilidades inatas. Sobre esta questão, Bourdieu (2011, p. 196) afirma que:

Sabe-se que essas propensões, essas aptidões, essas capacidades são muito desigualmente distribuídas, não por natureza (não há pessoas que estariam dispostas a fazer uso dos poderes políticos ou dos direitos de cidadania, e outras que, por natureza, seriam desprovidas de semelhante disposição), mas porque existem condições sociais de acesso à política. Sabe-se, por exemplo, que no estado atual da divisão do trabalho entre os sexos as mulheres têm uma propensão muito menor do que os homens a responder às questões políticas.

Essa “constatação da capacidade desigual de acesso ao campo político é importante para evitar naturalizar as desigualdades políticas” (BOURDIEU, 2011, p. 196). Há condições sociais que favorecem ou limitam o acesso ao campo político e, mesmo dentro dele, há “lutas simbólicas nas quais os adversários dispõem de armas desiguais, de capitais desiguais, de poderes simbólicos desiguais” (BOURDIEU, 2011, p. 204).

O *poder simbólico*, por sua vez, tem como base a posse do capital simbólico, que é o poder de submeter outras mentes através de uma concepção já existente ou nova, de segmentações sociais, contando com a autoridade social anteriormente adquirida. Costuma ser o poder outorgado àqueles que detêm suficiente reconhecimento e estão em uma posição social que permite impor esse reconhecimento. Assim, o poder da representação, que permite comunicar em nome dos demais como um orador avalizado, pode ser adquirido apenas ao final de um prolongado transcurso de institucionalização do qual um representante é escolhido e recebe do grupo o poder de falar em nome dele. Sendo que “o poder simbólico é o poder de criar coisas com palavras, é o poder de consagração ou revelação, um poder de dissimular ou revelar coisas as quais já estão lá” (BOURDIEU, 1989, p. 138). Conforme o autor explana em outra parte de sua obra:

Parece-me que não é possível compreender verdadeiramente as relações de força fundamentais da ordem social sem que intervenha a dimensão simbólica dessas relações: se as relações de força fossem apenas relações de força físicas, militares ou mesmo econômicas, é provável que fossem infinitamente mais frágeis e fáceis de inverter. No fundo, é esse o ponto de partida de muitas de minhas reflexões. Ao longo de todo o meu trabalho

tentei reintroduzir esse paradoxo da força simbólica, do poder simbólico, esse poder que se exerce de maneira tão invisível que até esquecemos de sua existência e que aqueles que o sofrem são os primeiros a ignorar sua existência já que ele só se exerce por se ignorar sua existência. É esse o tipo mesmo do poder invisível (BOURDIEU, 2014, p. 224).

Assim, o poder simbólico é aquele que está sujeito àquele que o exerce, “um crédito com que ele o credita. É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe” (BOURDIEU, 1989, p. 188). O autor reconhece outro capital que ele denomina de capital pessoal de popularidade ou notoriedade, que é estabelecido no fato deste deter uma quantidade de qualificações específicas que são capazes de formar ou manter uma boa reputação, bem como, ao ser reconhecido ou conhecido em sua pessoa, como uma referência de poder. Com frequência é o produto da reconversão de um capital de prestígio acumulado, que pressupõe um determinado capital cultural ou um perfeito domínio da oratória, bem como, dispor de tempo livre para a dedicação a tais atividades públicas (BOURDIEU, 2014).

A desigualdade de acesso ao campo político deriva de uma desigualdade social estrutural que perpetua a manutenção do poder político, econômico e social das elites. Um ciclo perverso de exclusão social, em que os privilegiados (economicamente, com tempo livre, educação, segurança etc.) acessam o campo político, legislando, executando e julgando, justamente em benefício da manutenção do seu poder e em detrimento aos direitos humanos básicos e ao desenvolvimento social (BOURDIEU, 2014)

Miguel (2001), em uma perspectiva histórica, avalia que as mulheres comumente detêm menor capital político que os homens e que isso contribui para que o campo político seja um espaço predominantemente masculino. Em outras palavras, a falta de reconhecimento das mulheres enquanto seres humanos aptos ao exercício da atividade política faz com que elas tenham chances significativamente menores de serem eleitas e/ou obterem posição de destaque público.

Posto de outro modo, sob a forma de esquemas perceptivos, as mulheres assimilam a visão dominante crendo ser natural ou normal a ordem social estabelecida e, preveem seus destinos já determinados, resignando-se às posições que lhes são historicamente reservadas, uma extensão do núcleo doméstico vinculado à educação, ao cuidado, à saúde – sem fomento ao protagonismo ou cargos de chefia, mesmo que o cenário esteja se modificando constantemente no

sentido de maior inclusão mercadológica das mulheres. A manutenção do *habitus* é uma das bases estruturais da divisão sexual do trabalho, pois estes princípios são transmitidos corpo a corpo (BOURDIEU, 2017). Para exemplificar essa questão, pode-se citar o caso da frequência com que se observa a defasagem entre declarações e práticas, como no caso dos homens que se dizem contrários ao assédio sexual, mas na prática o exercem.

Sem atribuir estratégia de resistência organizada pelos homens, supõe-se que o sistema de incorporação, se origina de um entendimento equivocado e carregado de sentimento sobre o valor da posição social atrelada a identidade sexual, ou a feminilização (BOURDIEU, 2017). Bourdieu argumenta ainda, que:

A violência de certas reações emocionais contra a entrada das mulheres em tal ou qual profissão é compreensível se virmos que as próprias posições são sexuadas e sexualizantes, e que, ao defender seus cargos contra a feminilização, é sua ideia mais profunda de si mesmos como homens que os homens estão pretendendo proteger, sobretudo no caso de categorias sociais como os trabalhadores manuais, ou de profissões como as forças armadas, que devem boa parte, senão a totalidade, de seu valor, até mesmo a seus próprios olhos, à sua imagem de virilidade (BOURDIEU, 2017, p.134).

As ferramentas conceituais que compõe todo o trabalho de Bourdieu são essenciais para analisar a trajetória de atuação política das representantes da sociedade civil no CMDR e no COMSEA, propiciando o aporte teórico para discutir o campo político, o *habitus*, os capitais, o material e o simbólico, a partir da percepção das representantes entrevistadas durante a fase de campo desta pesquisa. Assim, incorporadas estas considerações, o objetivo da próxima seção será apontar algumas questões a respeito da democracia representativa e dos conselhos municipais, como sua formação, suas regras de funcionamento e sua organização. Posteriormente, discute-se o quão limitante a democracia representativa é à inclusão de demandas de diversos atores sociais, especialmente às mulheres.

2.2. A Democracia Representativa e os Conselhos Municipais

A resistência ao regime militar e ao governo autoritário instalado no ano de 1964 fez com que diversos setores da sociedade civil brasileira, oriundos dos movimentos sociais populares, como sindicatos de trabalhadores, associações de profissionais, partidos políticos de oposição, igrejas, universidades, imprensa etc., se organizassem de forma substancialmente unificada, possibilitando o desempenho do seu fundamental papel no processo de transição democrática (DAGNINO, 2002).

Com o retorno das instituições democráticas formais básicas em 1988 – como as eleições, a liberdade de imprensa, a liberdade de associação político-partidária e, o avanço do próprio processo democrático – ganham evidência os diferentes projetos políticos presentes na sociedade civil brasileira, demonstrando que a luta pela democracia também ocorre nesta e não apenas no Estado (DAGNINO, 2002). Ao mesmo tempo:

Em diversas partes do mundo, os governos nacionais observaram que os governos locais apresentavam maior proximidade de relação com os cidadãos, podendo, com isso, reforçar as identidades culturais presentes nos territórios, fortalecer os mecanismos de participação popular e estimular as manifestações simbólicas das comunidades, proporcionando segurança e proximidade entre cidadãos e representantes. Isso resultou em uma descentralização do poder do Estado, como resposta a reivindicações locais e esforço do próprio Estado em legitimar seu poder frente à crise de confiança dos cidadãos nas instituições estatais (CASTELLS, 1999, citado por Kiyota, 2007, p. 16).

Concomitantemente, governos estrangeiros e corporações multinacionais se tornaram cada vez mais parecidos em suas recomendações, frequentemente exercendo poderes políticos e econômicos, preocupam-se em controlar quem passa a integrar os mecanismos de credores/doadores e como suas vozes e suas opiniões são representadas e mediadas. Para compreender o que acontece com a participação faz-se necessário observar o que acontece com os que são convidados a participar, e que tipos de resultados eles produzem (CORNWALL, 2000 apud KIYOTA, 2007).

Andrea Cornwall (2000) aponta que a modificação no discurso desenvolvimentista da década de 1980, especialmente por parte de governos, credores, doadores e Organizações não Governamentais (ONG), fomentaram novos espaços de participação política visando, em tese, envolver ativamente os cidadãos

nos assuntos que afetam seus cotidianos. “O Banco Mundial tem sido uma fonte particularmente prolífica de literatura sobre esses benefícios da participação, desde meados da década de 1970 até o presente” (CORNWALL, 2000, p.10). O propósito desses esforços de envolvimento dos cidadãos

Novos processos de governança são inspirados, e sustentados, pela visão de que isso gera melhores cidadãos, ao mesmo tempo em que gera melhores decisões (ou certamente decisões mais amplamente aceitas) e um governo melhor. (Mansbridge 1999; Bohmann e Rehg 1997; Gaventa, 2000, apud CORNWALL, 2000, p.1, tradução nossa)⁵.

Assim, essas novas experiências de governança abriram caminho para novas instâncias de participação, deliberação e controle sobre alguns recursos, trazendo novas responsabilidades para os participantes, tanto na teoria, quanto na prática. Estes espaços surgiram nos mais variados lugares e momentos, contribuindo com a complexidade das formas institucionais, das práticas e dos significados que hoje caracterizam a participação.

Promovendo arenas anteriormente vedadas à voz dos cidadãos, tais movimentos fomentaram a inclusão cidadã nos espaços políticos decisórios, dando origem a novas formas de interações e de instituições, derrubando antigas limitações e apresentando resistência e alternativa às configurações de poder. O modelo de participação política associado à democracia liberal, passou a ser auxiliado por uma inédita prática democrática, oferecendo possibilidades de controle político ambíguo, seja no planejamento, no orçamento, no diálogo político, na avaliação de projetos, no monitoramento ou na avaliação de alternativas participativas aos processos, desde que orientados por especialistas (CORNWALL, 2000).

Em síntese, o Brasil, que alternou seu exercício de poder político entre períodos autoritários e democráticos até o ano de 1985, seguiu a tendência mundial propagada pelas agências de fomento pós II Guerra Mundial. Porém, foi por meio dos movimentos sociais de trabalhadores, que conseguiu reivindicar uma democratização da democracia⁶ e, assim, disputar o próprio significado de

5 Efforts to involve citizens more directly in processes of governance are inspired, and underpinned, by the view that to do so makes for better citizens, better - or certainly more widely accepted - decisions and better government (Mansbridge 1999; Bohmann and Rehg 1997; Gaventa, this volume).

6 Ao utilizar a expressão democratizar a democracia, orienta-se o discurso rumo a um conjunto de estudos e esforços voltados às formas participativas, deliberativas e comunitárias, exercidas a nível local e nacional, que interpelam diretamente a democracia representativa.

determinadas práticas democráticas, bem como, a ampliação das arenas democráticas e das formas de participação social (SOUSA SANTOS, 2005).

O contexto da chamada Constituição Cidadã (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988), oportunizou a participação social através de ação conjunta entre sociedade civil e Estado em novos espaços institucionais, que representaram uma oportunidade de debate entre a sociedade civil e o poder público de uma forma muito diferenciada do Poder Legislativo ou do Executivo. Estes novos espaços institucionais são os conselhos gestores, os fóruns, as câmaras setoriais, os orçamentos participativos que, em tese, possibilitaram estabelecer diálogos para uma sociedade onde uma nova cidadania⁷ fosse uma realidade (DAGNINO, 2002; SILVA, 2006; AVRITZER, 2007).

Abramovay (2001), numa perspectiva crítica, expõe a diversidade de conselhos como a mais significativa criação institucional de políticas públicas no Brasil democrático, mesmo que, a esmagadora maioria das pesquisas sobre conselhos municipais, exponha a fragilidade da participação social e a “frequente submissão a poderes locais dominantes. Mas é praticamente unânime o reconhecimento do potencial de transformação política que os conselhos encerram” (ABRAMOVAY, 2001, p.121). Ademais, aponta a alocação de recursos governamentais como fator preponderante na formação dos conselhos e das características de considerável parte dos representantes, sendo que os conselheiros em sua maioria são pouco representativos, desinformados, despreparados para atuar, indicados pelos que controlam a organização ou entidade, ou um pouco de cada, mas salienta que o simples fato dos conselhos existirem e abrirem caminho para a discussão sobre os recursos públicos é uma inegável conquista democrática.

A pesquisa sobre o perfil de municípios no país, realizada pelo IBGE, que relacionou informações sobre quantidade de conselhos municipais de 1999 a 2013, segmentados por população, ano de criação no município, regiões e características, demonstra que, em 1999 existiam quase 27 mil conselhos, numa média de 4,9 por município; 98% dos municípios brasileiros tinham conselhos de saúde, 93% de educação e de assistência e ação social e 71% de crianças e adolescentes. Também

⁷ Essa nova cidadania surge com os movimentos sociais nos anos 1980, visando assegurar a principal condição para a existência da sociedade civil, que se mostrou a única alternativa ao regime militar: a garantia de direitos básicos para a convivência em sociedade, objetivando maior igualdade entre seus membros, que são considerados portadores de direitos, em todos os níveis, inclusive a participar da gestão pública efetivamente (DAGNINO, 2002).

existiam aproximadamente 351 conselhos estaduais. Ao relacionar a porcentagem de conselhos nos municípios em 2009 e o número de conselhos nas unidades da federação em 2012, verificou-se maior presença de conselhos nos seguintes temas: Educação, Direitos da Criança e do Adolescente, Saúde e Meio Ambiente (IBGE, 2018).

Desde o começo dos anos 1990, a participação foi aceita como uma prática de excelência por todos os atores do desenvolvimento, entretanto, seus ditos “acordos benéficos” encobrem interpretações discordantes. A versatilidade da expressão participação possibilita uma série de contradições e paradoxos. Parcelar criteriosamente o poder decisório pode garantir aquiescência, diminuir os custos do governo por meio de provisão de encargos, aumentar a eficácia e eficiência da intervenção planejada, bem como, reforçar a legitimidade moral e política daqueles que a utilizam. Em outras palavras, transferência de responsabilidade. De todo modo, o valor da ferramenta participação foi reconhecido internacionalmente através de organizações como o Banco Mundial e, nacionalmente, por credores e doadores. Assim, ao lado da participação e coparticipação, os poderosos oferecem vagas aos movimentos sociais, aos que ficam a margem do acesso aos direitos (CORNWALL, 2000). Cornwall evidencia outro aspecto dos chamados *invicted spaces*, nome dado aos:

[...] espaços criados através da intervenção do Estado ou de outros atores poderosos do desenvolvimento, nos quais os cidadãos são convidados a participar” (CORNWALL, 2004, p. 1-2, tradução nossa), destacando que é pela demanda de políticas públicas que estes espaços foram criados, estimulados e mantidos. Essa percepção do espaço político evoca diferenciados atores com interesses e conhecimentos em intensa interação, visando possibilitar novas alternativas de participação, contudo, algumas ideias e pessoas não são convidadas a participar. (KIYOTA, 2007, p. 18)

Ficando desta forma, sem representação. Também é preciso considerar a crise do setor público, o agravamento dos problemas de cunho social e o incentivo das agências internacionais de financiamento, que perceberam as muitas vantagens da participação das populações-alvo no planejamento, fiscalização e execução dos recursos recebidos. Deste modo, os espaços institucionais de participação, como os conselhos, têm por objetivo “[...] a democratização do processo para atingir a eficácia dos resultados” (TATAGIBA, 2002, p. 47, apud KIYOTA, 2007, p. 17).

Sendo os conselhos, o produto de um árduo processo de embates entre movimentos sociais e o Estado, podem ser caracterizados como *lócus* de debates e

deliberações políticas, subsidiadas pelas normativas nacionais, que retratam um aparelho institucional organizado e sistêmico, o qual é permitido agir nas três esferas governamentais (município, estado e união) (LUCHMANN e ALMEIDA; 2010).

Suas atribuições são legalmente determinadas e incidem na formulação, implementação e fiscalização das políticas na respectiva esfera governamental onde atuam. Convém ressaltar duas características centrais da composição destes espaços: a paridade na representação entre sociedade civil e Estado e a participação por representação de entidades ou organização da sociedade civil (LUCHMANN; ALMEIDA; 2010, p. 89).

Dagnino (2002) usa a expressão espaços públicos como sinônimo para fóruns de deliberação política institucionalizados, oriundos da esfera pública, a partir da relação entre Estado e Sociedade Civil Organizada. A construção destes espaços institucionais apresentou uma “complexa dinâmica oriunda da disputa de distintos projetos políticos, evidenciando o embate entre diferentes concepções sobre os limites e a natureza deste processo” (KIYOTA, 2007, p. 17). De todo modo, os conselhos municipais são apresentados como importantes mecanismos de participação social e de proposição de políticas públicas específicas para determinados grupos ou assuntos, independente de terem suas demandas atendidas ou não.

Como dito anteriormente, muitos estudos salientam que o surgimento de novos espaços institucionais de participação são uma experiência vivenciada globalmente nas democracias. Compreender a dinâmica de funcionamento dos espaços de participação é crucial para avaliar seu potencial, afinal, esses espaços só são de participação cidadã quando aos cidadãos e cidadãs é dada uma expressiva oportunidade de falar e fazer-se ouvir pelos que os ali colocaram. Mesmo com a abundância de pautas, a participação cidadã permanece distante da realidade em diversos países. Ademais, “as mais antigas formas de participação persistem nas práticas da maioria das agências de desenvolvimento – incluindo aqueles que defendem toda a linguagem correta sobre direitos e democracia” (CORNWALL, 2000, p. 8, tradução nossa).

O enfoque na participação como mecanismo básico para a concretização da cidadania a todas as classes evidencia as limitações fixadas pelo contexto, pelos discursos e pelas estratégias adotadas pelos atores relacionados, dividindo-se em dois pontos para a discussão. Primeiro, os limites de atuação do poder público municipal, a implantação de novas relações de exclusão social, o aumento da cultura

consumista mundial, dos jogos, da violência, do prazer, do imediatismo, a bancarrota das políticas sociais dos governos federal e estadual, a predominância da alocação política e econômica neoliberal com foco em competitividade, produtividade e sobrevivência dos mais “capazes”, a reorganização da economia globalizada, compondo um dinâmico e complexo contexto que impõe variadas obstruções a efetivação de uma plena cidadania, em que sejam assegurados os direitos sociais.

Segundo os focos no aspecto municipal ou local tornam mais difíceis à elaboração de estratégias à participação na gestão municipal, que resultem em ações em nível federal e estadual e, ações autônomas por parte da sociedade civil, que sejam capazes de transpassar os limites municipais à efetivação da cidadania (SILVA, 2002).

Abers & Keck (2008), destacam o que ocorre nos conselhos municipais como uma interação inovadora entre os diferentes atores, com demandas e recursos diversos, onde, além da legitimidade, o que é representado está em constante articulação e é pensado considerando o jogo político local. De acordo com (SCHULZ, et al., 2013), devido a esta diversidade de interação, os conselhos municipais são espaços que favorecem a elaboração de novas práticas para sanar demandas e estas novas práticas podem e devem ser estudadas em profundidade. No processo de representação existente nos conselhos municipais, diversos fatores devem ser levados em consideração, como, por exemplo, a força da sociedade civil frente à autoridade governamental.

Os cidadãos que atuam junto aos conselhos municipais têm uma relação entre representante e representado diferente da existente nos Poderes Legislativo e Executivo, embora ambos exerçam o papel de elaboração de políticas públicas. No Legislativo e no Executivo, os representantes são escolhidos via sufrágio universal, já nos conselhos, os representantes são indicados pelo poder público e pelas entidades da sociedade civil organizada, como ONGs, sindicatos e associações. Assim,

Formas de relativização da representatividade (Young, 2000) ou de articulação entre democracia representativa e democracia participativa (Santos, 1998) parecem mais promissoras na defesa de interesses e identidades subalternas. Por estas razões, a democracia participativa [...] está reinventando a emancipação social (SOUSA SANTOS e AVRITZER, 2005, p.54-55).

A representação da sociedade civil, para Avritzer (2007), é uma representação por afinidade, que tem ocorrido intensamente nos conselhos municipais. Em tese, este processo dá-se a partir do engajamento da sociedade civil, que com suas experiências em movimentos sociais discutem políticas públicas há um tempo considerável e, por meio destas experiências adquiridas na militância diária, alguns são eleitos ou indicados por seus grupos para representá-los junto aos conselhos, e teoricamente, de algum modo, são cobrados pelo próprio grupo sobre a atuação nestes espaços.

Uma característica particular relacionada a representação distingue a questão dos conselhos, pois junto aos grupos de interesse e associações civis, participam também os representantes do Estado. Essa ideia de que o Estado pode estar representando um ponto parcial é, em termos teóricos, difícil de ser aceita, bem como, não esclarece em nome do quê ou de quem seus representantes estatais votam e se manifestam nos conselhos (ABERS e KECK, 2008).

A propósito, salienta-se que a combinação entre representantes da sociedade civil e do poder público, que torna os conselhos brasileiros dos mais peculiares, consagra o importante papel dos movimentos populares reformistas. Assim, diversos autores ampliaram estudos e discussões acerca da representação e examinaram as particularidades da representação associativa, desde suas formas mais tradicionais até as configurações mais atuais onde a representação é formalizada. Todavia, a questão da representação nos conselhos municipais ultrapassa o questionamento sobre como e se a sociedade civil detém autorização para ser a voz dos variados setores da sociedade (ABERS e KECK, 2008).

Os conselhos municipais são muitos e diversificados, contudo possuem algumas semelhanças: são criados por lei, possuem certa autonomia sobre normas, planos e orçamentos em suas áreas de atuação, onde “os membros devem ‘representar’ grupos do setor privado, sindicatos de trabalhadores, órgãos estatais e associações civis, com respaldo social amplo e uma missão que corresponda às finalidades do conselho” (ABERS e KECK, 2008, p. 100).

Se compararmos com os Poderes Legislativo e Executivo, os conselhos municipais recebem pouca atenção e, muitas vezes, são criados apenas para atender a legislação federal e estadual que vincula o repasse de recursos e verbas aos pareceres dos conselhos municipais (ABRAMOVAY, 2001; DAGNINO, 2002; SILVA, 2006), o que pode justificar a desarticulação da sociedade civil no que tange

a aproveitar ao máximo os espaços de discussão e deliberação propiciados pelos conselhos estudados e o desenvolvimento de ações e proposição de políticas públicas.

É a partir deste ponto que passamos a tratar a análise sobre o Estado, a representação e a participação sob a perspectiva crítica de gênero, iniciando com o cenário internacional e nacional de representação das mulheres, pela via da democracia institucionalizada. Afinal, neste tempo, memorável por sua efervescência social, propõe-se o caminho da pluralidade representativa e democrática como propulsor de uma nova forma de atuação política que objetive englobar e atender uma demanda maior de reivindicações populares dentro dos mais variados espaços de poder.

3. GÊNERO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE

Gênero é uma categoria “útil de análise” que nos auxilia a compreender a participação e representação política das mulheres nos conselhos municipais. Esta categoria tem base na conexão de duas proposições: "o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder" (SCOTT, 1989, p. 21). Neste sentido as mudanças que ocorrem nas relações sociais correspondem sempre às mudanças nessas representações de poder, estas, no entanto, não seguem um sentido único ou evolutivo.

O termo gênero passa a ser utilizado pelas pesquisadoras feministas em meados dos anos de 1980, como uma forma de “referir-se à organização social da relação entre os sexos” (SCOTT, 1989, p. 2). Gênero passa a incutir uma noção relacional no vocabulário analítico e, manifesta uma rejeição ao determinismo biológico presente em termos como “diferença sexual” ou “sexo”, sublinhando o caráter relacional das normas de feminilidades.

Em suas versões mais propagadas, o termo gênero refere-se a um conceito chave desenvolvido por pesquisadoras e estudiosas feministas, justamente para dismantelar a naturalização frente às diferenças atribuídas aos homens e as mulheres, como se fossem inatas. Em outras palavras, o uso da palavra sexo remonta as distinções biológicas e, é por isto, que cunha-se o termo gênero, para apontar a diferença de ordem cultural que se impõe sobre as distinções sexuais, originando as ideias e/ou conceitos de masculinidade e feminilidade (PISCITELLI, 2009).

Pode-se dizer que a história do pensamento feminista faz contraponto à construção hierárquica da relação entre masculino e feminino, e uma tentativa de reverter ou deslocar seus funcionamentos. Dentre as precursoras da utilização do termo gênero, as analogias com a classe, a raça e o sexo eram explícitas, demonstrando o compromisso destas pesquisadoras com as falas das oprimidas, analisando a natureza desta opressão. Este ponto demonstra, ainda, que estas pesquisadoras percebiam "que as desigualdades de poder estão organizadas segundo, no mínimo, estes três eixos" (SCOTT, 1989, p. 3-4).

Desse modo, as desigualdades de gênero precisam ser analisadas a partir da interseccionalidade entre gênero, classe e raça, que pode ser observada em diversos espaços e tempos, como no caso da divisão sexual e racial do trabalho, em que a renda oscila segundo o sexo e a cor dos indivíduos. Neste sentido, Young (2000), defende que a desigualdade socioeconômica estrutural, com frequência, produz desigualdades e exclusão relativa das discussões políticas influentes e, propõe promover maior inclusão e influência dos grupos sociais sub-representados, o que pode contribuir para que uma sociedade reduza desigualdades sociais estruturais.

As teorias feministas de abordagem da política apresentaram cruciais contribuições às discussões sobre o patriarcado – ou a dominação masculina (BOURDIEU, 2017) – proporcionando questionamentos e complexificações das categorias fundamentais do universo político, como as noções de democracia, de justiça, de igualdade, de autonomia, de espaço público e noções de indivíduo. Assim, “não é mais possível discutir a teoria política ignorando ou relegando às margens a teoria feminista, que [...] é um pensamento que parte das questões de gênero, mas vai além delas, reorientando todos os nossos valores e critérios de análise” (MIGUEL e BIROLI, 2014, p. 17).

Para a análise das instituições e relações patriarcais, trazemos a obra de Bourdieu (2017), que descreve as relações de dominação entre homens e mulheres como dominação masculina, uma forma de violência simbólica, que engloba a imposição de significados como sendo legítimos, de forma a disfarçar as relações de força que sustentam a dominação. Em outras palavras, a violência simbólica é justamente a manutenção de um poder que se mascara nas relações, que adentra em nossa noção de mundo e em nosso pensamento, fazendo com que a reprodução da ordem social seja mantida e legitimada.

Podemos citar como exemplos de violência simbólica, a diferença de salário entre homens e mulheres com a mesma escolaridade e o mesmo cargo/função, assim como, as maiores dificuldades de acesso ao campo político para as mulheres que para os homens. É neste sentido, que passamos a discutir as relações de gênero e a divisão entre os espaços público e privado, fortemente atrelados a baixa representatividade das mulheres junto à política institucionalizada.

3.1. As Relações de Gênero e a Divisão entre o Espaço Público e o Privado

Este segmento objetiva trabalhar a respeito das questões de gênero a partir de um olhar sobre as relações entre mulheres e homens na esfera pública. Assim, inicia-se com a discussão a respeito da divisão entre as esferas pública e privada, e como o gênero se constrói a partir destas categorias, partindo para o debate teórico feminista, mais precisamente, quanto à resistência histórica para a conquista de direitos e o atual contexto de ocupação dos espaços políticos institucionais pelas mulheres. As representações sociais e identidades sexuais são construídas por meio da dicotomia entre o público e o privado.

A atribuição de traços e características comportamentais distintas entre homens e mulheres, com base no seu sexo e sua capacidade reprodutiva, são usadas como forma de legitimação e justificação de preconceitos que delimitam os seus espaços de atuação. Faz-se crer que estes traços e características, denominados masculinidade e feminilidade, sejam considerados inatos e completamente "naturais". Exemplo disto é a associação direta entre as características ditas femininas e a capacidade de gerar filhos, atribuindo às mulheres a manutenção do espaço doméstico e familiar, sendo o principal local de atuação da figura feminina intitulada *mãe* (PISCITELLI, 2009).

Deste modo, pode-se observar que a desigual distribuição de poder entre as mulheres e os homens é oriunda das diferenças consideradas naturais atribuídas às diferenças sexuais e, assim, estas desigualdades também passam a ser naturalizadas nos diversos âmbitos sociais (PISCITELLI, 2009), demarcando e configurando os espaços público e privado.

Para Hannah Arendt (1999) a esfera pública é marcada pela liberdade, enquanto que a privada é caracterizada pela necessidade. A esfera privada, da casa e da família, é baseada em relações de parentesco, definida por ser um reino de violência, no qual apenas o chefe da família – o homem – possui poder absoluto sobre os seus subordinados – mulher, filhos e escravos. Essa convivência entre déspota e subalternos era justificada em virtude das necessidades e carências biológicas, sendo a necessidade a motivação de toda ação na esfera privada caracterizada pelo autoritarismo. A esfera pública é caracterizada pelo comum, sendo definida pela persuasão através da política e da retórica.

Segundo Andréia Orsato (2008), a esfera pública é constituída como uma esfera privativa dos homens, especialmente, no que tange ao político ou ao espaço de tomada de decisões. Por outro lado, observa-se que a esfera privada não é um espaço exclusivo das mulheres, e nela, também se estruturam relações de poder na qual as mulheres ficam em desvantagem.

Os índices de participação política das mulheres são considerados muito baixos em quase todas as democracias ocidentais e um conjunto de causas explica o fato, principalmente, a marcante divisão entre o espaço público e privado, sendo que a cidadania e a política pertencem à esfera pública, sob o domínio dos homens, já a família e as relações domésticas pertencem à esfera privada, sob responsabilidade das mulheres (ORSATO, 2008).

Pinto esclarece que a segunda metade do século XX trouxe transformações importantes na divisão dos papéis sociais, caracterizando um processo de saída de casa pelas mulheres, a qual se soma a grande presença do movimento feminista, a partir da década de 1980. Contudo, as mulheres não ocuparam a vida político-partidária na mesma proporção que ocuparam o mundo do trabalho. Para compreender tal questão duas outras dimensões do problema devem ser consideradas:

A primeira, diz respeito à própria natureza da participação política posta pela democracia liberal e a segunda refere-se à dinâmica do movimento feminista e sua relação com a política. Inúmeros trabalhos têm contestado a forma como se constitui a esfera pública (política) nas democracias liberais, que, por sua natureza, parte do reconhecimento de uma igualdade fundamental entre os cidadãos através do qual se estabelece as regras do regime democrático (PINTO, 2001, p.101).

Neste mesmo sentido, Orsato (2008) aponta que diversas autoras feministas endereçaram críticas à democracia liberal representativa, destacando que o modelo impediu o exercício político das mulheres por muito tempo. Assim, a primeira grande movimentação de mulheres deu-se pela exigência de enquadramento enquanto cidadãs, com garantia a votar e ser votada. Este debate deu-se durante todo o século XX, representando de certo modo uma expansão no processo da cidadania e ao mesmo tempo da própria democracia.

Num segundo momento, as feministas concluíram que o direito formal de integrar a esfera pública, não bastava, afinal, permaneciam subjugadas e enfrentando gigantescas dificuldades para participarem nos espaços decisórios. O objetivo da luta passou a ser pela reserva de vagas nas candidaturas proporcionais,

mas não teve o resultado que estavam esperando. A terceira investida feminista à democracia agrega o movimento atual de crítica ao modo de inserção das mulheres no sistema de democracia liberal-representativa e na política como um todo, que certamente não dá conta das demandas das mulheres e de outros segmentos sociais. É gigantesco o descrédito da população em relação ao modelo vigente de organização e aos políticos, o que se denomina crise de representação, que vem fragilizando sistematicamente o sistema político (ORSATO, 2008).

Orsato (2008) dialoga com Pinto (2001), aludindo que se vive um paradoxo da democracia representativa que não consegue representar, sendo cada vez mais difícil a elaboração de propostas e a representação de interesses coletivos. Estas informações fazem crer que existe de fato, uma falência da democracia liberal representativa, ao passo que se direciona a sua superação, caminha-se no sentido de construir alternativas de organização política.

Pinto (2001, p.102) dirige sua crítica “à construção de esferas públicas onde as desigualdades devem ficar entre parênteses, o que na prática significa ou a exclusão dos grupos mais frágeis, ou a pura dominação no próprio interior da esfera pública”, isso resulta em um campo político dominado por homens brancos, ricos e de nível educacional muito acima da média da população brasileira, respondendo a “um pacto que, tomando os desiguais como iguais, exclui os desiguais”

Desse processo advém um dos mais claros limites da participação política expressa em cargos conquistados: “a falta de recursos (capital político) dos grupos dominados e/ou mais frágeis para disputar com reais oportunidades os cargos eletivos” sendo “muito importante desfocar a pouca participação através de cargos eletivos da sua exclusiva condição de mulher colocando-a em um contexto amplo de exclusão” (PINTO, 2001, p.102).

Arendt (1999, p.67) nos lembra que “embora o mundo comum seja o terreno comum a todos, os que estão presentes ocupam nele diferentes lugares”. Assim, a entrada e atuação das mulheres na política são incomuns se comparados às mobilizações efetuadas pelos homens neste campo, quer se trate de partidos, do legislativo e do executivo, pois a política é uma profissão concebida, organizada e concentrada – desde seus aspectos nucleares – no e para o sujeito masculino. Além disso, as desigualdades de gênero podem ser percebidas no entrelaçamento das relações de poder do mundo doméstico, do mundo do trabalho e da política.

É a partir da segunda metade do século XX, que as mulheres iniciam o processo de acesso à cidadania. A separação entre mulher e homem, entre o privado e o público, como se fossem categorias universais, estão na base dos critérios que constituem a exclusão, a inclusão e a classificação que alimentam a atual noção do direito a ter direitos ou a cidadania (ORSATO, 2008).

Para Arendt (1999), o “mundo familiar jamais pode substituir a realidade resultante da soma total de aspectos apresentados por um objeto a uma multidão de espectadores”, pois:

Somente quando as coisas podem ser vistas por muitas pessoas, numa variedade de aspectos sem mudar de identidade, de sorte os que estão a sua volta sabem que veem o mesmo na mais completa diversidade, pode a realidade do mundo manifestar-se de maneira real e fidedigna (ARENDR, 1999, p.67).

A autora destaca a importância da vida pública afirmando que:

[...] ser visto e ouvido por outros é importante pelo fato de que todos veem e ouvem de ângulos diferentes. É este o significado da vida pública, em comparação com a qual até mesmo a mais fecunda e satisfatória vida familiar pode oferecer somente o prolongamento ou a multiplicação de cada indivíduo, com os seus respectivos aspectos e perspectivas (ARENDR, 1999, p.67).

Ou seja, o viver estritamente na esfera privada significa a privação de ser visto e ouvido pela comunidade política. Neste sentido “é em relação a esta múltipla importância da esfera pública que o termo ‘privado’, em sua acepção original de ‘privação’, tem significado” (ARENDR, 1999, p.68).

Para o indivíduo, viver uma vida inteiramente privada significa, acima de tudo, ser destituído de coisas essenciais à vida verdadeiramente humana: ser privado da realidade que advém do fato de ser visto e ouvido por outros, privado de uma relação “objetiva” com eles decorrente do fato de ligar-se e separar-se deles mediante um mundo comum de coisas, e privado da possibilidade de realizar algo mais permanente que a própria vida. A privação da privacidade reside na ausência de outros; para estes, o homem privado não se dá a conhecer e, portanto, é como se não existisse. O que quer que ele faça permanece sem importância ou consequência para os outros, e o que tem importância para ele é desprovido de interesse para os outros (ARENDR, 1999, p.68).

A isto se associa à definição de uso social dos corpos diretamente vinculada à construção social das relações que baseadas em oposições correlatas, dividem todas as atividades, conhecimentos e comportamentos conforme a distinção sexual (BOURDIEU, 2017).

Segundo Hirata & Kergoat (2007), as desigualdades de gênero podem ser percebidas no entrelaçamento das relações de poder do mundo doméstico, do mundo do trabalho e da política. Há um consenso entre quase todos os escritos, em que a divisão sexual do trabalho é tratada como:

A forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.) (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 599).

As mulheres, em inúmeras situações ficam submetidas à dupla jornada de trabalho, em razão da divisão dos papéis sociais permanecerem atrelados à compreensões convencionais de feminino e masculino, em que as mulheres continuam a ter responsabilidade quase exclusiva na criação dos filhos e nos afazeres domésticos (MIGUEL e BIROLI, 2014).

Quase em sua totalidade, naturalizadas e legitimadas pelo Estado, pela escola, pela igreja, pela sociedade, as relações de dominação não são percebidas e seguem disciplinando e domesticando nossas vidas. Além de sua difícil percepção, a violência simbólica é dissimulada e perpassa toda a estrutura social, sendo uma importante ferramenta da elite dominante na imposição da sua cultura aos dominados (BOURDIEU, 2017).

Essa dominação masculina, primeiramente concentrada apenas no ambiente doméstico e privado, se alastra por todos os campos. É como se a divisão entre os sexos pertencesse a ordem natural das coisas, tão natural a ponto de ser considerada inevitável. Ela pode ser observada “nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação” e “adquire, assim, todo um reconhecimento de legitimação” (BOURDIEU, 2017, p. 21).

O *habitus*, ou seja, nossos esquemas inconscientes de percepção que direcionam nossas categorias cognitivas e ações reproduzem pensamentos e comportamentos ditos adequados ou não às mulheres e aos homens, sendo uma consequência do poder dominante que se reproduz simbolicamente. Justamente por não conseguirmos enxergar essas estruturas simbólicas de dominação, por não percebermos a ideologia contida nos discursos, pensamentos e ações, é que a

dominação é mantida e evidenciada em sua dispensável justificação, como se fosse uma visão de mundo neutra e natural, que não precisa ser explicada (BOURDIEU, 2017).

Ademais, a diferença biológica entre os corpos das mulheres e dos homens, especificamente, o sexo, pode ser visualizada como uma justificativa naturalizada da diferença construída socialmente para ambos os gêneros, sendo base da divisão social do trabalho.

Dado o fato de que o princípio da visão social que constrói a diferença anatômica, e que é esta diferença socialmente construída que se torna o fundamento e a caução aparentemente natural da visão social que a alicerça, caímos em uma relação circular que encerra o pensamento na evidência de relações de dominação inscritas ao mesmo tempo na objetividade, sob forma de divisões objetivas, e na subjetividade, sob forma de esquemas cognitivos que, organizados segundo essas divisões, ordenam a percepção das divisões objetivas (BOURDIEU, 2017, p. 25).

O público e o privado, assim como as relações de gênero, atravessam completamente a sociedade e não dizem respeito apenas às mulheres, afinal, gênero é um dos eixos organizadores das nossas experiências sociais no mundo. Assim, “onde há desigualdades que atendem a padrões de gênero, ficam definidas também as posições relativas de mulheres e de homens - ainda que o gênero não o faça isoladamente, mas numa vinculação significativa com classe, raça e sexualidade” (MIGUEL e BIROLI, 2014, p. 8).

Frente às violências materiais e simbólicas que as mulheres enfrentam, têm-se observado movimentos sociais e organizações de mulheres ocupando espaços públicos, políticos e partidários, pautando temas relacionados à luta feminista interseccional, plural, visando favorecer a representação das mulheres e, conseqüentemente, alterar as estruturas sociais que mantêm a dominação masculina, e por que não dizer branca, heterossexual e colonial.

A união das mulheres, por meio dos estudos e militância feminista, propicia uma reflexividade acerca da sua própria condição na estrutura social, possibilitando articulação e ampliação da representação das mulheres no poder institucionalizado e nos espaços de participação social, conseqüentemente, contribuindo com a quebra da reprodução material e simbólica das estruturas de poder vigentes que sustentam o patriarcado.

3.2. A Sub-Representação das Mulheres na Democracia

No contexto da democracia representativa, as mulheres foram preteridas na representação política no Estado-nação desde a sua instauração. A divisão sexual do trabalho delegou às mulheres, a partir da concepção da família burguesa, funções domésticas e as excluiu da vida política. A posição assimétrica que mulheres ocupam no âmago do organismo familiar⁸ – de morfologia monogâmica, que existe desde o desenvolvimento da civilização ocidental nos primórdios do Império Romano – delegou ao gênero masculino o poder exclusivo sobre os domínios da unidade familiar, cujo efeito é cognominado de patriarcado⁹, o qual tem como finalidade procriar filhos cuja paternidade seja indiscutível; exige-se essa paternidade porque os filhos, na qualidade de herdeiros diretos, entrarão na posse dos bens de seu pai. Quanto à mulher, exige-se que guarde uma castidade e fidelidade conjugal rigorosa, todavia, para o homem não representa mais que a mãe de seus filhos (ENGELS, 2012).

Deste modo, a unidade familiar monogâmica emerge no enredo histórico do desenvolvimento civilizacional sob a fisionomia de escravização de um sexo pelo outro, como a proclamação de um conflito entre os sexos. A primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos. Assim, a unidade familiar monogâmica de modo algum é fruto do amor sexual individual e não se baseia em condições naturais, mas econômicas, isto é, o triunfo da propriedade privada sobre a propriedade comum primitiva¹⁰ (ENGELS, 2012).

8 A expressão “família” foi inventada pelos romanos para designar um novo organismo social, cujo chefe mantinha sob seu poder a mulher, os filhos e certo número de escravos, com o pátrio poder romano e o direito de vida e morte sobre todos eles. E à medida que a posição do homem ganha mais importância em função do aumento das riquezas, tal vantagem passa a interferir na ordem da herança e da hereditariedade, provocando a abolição do direito materno em substituição à filiação masculina e ao direito hereditário paterno (ENGELS, 2012).

9 O patriarcado é compreendido como uma tipologia de família que assinala a passagem do matrimônio sindiásmico à monogamia. A família monogâmica, que nasce no período de transição entre a fase média e superior da barbárie, é expressão da grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo e coincide com o triunfo da civilização nascente. (ENGELS, 2012).

10 Os estágios pré-históricos de cultura são basicamente três: I) Estado Selvagem: período em que predomina a apropriação de produtos da natureza, prontos para ser utilizados, sendo as produções artificiais do homem destinadas a facilitar essa apropriação; II) Barbárie: período em que aparecem a criação de gado e a agricultura, com o início do incremento da produção, a partir da natureza, pelo trabalho humano; III) Civilização: período que se inicia com a fundição do minério de Ferro e a

Nessa concepção do organismo social familiar debatido por Engels (2012), cujas estruturas predominam e se reproduzem nos locais alcançados pela sociedade ocidental moderna, os domínios e expressões das mulheres são circunscritos pelas atividades de cunho privado e consideradas responsáveis pela organização do cotidiano do lar, que não são valorizados e precificados na sociedade civil de orientação patriarcal.

Orsato (2008) destaca que diversas transformações para uma maior inserção social das mulheres na esfera pública – como o acesso à escolaridade, entrada no mercado de trabalho, maior abertura para a participação política, maior acesso à cultura de massa, as mudanças na família, o direito ao divórcio, a diminuição das taxas de natalidade, o direito de herança, o direito ao voto – foram possíveis por meio de incontáveis intervenções provenientes do movimento feminista, nas suas mais variadas formas de organização e resistência à ordem estabelecida, impactando nas políticas públicas e, conseqüentemente, na formulação das identidades, e desconstrução dos elementos naturalizados de feminilidades e masculinidades.

No Brasil, a mulher passa a integrar o cenário político institucionalizado a partir da luta do movimento sufragista que emergiu no país na primeira década do século XX, pois, embora a Constituição de 1891 declarasse que todo cidadão alfabetizado pudesse votar, este privilégio só foi possibilitado às mulheres alfabetizadas e maiores de 21 anos em 1932. Alguns direitos civis só foram conquistados anos mais tarde, como em 1943 o direito a trabalhar fora de casa sem a autorização do marido. (ORSATO, 2008; DEL PRIORE, 2013).

invenção da escrita alfabética, em que o homem amplia e complexifica a elaboração dos produtos naturais, período da indústria propriamente dita e da arte. Aos três estágios pré-históricos de cultura correspondem, por sua vez, três modelos de família. A Família Consanguínea, que é expressão do primeiro progresso na constituição da família, na medida em que excluem os pais e os filhos de relações sexuais recíprocas, os grupos conjugais classificam-se por gerações, ou seja, irmãos e irmãs são, necessariamente, marido e mulher, revelando que a reprodução da família se dava através de relações carnis mútuas e endógenas. O segundo progresso corresponde à Família Panaluan, da qual são excluídas as relações carnis entre irmãos e irmãs, criando a categoria dos sobrinhos e sobrinhas, primos e primas, manifestando-se como um tipo de matrimônio por grupos em um tipo de matrimônio por grupos em comunidades comunistas. É a partir deste modelo de família que são instituídas as gens, ou seja, um círculo fechado de parentes consanguíneos por linha feminina, que não se podem casar uns com os outros, consolidando por meio de instituições comuns, de ordem social e religiosa, que o distingue das outras gens da mesma tribo. Com a ampliação das proibições em relação ao casamento, tornam-se cada vez mais difíceis as uniões por grupos, substituídas pela Família Sindiásmica, com a qual já se observa o matrimônio por pares - embora a poligamia e a infidelidade permaneçam como um direito dos homens (ENGELS, 2012).

Este país, marcado por profundas desigualdades sociais, políticas, econômicas, sexuais, raciais/étnicas, onde há concentração tanto dos recursos quanto da influência política, as mulheres modificaram sua posição nas últimas décadas.

Prova disso é que segundo o IBGE (2018), no ano de 2016, o nível de instrução da população com 25 anos ou mais, com ensino superior completo corresponde a 15,3% da população brasileira, nesta mesma faixa etária verifica-se que 16,9% do sexo feminino e 13,5% do sexo masculino tem nível superior completo. Quando analisamos os dados com o critério étnico/racial, o índice se mantém mais alto para as mulheres, tanto brancas quanto negras. À medida que 20,7% dos homens brancos têm o ensino superior completo, o índice cai para 7% entre pardos e negros. As mulheres brancas lideram o *ranking* do ensino superior no país com 23,5% dos diplomas emitidos, enquanto 10,4% das mulheres negras possuem o mesmo nível de instrução.

Apesar do maior nível de escolarização entre as mulheres que entre os homens, isto não se reflete na participação em cargos gerenciais, uma vez que, 60,9% destes postos de trabalho são ocupados pelo sexo masculino e, também não se reflete na remuneração das mulheres, que é 23,5% menor que a dos homens. Segundo a média entre todas as regiões do país, as mulheres recebem, em média, R\$ 1.764 por mês, enquanto a média salarial dos homens é de R\$ 2.306,00. Se considerarmos o critério cor/etnia, as mulheres negras e pardas recebem R\$ 1.283,00 frente aos R\$ 2.234,00 da média das mulheres brancas (Quadro 1).

Quadro 1 – Nível Rendimento habitual de todos os trabalhos – por sexo

Homens	Mulheres
Média	Média
R\$ 2.306,08	R\$ 1.763,61
Branco	
R\$ 3.087,36	R\$ 2.234,46
Preto ou Pardo	
R\$ 1.624,37	R\$ 1.282,62

Fonte IBGE, 2018.

A desigualdade de renda entre mulheres e homens também repercute em desigualdades de poder nas dimensões internas das famílias rurais, nas quais as mulheres recebem menor parcela da divisão das finanças dos empreendimentos

familiares, além de que, as famílias lideradas por mulheres são expressivamente mais carentes de recursos financeiros que aquelas chefiadas por homens (PAULILO, 1987; ELLIS, 2000).

Prosseguindo com a lista de desigualdades materiais e simbólicas que dificultam imensamente o acesso das mulheres a política eleitoral, podemos citar os abusos e assédios sexuais e morais, no trabalho, na rua, nas delegacias, nas favelas e nos condomínios, a dupla ou tripla jornada das mulheres (filhos, casa, trabalho e/ou estudos) que obstrui o acesso, a participação e a representação na política institucionalizada, e dificulta a construção de sociedades mais democráticas. “Uma democracia igualitária depende, portanto, do enfrentamento, daquilo que faz rodar as engrenagens do gênero, mas também as de classe e de raça” (MIGUEL e BIROLI, 2014, p. 14).

Considerando, especificamente as violências doméstica e sexual – embora tenha-se avançado legalmente por meio da Lei Maria da Penha (nº 11.340/2006) e da tipificação do crime de feminicídio no rol de crimes hediondos (Lei nº. 13.104, de 9 de março de 2015) no Código Penal Brasileiro – hoje, são contabilizados 4,5 assassinatos a cada 100 mil mulheres, segundo o Atlas da Violência 2018, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), que também revela o aumento do feminicídio de mulheres negras em 15,4% em 10 anos, contra, no mesmo período, a diminuição do número de assassinatos de mulheres não negras em 8%. Os dados sobre violência sexual no Brasil demonstram que 89% das vítimas são do sexo feminino e em geral têm baixa escolaridade. Do total de vítimas, 50,9% são crianças e adolescentes até 13 anos, 17% são adolescentes de 14 a 17 anos e, 32,1% são maiores de 18 anos. Em metade das ocorrências envolvendo crianças, há um histórico de estupros anteriores, 30% dos casos de estupro contra crianças são perpetrados por familiares próximos como pais, irmãos e padrastos e, 46,1% das pessoas adultas foram vítimas de pessoas conhecidas.

Diante de todos os dados que refletem o processo de exclusão social, mesmo as mulheres compondo 51,5% da população brasileira, 52% dos eleitores do país, sendo a maioria nas universidades (IBGE, 2018), o Brasil, segundo relatório da Inter-Parliamentary Union (IPU) divulgado em 1º de junho de 2018, ocupa a 152ª posição numa classificação internacional de 190 países, com apenas 10,5% das cadeiras parlamentares federais ocupadas por mulheres (IPU, 2018). Na Câmara

dos Deputados essa representação corresponde a apenas 10,5% e no Senado a 16% das vagas ocupadas (TSE, 2018).

Nas eleições municipais de 2016, 641 mulheres foram eleitas ao cargo de prefeita, totalizando 11,57% do total dos votos válidos. Aliás, o número apresentou queda em relação ao pleito de 2012, quando elas somavam 659 prefeitas eleitas. Apesar de a legislação impor cota de gênero em 30% das candidaturas, para a legitimação das coligações, a representação das mulheres na política ainda é pequena se comparada aos homens, que só nestas mesmas eleições elegeram 4.898 prefeitos, total de 88,43% dos cargos do país (TSE, 2018).

Quadro 2 – Participação das mulheres nos cargos ministeriais e na câmara de deputados do Brasil.

Indicador	O que foi calculado	Ano	Unidade	Fonte
Participação de mulheres nos cargos ministeriais do governo	Participação de mulheres nos cargos ministeriais do governo	2017	7,1 %	Planalto. Presidência da República.
Proporção de cadeiras ocupadas pelas mulheres no parlamento nacional	Proporção de cadeiras ocupadas por mulheres em exercício na Câmara dos Deputados	2017	10,5 %	Congresso Nacional. Parlamentares em exercício.
	Proporção de mulheres entre os parlamentares eleitos para a Câmara dos Deputados	2014	9,9 %	TSE

Fonte: IBGE, 2018.

D'Oliveira e Camargo (2015, p.2-3) analisam que a sub-representação das mulheres no âmbito da política brasileira se deve:

[...] a resistências e preconceitos presentes nas organizações partidárias, ao acesso seletivo aos recursos econômicos e sociais, aos papéis de gênero e à socialização diferenciada que, por meio da formação educacional e da cultura dominante, não favorece a preparação feminina para a disputa política e para o poder.

Discutir os termos que sustentam a lógica patriarcal da manutenção das relações de gênero impacta, sobretudo, a esfera pública. É possível observar que nas últimas décadas tem ocorrido avanços quanto ao debate de gênero e sua inserção no campo público, a partir do diálogo com o Estado. Esses avanços são resultado das pressões de movimentos sociais nas relações de poder, demandando

ao Estado ações para suprir as desigualdades de gênero por meio de políticas públicas almejando eficácia, inserindo as mulheres de modo pleno na sociedade, por meio de ações afirmativas. Por essas razões, muitas propostas recentes de maior inclusão política nos processos democráticos defendem medidas que propiciem maior representação dos grupos sub-representados, especialmente quando esses grupos são minorias ou estão sujeitos a desigualdades estruturais (YOUNG, 2004).

A Ciência Política tem feito inúmeras tentativas de medir a participação política, produzindo um conjunto de dados que se caracterizam por sérias limitações quando o assunto é a participação das mulheres. A noção de participação da qual partem tais estudos utiliza como parâmetro de alta participação o envolvimento político partidário, sendo esta uma de suas limitações (PINTO, 2001).

Ativistas dos movimentos de mulheres de muitos locais do globo, por exemplo, apontam que legislaturas ocupadas majoritariamente por homens não podem representar devidamente as mulheres. Em resposta a isso, alguns governos têm decretado medidas voltadas a proporcionar maior presença de mulheres nos órgãos legislativos determinando que os partidos incluam certa proporção de mulheres nas suas listas de candidatos (PINTO, 2001; YOUNG, 2004).

Contudo, a execução de políticas públicas voltadas para uma determinada minoria estigmatizada, desencadeia embates na esfera política, que precisam ser elucidados para uma ilustração mais afinada da complexidade das relações que emergem quando grupos se digladiam nas arenas públicas pelo poder.

Cientes de que a igualdade formal, no que tange à participação das mulheres na vida pública sem garantias quanto à simetria de participação nos cargos de comando, diversos governos nacionais e locais têm buscado alternativas para que mais mulheres sejam representantes dos assuntos de interesse público. Uma das alternativas mais expressivas utilizadas nos últimos anos é a denominada política de cotas, que impõe a reserva de vagas em candidaturas proporcionais (ORSATO, 2008). Entretanto, no Brasil, mesmo após a lei que garantiu cotas para as mulheres (Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997) nas listas partidárias, a baixa participação política das mulheres se manteve, o que indica que “ou os partidos simplesmente não obedecem à lei ou completam suas listas com falsas candidatas que na verdade não fazem campanha” (PINTO, 2001, p.99).

Quando falamos de cotas, a palavra correta a se utilizar não é solução, mas sim contribuição, pois as cotas contribuem para uma maior representatividade das

mulheres, no entanto, na democracia representativa muitos ainda são os limites à redução das desigualdades por gênero e, certamente, a política de cotas é insatisfatória. Contudo, se considerarmos a criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher em 1985 e, a própria Constituição Federal de 1988, associada a Lei de Cotas de 1997, podemos dizer que institucionalmente houve resultado positivo, afinal começou-se a trabalhar com políticas públicas voltadas as mulheres (PINTO, 2001).

Apesar da ampliação formal do direito das mulheres à cidadania, por meio do exercício de direitos políticos, observa-se que a ampliação da participação feminina coincide com o interesse em legitimar partidos políticos e regimes democráticos, no entanto, “a participação do segmento feminino nos órgãos Legislativos ainda é baixa em boa parte dos países considerados democráticos” (ORSATO, 2008, p. 66).

Observando a propaganda eleitoral gratuita de TV, é notável a quantidade de candidatos que passaram a colocar questões relacionadas aos direitos e autonomia reprodutiva das mulheres, propostas de ampliação do número de vagas para creches, políticas de combate à violência, entre outros, que contemplam as mulheres em suas plataformas. A participação efetiva das mulheres no cenário político nos permitem vislumbrar a existência de duas questões de naturezas distintas:

A primeira diz respeito à fraca participação das mulheres nas esferas estritas da política, isto é, tanto no campo eleitoral, como no campo dos cargos de primeiro escalão de governo como ministras e secretárias de Estado. A segunda questão concerne às formas alternativas de participação das mulheres (PINTO, 2001, p.100).

Observa-se que essa inclusão forçada das mulheres nos partidos, via sistema de cotas, não garante que as mulheres atreladas a esse processo realmente representem as mulheres ou que defendam pautas feministas, bem como, não garante apoio financeiro e eleitoral dentro do partido, assim, “muitas vezes a discriminação de gênero se sobrepõe à lógica eleitoral e as mulheres, são, mais afetadas pela falta de recursos e apoio na competição eleitoral” (LUCHMANN e ALMEIDA; 2010, p. 90). Entre os pontos que se somam nas dificuldades para a inclusão das mulheres no cenário político eleitoral, vale apontar a posição que as mesmas ocupam no âmago do organismo familiar, pois a participação na política e no mercado de trabalho pressupõe distanciamento do núcleo doméstico e de suas

atividades, ou a sobrecarga da dupla ou tripla jornada, entre o espaço público e privado.

Young (2006) salienta que as instituições, culturas e tradições, nas quais se alicerçam as democracias representativas em alguns lugares, desestimulam a participação de parte massiva da população nas deliberações políticas.

As concepções tradicionais arraigadas de representação política – pautadas na lógica da família patriarcal burguesa – sentem-se ontologicamente ameaçadas quando ocorre a inclusão de mulheres na arena política de representação. Essa objeção a transformação da esfera política explicita uma dimensão simbólica (cultural, religiosa, etc.) de grandes desafios para a construção da equidade entre os sexos, em razão da naturalização e reprodução das relações estruturais e patriarcais de dominação (MIGUEL e BIROLI, 2014; BOURDIEU, 2017).

De modo geral, a partir do *habitus*, reproduzem-se as relações de força no âmbito político, sendo que a reprodução cultural do patriarcado se amplia desde a família para a escola, como espaços de reprodução de um conjunto de valores, significados e práticas (linguagem, artes, religião etc.) que caracterizam a sociedade e definem as condições de sua permanência, justificando assim a complexa e delicada relação das mulheres com o universo da política institucional (BOURDIEU e PASSERON, 2009; BOURDIEU, 2017).

Em face dos variados desafios e reações que emergem para suprimir as vozes femininas nas arenas de representação política, também, se faz necessário legitimar diferentes modalidades de participação para que a representação feminina logre os objetivos de emancipação social de modo mais abrangente. O mundo ocidental assistiu, a partir de meados da década de 1970, à eclosão dos chamados

novos movimentos sociais que trouxeram, entre outras novidades, a autonomia em relação aos partidos políticos [...]; a eclosão de novas clivagens que tiravam da classe a sua condição de clivagem política essencial; a heterogeneidade organizacional. Assim, proliferam-se, formas alternativas de participação política que se constroem como públicos alternativos à chamada esfera pública central (PINTO, 2001, p.104).

Esses movimentos sociais, no entanto, não se caracterizam apenas como modificadores do discurso político e promotores de interesses, eles têm ainda protagonizado um tipo distinto de participação, que pode ser intitulado “participação não-representativa, no sentido de não-eleita” (PINTO, 2001, p.104). Tais movimentos sociais trazem para a arena pública um contingente considerável de pessoas que até

então não haviam se expressado publicamente e que constituem interesses e sujeitos completamente novos: mulheres, indígenas negros entre outros. Esses grupos trazem novas perspectivas para o campo da representação política e, ao se expressarem suas pautas específicas, batem de frente com as clivagens tradicionais contidas no interior dos partidos políticos (SOUSA SANTOS, 2005; SEN, 2014; SOUSA SANTOS, 2016).

A tensão entre os novos movimentos e os partidos é fundamental na dialética entre representação e participação: em primeiro lugar porque se conformam espaços públicos de participação e construção de demandas e identidades, que extrapolam partidos políticos e processos eleitorais. Essa organização da sociedade civil é responsável por criar espaços de participação os quais desorganizam os rígidos padrões de representatividade subvertendo, de certo modo, a esfera pública. Durante a década de 1990 um novo fenômeno nesse âmbito surge, a explosão das chamadas ONGs, as quais têm grande centralidade nessas novas formas de participação (PINTO, 2001, p.104).

Escobar (2010) aponta o exemplo empírico da participação política não-representativa dos ativistas negros colombianos da região do Pacífico, que protestam pelo direito de existência com pautas culturais, políticas e ecológicas – em diálogo e interação com pesquisadores, ONG's, partidos políticos e outros grupos –, acionando a defesa de seus discursos e práticas, que são alicerçadas nas próprias concepções do grupo sobre si, com suas singularidades. A partir da participação não-representativa deste grupo junto às estruturas institucionais, foi possível um diálogo com o Estado, que mesmo em relações ásperas e de tensão, puderam introduzir políticas públicas direcionadas para suas reivindicações.

Vale ressaltar que os movimentos sociais em geral – apesar de enfatizarmos àqueles de orientação feminista – também, articulam múltiplos estratos da sociedade civil, tais como acadêmicos, juristas, políticos, dentre outros, para que as pautas de reivindicação de maior visibilidade da esfera privada sejam colocadas em diálogo de debate nos territórios das arenas públicas (PLOEG, 2009; LUCHMANN e ALMEIDA; 2010).

Assim, a participação política das mulheres em nível institucional é imprescindível para que ocorram mudanças no atual cenário político, no entanto, é fundamental considerar que essa participação não é um dispositivo que age isolado dos demais agentes que compõe o social (PINTO, 2001).

Dentro desse debate, da representação das mulheres, em articulação com as demais dimensões que configuram o tecido social, se torna pertinente destacar a existência dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas, os quais, apesar da elitização e reprodução de diversos aspectos simbólicos e culturais relacionados ao papel das mulheres, viabilizam em suas normativas constituintes, que exista uma significativa presença delas se comparada com outras instituições tradicionais, tais como os poderes Legislativos e Executivos (LUCHMANN e ALMEIDA; 2010).

Luchmann & Almeida (2010) apontam que um prolongado período de disputas e lutas sociais enfrentadas pelas organizações de orientação feminista, contribuiu para que um aglutinado de temáticas e obrigações da dimensão das atividades privadas fosse transferido – com conflitos e restrições ainda vigentes – para o território da política e incumbências públicas, pelos quais os conselhos permitem uma abertura mais abrangente para sua aplicação, que demonstra um modo de maior expressividade de representação e participação política institucionalizada.

Pinto (2011, p.111) corrobora com esta discussão, afirmando que existe uma interessante dinâmica na chamada de “participação política da mulher no Brasil, que ao mesmo tempo apresenta aspectos inovadores e revela os estrangulamentos enfrentados por novos sujeitos políticos, como as mulheres, no jogo político institucional”. O caráter inovador da representação e participação feminina atrelada aos Conselhos se encontra “tanto na capacidade das mulheres de se organizarem nacionalmente de forma capilar, como na capacidade de influir nas políticas públicas”.

Nesse sentido, uma problematização que aparece como central no debate é a de quem deve representar quem, que em outras palavras se expressa na seguinte indagação: a luta das mulheres é pela representação de mulheres, que são mais da metade da população brasileira, ou pela representação de mulheres que se constituem politicamente como tal? Essa distinção é fundamental na discussão do espaço da participação política (PINTO, 2001; YOUNG, 2004).

É possível averiguar que apesar da reprodução de atividades que remetem ao domínio privado e uma explícita elitização padronizada do perfil de tais mulheres (brancas, católicas, média de 40 anos, escolarizadas em nível superior), suas presenças são significativas nos conselhos e apontam um deslocamento das pautas do domínio privado para o domínio público, ampliando a discussão dos direitos

sociais. Mas ainda que os Conselhos possibilitem novos ensejos de ação política institucional por parte das mulheres, Luchmann & Almeida (2010) realçam que se fazem necessárias pesquisas acadêmicas para elucidar, analisar e compreender quem são as mulheres que ocupam estes espaços nas mais diversas localidades do país, para que as informações possam contribuir para desvelar os aspectos construtivos e conflitantes que seguem a inclusão da mulher no cenário político. Deste modo, iremos retratar no próximo capítulo as informações e acontecimentos que eclodem nos espaços dos conselhos em nosso *locus* de estudo, para contribuir com os debates relacionados às associações entre gênero e participação política.

4. OS CONSELHOS MUNICIPAIS ESTUDADOS

A Política Nacional de Participação Social (PNPS) aponta condições fundamentais para a consolidação dos conselhos em suas ações, visando fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil para a formulação, execução, monitoramento e avaliação de programas e políticas públicas e aprimoramento da gestão pública (PNPS, 2014). Ademais, o Portal da Transparência (2016) define os conselhos municipais de políticas públicas como canais efetivos de participação, que permitem estabelecer uma sociedade na qual a nova cidadania deixe de ser apenas um direito, mas, se torne uma realidade.

A partir dos próximos segmentos, descreveremos os conselhos analisados nesta pesquisa, o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), baseando-se nas leis municipais que os instituíram e nos respectivos regimentos internos e decretos de nomeação. Também apresentaremos as ações e projetos de políticas públicas elaboradas de 2015 a 2017, registradas nas atas de reunião dos referidos conselhos.

Assim, serão apresentadas as informações de campo, nas quais constam o perfil das conselheiras investigadas e suas trajetórias de atuação política, bem como, os dados coletados sobre as entidades representadas nos conselhos e as informações que tangem à percepção de gênero das conselheiras. Por último, a análise comparada dos dados levantados será apresentada e discutida.

4.1. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural

É imprescindível considerarmos o processo de formação de conselhos municipais de desenvolvimento rural no Brasil que está diretamente atrelado ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que definia a existência dos conselhos como condição para os municípios participarem do

processo de seleção para o recebimento de recursos através da Linha Infraestrutura e Serviços implantada em 1996. Tanto que, é a partir de 1997 que verificamos a profusão de CMDRs pelo Brasil (ABRAMOVAY, 2001; KIYOTA, 2007).

Segundo Kiyota (2017, p. 21), estudos de Abramovay (2001) e Favareto & Demarco (2002),

Evidenciam a íntima relação entre a criação dos CMDR e as exigências do PRONAF destacando que mais de 70% dos conselhos pesquisados no país, atribuem o acesso aos recursos oriundos do PRONAF como fator motivador para a sua criação. O contexto de abrupta instituição destes conselhos favoreceu a criação de espaços de participação sem os processos mínimos de informação e formação da sociedade, sobre seu funcionamento, constituição e função. Assim, muitos destes espaços assumiram caráter de mera formalidade burocrática para que os municípios pudessem ser beneficiados por programas de políticas públicas, sem sequer considerar a democratização desta inovação institucional.

A autora ainda afirma que, mesmo que se reconheça a importância de programas estaduais e do PRONAF na expansão dos CMDRs pelo Brasil, não se encerram as possibilidades de democratização nestes espaços. Cabe ainda destacar que alguns CMDRs são fruto de processos institucionais anteriores ao PRONAF, até porque existem municípios que “mesmo não sendo selecionados pelo PRONAF, mantiveram seus conselhos e estes estão assumindo um papel importante nas iniciativas dos municípios, além de deliberarem sobre as prioridades e ações das instituições e programas do governo estadual” (KIYOTA, 2007, p. 22).

Assim, aponta que a exigência do PRONAF para que o conselho tenha em sua composição, no mínimo 50% de agricultores familiares, não garante a representatividade da participação nestes espaços, pois, quando as comunidades rurais fazem a indicação de seu representante, geralmente escolhem o presidente da associação ou outro membro da direção, e “em muitos casos, os representantes dos agricultores familiares são indicados pelo próprio poder público local ou pelos técnicos das instituições oficiais de extensão rural” (KIYOTA, 2007, p. 22).

A partir de Bourdieu (2011), Kiyota (2007) destaca que o grupo composto por representantes do poder público nos conselhos traz consigo a autoridade outorgada por suas instituições, através da poderosa representação do Estado. São os agentes das políticas públicas, representantes dos interesses das forças políticas no governo e da burocracia estatal, que em diversos casos, a partir do poder técnico assumem o controle do conselho.

Segundo pesquisa realizada pela Plural Cooperativa de Consultoria, Pesquisa e Serviços (PLURAL, 2002), 72,3% dos conselhos municipais de

desenvolvimento rural eram presididos por representantes do executivo municipal e, dos 32 CMDRs de cinco estados situado em cada uma das grandes regiões do país, 37,2% eram presididos pelos secretários municipais da agricultura, 31,9% por outros membros do executivo municipal e em 3,2% dos municípios, pelos próprios prefeitos (PLURAL, 2002).

De acordo com Kiyota (2007), a partir de Neves (1998), mesmo nos casos em que a diretoria é assumida pelos agricultores, o poder público, por meio de suas informações privilegiadas e seus agentes, tende a subordinar os agricultores a um processo direcionado por eles. Tal fato ocorre devido aos agentes públicos encontrarem-se em uma posição privilegiada devido as suas competências e recursos diferenciados, oriundos de sua própria função junto ao Estado, ao mesmo tempo em que ocupam vagas no conselho como qualquer outro representante de entidades da sociedade civil.

Pinto destaca que “essas novas formas não substituem a representação parlamentar, mas provocam mudanças nesta e com ela interagem” (PINTO, 2001, p.104). Por exemplo, a interação entre movimentos sociais, pesquisadores e o Estado, permitiu a criação dos Conselhos de Desenvolvimento Rural que viabilizaram, por meio do PRONAF, uma diversidade de políticas públicas voltadas ao meio rural brasileiro, obrigando, muitas vezes de modo conflituoso, que os bancos disponibilizassem recursos aos grupos mais fragilizados e excluídos do sistema, ou seja, os camponeses (ABRAMOVAY, 2001).

A partir destas informações e de consultas à legislação, ao regimento interno, as atas das reuniões e slides cedidos pela Secretaria Municipal de Agricultura, que realiza a guarda e o controle de toda documentação pertinente ao conselho, exceto a legislação publicada no site da Câmara Municipal de Pato Branco (CMPB) e no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Sudoeste do Paraná (DIOEMS), que elaboramos o mapeamento a seguir.

A Lei nº 4.037, de 7 de junho de 2013, alterou e acrescentou dispositivos da Lei nº 2.661, de 18 de agosto de 2006, que instituiu o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) de Pato Branco, em caráter permanente com poderes deliberativos. Foram alterados os dispositivos que tratavam dos representantes, passando a vigorar com dezesseis representantes, sendo seis do poder público e dez da sociedade civil (Entidades Representativas dos Agricultores e

Beneficiários), dos quais são apenas duas conselheiras - representantes da Associação das Mulheres Rurais, a única entidade a ter duas cadeiras no conselho.

Conforme a legislação vigente compete ao CMDR: I) recomendar o Plano de Desenvolvimento Rural Integrado; II) cumprir as atribuições específicas descritas em cada projeto ou programa e elaborar o Plano Operativo Anual, articulando as ações de projetos e programas de apoio dos vários organismos municipais, estaduais e federal; III) decidir sobre a distribuição de recursos de qualquer origem destinados ao atendimento da área rural; IV) acompanhar, apoiar e avaliar a execução dos projetos e programas agropecuários em desenvolvimento no município; V) definir as prioridades da política agropecuária municipal; VI) sugerir ao Executivo Municipal quando necessário, a contratação de pessoal técnico e de apoio para a execução dos trabalhos programados; VII) definir e aprovar as comunidades, microbacias e ou grupos de agricultores a serem atendidos prioritariamente, em consonância com os critérios estabelecidos pelos programas das três esferas governamentais (BRASIL, PATO BRANCO, Lei nº 4.037, de 7 de junho de 2013).

Quinze entidades compõe o CMDR, sendo que integram a representação governamental: a Secretaria Municipal de Agricultura; a Secretaria Municipal de Educação e Cultura; a Secretaria Municipal de Ação Social e Cidadania¹¹; a Secretaria Municipal de Meio Ambiente; a Secretaria Municipal de Saúde; e, a EMATER/PR. Já a sociedade civil é representada por meio de nove entidades representativas de agricultores e beneficiários, sendo elas: o Sindicato Rural de Pato Branco; o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pato Branco; a Central de Associações de Produtores Rurais; o Núcleo de Médicos Veterinários; a Associação de Engenheiros Agrônomos de Pato Branco; a Sociedade Rural; a Associação dos Técnicos Agrícolas do estado do Paraná – Núcleo de Pato Branco; a Associações de Produtores Rurais de cada comunidade e a Associação Municipal das Mulheres Rurais de Pato Branco, única entidade com dois representantes titulares e única entidade correspondente aos critérios de seleção de pesquisa.

Tendo nomeado as entidades representadas, passo a uma breve apresentação da Associação das Mulheres Rurais (AMR)¹², e, posteriormente são

11 A denominação atual é Secretaria Municipal de Assistência Social.

12 Fundada em 24 de julho de 2008 surgiu com o objetivo de reunir mulheres agricultoras em prol de seus direitos, interesses, reconhecimento e valorização enquanto trabalhadoras rurais, bem como, socialização, promoção da autoestima e autoconfiança. A AMR foi declarada de Utilidade Pública

apresentados e analisados o perfil socioeconômico e a partes da trajetória política destas, buscando compreender como suas percepções quanto às questões de gênero se refletem na presença ou ausência de propostas relativas ao tema nestes conselhos.

As mulheres que integram a AMR mencionam nas entrevistas a pesquisadora que têm relação com a diversificação de renda através do artesanato e culinária e, do empoderamento pela promoção do bem-estar individual, por meio de cuidados pessoais, de saúde, de autoestima, de beleza e de sociabilidade.

Nos primeiros anos de atuação no município, em parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura, a AMR desenvolveu o “Projeto Mulheres Rurais”, dando origem a diversas ações.

Foi identificadas solicitações das mulheres rurais no sentido de ser desenvolvida alguma ação de gênero, pois as mesmas proclamavam para serem valorizadas, sendo que não havia até o momento atividades voltadas para essas mulheres em relação à autoestima e também melhoria na renda familiar. (...) Não se sentiam parte do contexto social da comunidade (PATO BRANCO, CMPB, 2014).

Através de diversas parcerias, criaram e realizaram três edições do concurso de culinária “Delícias do Campo” e desenvolveram ações relacionadas ao meio ambiente, através da campanha “Estrada Rural Não é Aterro Sanitário”, que visava combater a depredação do meio ambiente, promovendo e executando a limpeza de várias estradas rurais e alguns córregos.

A partir da gestão administrativa de 2012, o Executivo Municipal atribuiu uma nova nomenclatura ao “Projeto Mulheres Rural”, que passou a ser denominado de “Projeto Flor do Campo” e que contava com a participação de mulheres de 23 comunidades rurais, ofertando cursos de artesanato – crochê, pintura em tecido, pintura em caixa, macramê, flor em meia de seda, bordado em chinelo, arraiolo, bordado em fita e pet colagem – ginástica; processamento de alimentos – panificação, confeitaria, doces, geleias, conservas, temperos, preparação com derivados da mandioca; produção de soja, peixe e leite.

Municipal por meio da Lei nº 4.386, de 28 de agosto de 2014, oriunda do projeto de Lei nº 125/2014 de autoria da vereadora Leunira Viganó Tesser (PDT). Esta declaração de utilidade pública permite que a entidade, caso tenha interesse, receba subvenção social do poder público para desenvolver seus projetos. Ademais, a referida vereadora também propôs uma moção de aplauso à AMR, por serviços prestados às comunidades rurais, que foi aprovada pela Câmara Municipal de Pato Branco e entregue no dia 14 de setembro de 2016.

O PFC também organiza excursões com visitas técnicas a algumas experiências de agroindústrias, produção e comercialização de artesanatos, evento anual em comemoração ao dia internacional da mulher, participação em eventos de comercialização como na Exposição da Feira Agropecuária Industrial e Comercial de Pato Branco (EXPOPATO), organização de reuniões anuais com as representantes das mulheres de suas comunidades para avaliação e planejamento do projeto, além de palestras e eventos que estimulam cuidados pessoais, beleza e autoestima.

No ano de 2018, conforme informação da presidente da AMR, as atividades do projeto encontravam-se paralisadas devido a questões burocráticas e orçamentárias, mas com possibilidade de retorno das atividades até o final do ano.

Tendo apresentado a AMR, passo a descrição das ações discutidas pelo CMDR no período entre 2015 a 2017, quais foram: a análise das Declarações de Aptidão ao PRONAF (DAP); o cadastro Ambiental Rural (CAR) – para participar da chamada pública da ATER executada pela EMATER; a aprovação de unidades produtivas familiares para o Projeto Leite Sudoeste; discussões sobre conservação de estradas rurais; discussões sobre o Programa de Desenvolvimento da Agricultura (PRODEAGRI) e o Projeto Nacional de Habitação Rural (PNHR) via COHAPAR; solicitação de atendimento médico em comunidades rurais; escolha dos produtores a serem beneficiados pelo Projeto Calcário; proposição de criação de um Fórum Municipal de Governança sobre Solos; proposta do domingo sertanejo visando incentivar a cultura rural; debate sobre o manejo de pragas e doenças na cultura do soja; discussão sobre a nova licitação de *box* para o Mercado do Produtor; solicitação de subvenção para o Programa Flor do Campo (que se aprovado pela câmara de vereadores, fará parte dos recursos financeiros da Associação das Mulheres Rurais; divulgação e incentivo a participação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); cobrança para que as associações rurais prestem contas trimestralmente das horas máquinas utilizadas com os tratores de pneus cedidos em comodato pelo município; proposta de organização da agricultura familiar patobranquense através da Central das Associações.

Assim, analisaremos a trajetória política das conselheiras, buscando compreender como suas percepções quanto às questões de gênero se refletem na presença ou ausência de propostas relativas ao tema nestes conselhos.

4.1.1 Trajetória Política das Conselheiras

A restrição da mulher agricultora ao meio privado tem como agravante a distância do urbano e o acesso limitado à renda familiar. Segundo Chayanov (1974), a renda familiar é um todo indivisível, pois a família se conforma como um organismo econômico único e, por tal, é gerida pelo homem, considerado o chefe da família. Esta indivisibilidade agrava a invisibilidade e desvalorização do trabalho produtivo da mulher dentro da família e contribui para reforçar esses papéis preestabelecidos. A agricultura é, portanto, uma profissão historicamente considerada masculina. Justificando-se dessa forma a participação feminina pouco expressiva dentro do CMDR.

As resistências das mulheres, que buscam melhorar sua situação atual, no entanto, sem necessariamente almejar uma alteração no sistema, constituem formas de resistência geralmente invisíveis, passando despercebidas, que podem fomentar a proliferação de posicionamentos críticos em relação às disparidades hierárquicas entre gêneros que, se percebidos em escalas mais amplas, podem ser retratados como potentes forças de transformação e desmantelamento da subordinação ao masculino (PLOEG, 2009). A submissão das mulheres agricultoras dentro da família está diretamente relacionada à sua relação financeira com o marido ou pai, já que eles são convencionalmente responsáveis pela atividade principal da unidade produtiva, administração e finanças do estabelecimento, independente da intensidade e assiduidade das mulheres na produção.

Assim, a análise da trajetória política das representantes da sociedade civil, foi realizada a partir das entrevistas de duas conselheiras identificadas com os nomes fictícios de Esmeralda e Natália.

A partir dos discursos relativos às suas trajetórias políticas, foram levantadas informações inerentes à estruturação do tecido social local, as quais permitem vislumbrar como as agências de mulheres permeiam este tecido dentro das condições de atuação relatadas, bem como, o modo que pequenos empreendimentos de conotação política das mulheres suscitam debates referentes ao universo da categoria gênero. Ambas as conselheiras são casadas, são mães, são funcionárias públicas, membros titulares do conselho, integrantes de um mesmo partido político e representantes da AMR (QUADRO, 3). Vale ressaltar que

Esmeralda participava tanto do CMDR quanto do COMSEA, o que viabilizou um olhar mais abrangente por meio das informações oriundas da mesma. Também é importante apontar que ambas integraram o CMDR por mais de quatro anos, sendo que sob representação da AMR, Esmeralda esteve presente por dois mandatos (quatro anos) e Natália por um mandato (dois anos).

Quadro 3 – Mulheres representantes da sociedade civil no CMDR de Pato Branco - PR

Nome	Esmeralda	Natália
Idade	38	54
Estado civil	Casada	Casada
No filhos	Um	Dois
Escolaridade	Ensino superior	Ensino superior
Trabalhava como	Funcionária pública municipal e empresa privada	Funcionária de carreira do estado, cedida ao município de Pato Branco e representante eletiva no legislativo municipal
Função no conselho	Membro titular	Membro titular
Representante da	Associação das Mulheres Rurais – AMR	Associação das Mulheres Rurais – AMR
Por um período de	Quatro anos	Dois anos

Fonte: a autora (2018).

Diante das informações expostas, pode-se averiguar que os dados referentes ao perfil socioeconômico das conselheiras corroboram com o padrão genérico do perfil de conselheiras, identificado por Luchmann e Almeida (2010), que denunciam uma fisionomia de elitização padronizada das mulheres que participam ativamente das decisões políticas, se tratando de mulheres brancas, católicas, com 40 anos em média e escolarizadas em nível superior. Tal elitização é oriunda de uma desigualdade socioeconômica estrutural, que produz desigualdades e exclusão relativa à representação e participação política BOURDIEU (2011, 2014), YOUNG (2000, 2004).

De todo o modo, é possível evidenciar que as mulheres com alta escolaridade obtêm maior visibilidade junto à máquina pública. As afirmações coletadas a partir das entrevistadas apontam que suas trajetórias são destacadas pelo acesso à educação formal e pelo desenvolvimento de diferentes atividades que

são estruturalmente concebidas como pertencentes ao espaço público, atribuído socialmente pela dominância e presença masculina.

O discurso proferido por Esmeralda demonstra que o fato de apresentar um comportamento público proativo, desobedece à exigência corriqueira do papel social historicamente atrelado à mulher e ao ambiente privado, e lhe traz o título de “metida” ou “muito metida”, remetendo tal apelido, ao atrevimento da mulher por sair do ambiente privado para o público.

Além disso, a sua trajetória revela que sua atuação nas arenas públicas e sua habilidade de comunicação lhe propiciaram articulações em diferentes organizações sociais: igreja, partidos políticos e grupos diversos. Realizando formas de ativismo político desde sua infância e juventude, por meio de participação em grupos de dança, grêmio estudantil, comissões de formatura, campanhas político-partidárias e, recentemente, de cursos de auto maquiagem para mulheres e atuações nas decisões internas da igreja da comunidade, por meio do corpo diretor, tal como afirma:

Na própria escola eu participava de tudo, a que puxava tudo, era tachada de metida mesmo, levava o título. (...) Sempre participei de grupo de dança, grêmio estudantil, comissão de formatura. (...) Com 13 anos já fazia campanha e já estava defendendo a ideia que eu tinha. Quando casei fomos morar no interior e comecei a participar da comunidade, das festas. Fui catequista por cinco anos. Fomos membros da diretoria da capela e, nesse tempo, também eu via necessidade das mulheres do interior de ter mais autoestima. Então fiz um projeto para dar curso de auto maquiagem. A secretária da agricultura era uma mulher, aí pensei: “agora vai!”, pois tem mais sensibilidade (CONSELHEIRA ESMERALDA, 2018).

A fala da conselheira Esmeralda retrata uma personalidade comunicativa e de alto capital pessoal, que através das relações tecidas na comunidade, expôs a importância da autoestima para a mulher rural, tanto que se dispôs a ministrar o curso de auto maquiagem em conjunto com a Secretaria Municipal de Agricultura, por meio do antigo PMR. O curso caiu no agrado das participantes, que por meio da sociabilidade e promoção da mensagem voltada à autoestima, puderam fortalecer os vínculos afetivos e de sociabilidade.

Contudo, o empoderamento das camponesas pelo olhar de Esmeralda, denota uma forte relação com o exercício do “poder que toda mulher tem”, um discurso que evoca a perspectiva de naturalização do comportamento dito feminino, como analisado por Piscitelli (2009), e está intimamente relacionado à performance feminina de delicadeza, beleza e auto apreço por meio da estética, um poder

pessoal que é atribuído a essência feminina, um campo de atuação que provém da expressão de feminilidade, um poder para conquistar, ampliar e demarcar seu espaço enquanto mulher, tal como relata:

Fiz um primeiro teste em uma comunidade, as mulheres gostaram. Foi um sucesso, pediram para voltar. Aí foi de comunidade em comunidade com esse projeto e ficamos uns três ou quatro anos. Mas eu sentia que era mais pela fala do que pela maquiagem, a questão era mais a auto estima, o empoderamento da mulher, pois a mulher rural não é diferente da mulher da cidade. Continua sendo mulher, pode estar de bota de borracha e cheia de merda de vaca que você vai ter o mesmo poder. De salto alto ou bota de borracha vai ter o mesmo poder de ser mulher (CONSELHEIRA ESMERALDA, 2018).

É interessante elucidar que o ser mulher propagado pelo curso está vinculado a uma construção que iguala mulheres camponesas e mulheres urbanas a partir da reprodução de padrões de beleza e comportamento presentes na cartilha estética globalizante.

Com relação às mulheres rurais é possível afirmar que sofrem com um duplo estigma: por nascerem mulheres e por serem camponesas. Um estigma se trata de uma “situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena” (GOFFMANN, 1981, p.4). Assim, em razão das questões já debatidas no referencial teórico relacionadas às assimetrias hierárquicas atribuídas às mulheres ao longo dos séculos, pode-se afirmar que elas, apesar de estigmatizadas, têm demonstrado, a partir das lutas engendradas pela militância feminista, conquistas em espaços que asseguram sua maior aceitação social.

Tal qual Esmeralda, a conselheira Natália retratou em sua fala, a relevância da alfabetização e da educação em nível superior em sua trajetória e atuação política, contribuindo e ampliando as oportunidades para adentrar aos espaços públicos em meio ao complexo tecido político e social rural local.

Lá na comunidade poucos sabiam ler, então quando comecei a estudar já ajudava nas leituras na comunidade, nas celebrações. Sempre fui bem ativa, ajudava a vender rifa na comunidade, ajudava meu pai com relação às coisas da propriedade e acho que isso facilitou bastante o contato com pessoas. Eu era tímida, a gente tinha pouco acesso à informação, vinha de uma família do meio rural, tinha suas particularidades. Na faculdade era quieta, estudava bastante. A partir do momento da minha formação como médica veterinária eu comecei a trabalhar na cooperativa (...), então comecei a ver alguma coisa em termos de associativismo, de cooperativismo. Depois, em 1997, comecei a trabalhar como médica veterinária da prefeitura e participava das reuniões, até porque iniciou-se a organização, através da EMATER junto com a prefeitura, das reuniões nas comunidades rurais e, em algumas delas, começaram a formar as associações de produtores. (...) Apesar de eu ser médica veterinária e estar

lá para cuidar da parte da sanidade animal, eu também me envolvia nessas reuniões, nessas organizações, até porque usava esse momento para passar informações técnica para eles (NATÁLIA, 2018).

A importância da educação formal em meio ao tecido social como propulsora dos ofícios públicos, foi abordada por ambas as conselheiras. Contudo, cada narrativa contém suas idiosincrasias em virtude das particularidades históricas individuais das entrevistadas.

Quando discutimos a desigualdades sociais de acesso ao campo político, como o tempo livre e o acesso à educação, ressalta-se que esses estão inter-relacionados à separação do espaço público e do espaço privado, divisão associada aos papéis sociais desempenhados por homens na esfera pública e por mulheres na esfera privada, do lar. Esta separação naturalizou e reproduziu as relações estruturais e patriarcais de dominação que se sustentam até hoje (MIGUEL e BIROLI, 2014; BOURDIEU, 2017).

Ambas as conselheiras expressam que buscaram desenvolver habilidades e um conjunto de conhecimentos específicos para acessar o campo político (BOURDIEU, 2011). É interessante destacar que, das principais condições de acesso ao campo político – acesso à educação e tempo livre – a única mencionada pelas referidas conselheiras foi o acesso a educação. Considera-se que a ausência de menção ao tempo livre dá-se pelo fato de que este ainda é uma exclusividade dos homens, afinal, a partir do acesso das mulheres ao campo público, elas passam a acumular as tarefas executadas nos dois espaços, as suas antigas atribuições no privado e as novas atribuições no público.

Salienta-se que as mulheres reivindicam e acessam o espaço público – sendo amplamente aceitas pelo mercado de trabalho que se beneficia enormemente das atividades desenvolvidas por elas, afinal, segundo a média nacional, sua remuneração é 23,5% menor em relação aos homens (IBGE, 2018) –, ao passo que, não houve, na mesma proporção, a reciprocidade de acesso ao campo privado por parte dos homens (ARENDR, 2001). A reivindicação das responsabilidades do ambiente privado, do serviço doméstico e do cuidado com os filhos, por parte dos homens, ainda permanece no imaginário, mesmo que se reconheça a existência de novas facetas de masculinidade, que expressam tal interesse.

Identifica-se a partir das narrativas das conselheiras, que o acesso à educação, o conhecimento técnico e as práticas de atividades que colocaram suas

figuras em exposição pública permitiram que suas trajetórias políticas fossem germinadas e desenvolvidas. No que diz respeito a tal debate, também se pode observar no discurso da conselheira Natália, que a alfabetização da mesma, em tenra idade, propiciou sua participação para além da esfera privada, constituindo um auxílio à comunidade local. Essa participação em organizações comunitárias, locais, de certo modo, favoreceu que atividades públicas se tornassem mais frequentes em seu cotidiano. Uma característica interessante de ser ressaltada nesta discussão, é que se pode contemplar a existência de uma relação muito próxima entre conhecimento e poder, no sentido de que tanto a alfabetização, quanto o acesso a informações em níveis mais complexos, tal como uma graduação, permitem que mulheres se desloquem para a esfera pública, e assim, disputem espaço, liderança e voz nos domínios que outrora eram de exclusividade masculina (BOURDIEU, 2011).

O acesso ao campo político se relaciona, intensamente, com o poder econômico que propicia acesso à educação e à informações. Isso é perceptível tanto na narrativa de Natália, quanto de Esmeralda, cujas trajetórias pessoais e políticas são bem diferentes da maioria das mulheres rurais que representam. Esmeralda vem da cidade e é detentora de uma série de conhecimentos que não estão acessíveis a maioria das mulheres que vivem no campo, com baixa escolaridade e renda. Natália menciona que era a única da sua comunidade a saber ler e que ainda bem jovem, auxiliava as pessoas com as leituras – desde as bulas de medicamentos a livros na igreja. Tal acesso a educação privilegiou sua atuação na vida pública da comunidade, exercendo poder sobre as/os demais moradoras/es da comunidade através deste conhecimento. Ao ingressar na faculdade, Natália se distancia ainda mais da realidade da mulher agricultura que ela passaria a representar através da AMR.

O conhecimento técnico da Conselheira Natália e o poder a ela outorgado pela associação que representa, permitiu a ela exercer significativa influência política que, vinculada à dimensão da comunicação e do capital social familiar que dispunha, possibilitou o exercício de incumbências junto à prefeitura local, ampliando suas relações no campo público.

Sem a menção específica a pautas de gênero, ambas concordam que sua presença nos conselhos contribuiu com a luta das mulheres, pelo simples fato de serem mulheres ocupando espaços de poder. Tal como salientou a conselheira Esmeralda sobre sua percepção da participação no CMDR:

(...) o fato de estar lá em uma posição de destaque, tendo o poder de voto, tentar deixar o machismo não tomar conta, de ser respeitada como mulher. Sempre tive muita sorte de ter voz dentro dessas associações, de ser ouvida. Claro que tinha algumas pessoas que tentavam dificultar esse acesso, mas a gente dava um jeito e vai de imposição mesmo, de se impor (ESMERALDA, 2018).

Cabe salientar a relação de proximidade profissional e pessoal entre as duas representantes da AMR no CMDR, sendo que Natália foi vereadora na legislatura 2013-2016 e Esmeralda, sua assessora parlamentar, havendo uma articulação e força política presentes na relação. A moção de aplauso e a declaração de utilidade pública à AMR foram propostas por Natália e aprovada pelos demais vereadores.

Assim, tal perspectiva corrobora com as explicações de Luchmann & Almeida (2010), onde o simples fato da presença das mulheres no espaço público, imprime uma importante incumbência para a execução de direitos sociais, viabilizando novas formas de política institucional, mesmo que com uma série de limitações. As duas conselheiras alegaram que, muitas vezes, sentiram suas falas desrespeitadas, como se fossem inferiores. Sentiam que desagradavam os integrantes homens por ocupar o espaço no conselho.

Destarte, vale ressaltar que o CMDR não é um espaço fértil para a manifestação de propostas vinculadas ao gênero, visto que é um ambiente predominantemente patriarcal, em razão da reprodução da estrutura de dominação masculina que repercute nas diversas esferas da sociedade, em especial no âmbito político, expressão máxima da vida pública e, tradicionalmente, de supremacia dos homens (BOURDIEU, 2011).

Para que as mulheres obtenham maior índice de representação junto aos Conselhos Municipais – que por sua vez, se conectam às instituições de maior hierarquia na estrutura do Estado –, se faz necessário que elas estejam integradas às demandas da sociedade civil e estendam suas influências aos atores sociais com os quais mantém contato através de sua formação técnica.

A partir da presença das mulheres nos conselhos, que por si já expressam uma reformulação e maior democratização dos ofícios públicos relacionados à simetria entre gêneros, se identificam movimentos que operam a partir modernidade reflexiva, pois, existem inter-relações entre as instituições globais e locais, entre as particularidades políticas do município e a complexidade de um cenário político interconectado em segmentos estaduais, nacionais e internacionais, que trocam

influências entre si nos mais diversos agrupamentos sociais, interferindo em nível coletivo e individual na vida dos seus atores.

Assim, no que tange às questões de representatividade e participação política das mulheres neste enredo, os processos democráticos que eclodem em escala global, repercutem no município, pois a reflexividade da modernidade permite a proliferação de uma politização local e global concomitantemente. Com a articulação das mulheres em relações mais abrangentes, de nível global, mesmo que vagarosamente, promove-se o desmantelamento das estruturas hierárquicas entre os homens e as mulheres, com certa reformulação das atribuições vinculadas aos gêneros nos espaços público e privado.

A ampliação dos direitos democráticos para as mulheres é percebida como uma ruptura dos costumes ligados à estrutura patriarcal de poder. A autorreflexão das mulheres, no período da modernidade reflexiva, é expressa no questionamento delas da própria condição social a que foram subjugadas, permitindo a ampliação da luta por práticas políticas institucionais inovadoras, transformando o ambiente público e o campo político em cenário um pouco mais diversificado, onde mulheres também podem deliberar sobre as políticas e questões de interesse socioeconômico, antes pertencentes apenas aos homens (GIDDENS e BECK, 2012; BOURDIEU, 2014).

Vale ressaltar que a articulação e a representatividade das mulheres no mundo político não é um movimento reflexivo estanque, mas está conectado às diversas transformações culturais, econômicas e políticas, que ocorrem no mundo todo. Dentre elas pode-se citar o acesso à educação, a entrada no mercado de trabalho, o direito de divórcio, o direito de herança, o direito ao voto, o acesso à cultura de massa, entre outras, que são conquistas atreladas à inclusão das mulheres no campo político.

Observou-se que as mulheres que detêm o conhecimento técnico-científico, que possuem remuneração, que conseguem fazer valer seus direitos civis, como as representantes do conselho investigado, podem ocupar o espaço público com maior facilidade, bem como, reconhecer sua condição histórica de subalternidade ao gênero masculino (GIDDENS, 1991; ORSATO, 2008; BOURDIEU, 2011).

A representação de Natália e Esmeralda suscitam questionamentos, principalmente, quanto à vinculação entre suas atividades profissionais junto ao poder público e sua representatividade na entidade da sociedade civil pela qual

falam. Poder-se-ia supor uma sobrecarga de representação associada à escassa capacidade de liderança, ou também, a manutenção do *status quo* e do distanciamento intencional das representadas que desconhecem o poder da associação que constituíram.

Aduz-se que as representantes entrevistadas estão distantes da realidade cotidiana das trabalhadoras do campo, uma vez que se enquadram na realidade da média do perfil socioeconômico de representantes mulheres em conselhos municipais a nível nacional, além de exercerem atividades profissionais na cidade e não no meio rural.

4.2. Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

No Brasil, nas décadas de 1990 e 2000, observou-se o fenômeno denominado de transição nutricional, caracterizado pela elevação dos índices de doenças crônicas e de sobrepeso associados aos déficits nutricionais (KAC e VELÁSQUEZ MELÉNDEZ, 2003).

Além disso, a prevalência do modelo agrícola de produção intensiva, mecanizada e com alto uso de produtos tóxicos e químicos, dissemina práticas e alimentos intimamente atrelados ao quadro de saúde mencionado e às degradações ambientais e sociais, como a marginalização de grande parte de produtores rurais e aumento da pobreza no campo (FRIEDMANN, 2000).

As doenças resultantes da má alimentação e do excesso alimentar, a fome e a insegurança alimentar ainda são elevadas no país. Segundo dados do IBGE de 2013, resultantes da pesquisa sobre Segurança Alimentar, a fome estava presente em 3,2% da população brasileira, o nível mais baixo desde a implantação dos conselhos municipais com foco no tema. A pesquisa também revelou que 22,6% dos domicílios estão em situação de insegurança alimentar (IA). Visando modificar este quadro, o governo investiu esforços em políticas pautadas nos conceitos da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), por meio de dois componentes básicos: I) o alimentar, atrelado à produção, disponibilidade, comercialização e acesso aos alimentos, e II) o nutricional, atrelado à utilização biológica do alimento e às práticas

alimentares, em outras palavras, ao estado nutricional da população (CONSEA, 2016).

Estes dois componentes são orientados no sentido de produção e consumo sustentável. Ambos os componentes propõem um modelo de produção e consumo vinculado aos agricultores familiares, reconectando a cadeia alimentar num estreitamento entre cidade e campo. “Com base nessas referências é que o papel do Estado se sobressai como responsável pela construção e consolidação de modelos alimentares diferenciados que possibilitem o enfrentamento de ambas as problemáticas de produção e de consumo” (TRICHES e SCHNEIDER, 2010, p. 937), devido ao seu poder regulador, além de supervisionar a qualidade, sendo chave no abastecimento alimentar.

Assim, através da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, criou-se no Brasil, o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), fruto da construção coletiva entre a sociedade civil e o governo, nos âmbitos municipal, estadual e federal. A existência de COMSEAs, com representantes da sociedade civil e do governo, é um passo importante para o desenvolvimento do SISAN. Ademais, os conselhos municipais buscam elaborar diretrizes para implantar o plano e a política local de segurança alimentar e nutricional, em sintonia com as diretrizes dos conselhos estadual e nacional e com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN).

Em Pato Branco, a Lei Municipal nº 3.927, de 9 de outubro de 2012, criou o COMSEA, um órgão consultivo, constituído por doze membros titulares e igual número de suplentes, sendo quatro representantes do Poder público e oito representantes da sociedade civil organizada, com vistas a promover a realização progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), em regime de colaboração com as demais instâncias do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). O conselho conta com a participação de onze representantes mulheres, sendo quatro representantes do Poder público e sete representantes da sociedade civil organizada, participando ativamente das discussões.

Cabe ao COMSEA estabelecer diálogo permanente entre o governo municipal e as organizações sociais nele representadas, visando assessorar o município na formulação de políticas públicas e na definição de diretrizes e prioridades que visem à garantia do direito humano à alimentação. Compete a este manifestar-se sobre: I) as diretrizes da política e do plano municipal de segurança

alimentar e nutricional, a serem implementadas pelo governo; II) os projetos e ações prioritárias da política municipal de segurança alimentar e nutricional, a serem incluídos, anualmente, na lei de diretrizes orçamentárias e no orçamento do município de Pato Branco; III) as formas de articular e mobilizar a sociedade civil organizada, no âmbito da política municipal de segurança alimentar e nutricional, indicando prioridades; IV) a realização de estudos que fundamentem as propostas ligadas à segurança alimentar e nutricional; V) a organização e implementação das Conferências Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, PATO BRANCO, Lei Municipal nº 3.927, de 9 de outubro de 2012).

Entre as ações desenvolvidas pelo COMSEA, no período de 2015 a 2017, conforme mapeamento realizado a partir das atas das reuniões do conselho, estão o controle social do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) articulado diretamente com o Governo Federal; a elaboração de um projeto para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, visando incentivar a reciclagem de lixo e troca por alimentos; a preparação da Conferência Municipal de Segurança Alimentar; a articulação da participação na Conferência Regional de Segurança Alimentar; o acompanhamento do transporte, armazenamento e manipulação do leite no Programa Leite das Crianças; a organização da Semana de Alimentação Saudável; a articulação entre a Câmara Intersectorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) e o COMSEA para a elaboração do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional; análise do orçamento para aquisição de materiais para agricultura orgânica; encaminhamento da adesão do município ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN); organização do evento Alimento Saudável do Campo à Mesa, sobre o uso de agrotóxicos na produção e da Campanha de Proteção às Nascentes de Água.

Elaborou-se este mapeamento a partir de consultas à legislação municipal, publicadas no site da CMPB e no DIOEMS, e, com o regimento interno e as atas das reuniões, cedidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, que realiza a guarda e o controle de toda documentação pertinente ao conselho)¹³.

¹³ Faz-se necessário explicar a dificuldade em conseguir os referidos documentos, pois mesmo com a Lei de Acesso à Informação e a carta de apresentação da pesquisa enviada à secretaria houve resistência por parte da funcionária pública encarregada da guarda da documentação. Vencida esta etapa do processo, constatou-se o extravio de livros-atas, existindo apenas documentos impressos, sem assinaturas dos conselheiros. De todo modo, com relação às atas, utilizamos os documentos impressos disponibilizados.

As entidades que compõe a representação do poder público junto ao COMSEA são: a Secretaria Municipal de Assistência Social; a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer, Juventude e Idoso; a Secretaria Municipal de Saúde; e a Secretaria Municipal de Agricultura. (Lei nº 3.927, de 9 de outubro de 2012).

Conforme a Lei nº 3.927, de 9 de outubro de 2012, as entidades que podem compor o COMSEA como representantes da sociedade civil organizada são: a) Movimento Sindical, de empregados e patronal, urbano e rural; b) Associação de classes profissionais e empresariais; c) Instituições religiosas de diferentes expressões de fé, existentes no município; d) Movimentos populares organizados, associações comunitárias e organizações não governamentais; e) Órgão Deliberativo, Fiscalizador e de Assessoramento .

Segundo o Decreto nº 7.775, de 1 de julho de 2015, as entidades representadas pela sociedade civil organizada, enquadradas os critérios de seleção para esta pesquisa, são: I Associação dos Amigos de Prevenção do Câncer, o Grupo de Apoio a Mama (GAMA), II) Pastoral da AIDS – Diocese de Palmas e Francisco Beltrão/PR, III) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pato Branco (APAE), IV) Conselho Municipal de Saúde de Pato Branco (CMS), V) Conselho Regional de Nutricionistas da 8ª Região – Paraná, VI) Cooperativa da Agricultura Familiar (COOFIPATO), VII) União Brasileira de Mulheres (UBM). Assim, passa-se a uma breve apresentação das entidades:

I) Associação dos Amigos de Prevenção do Câncer, o Grupo de Apoio a Mama (GAMA): é uma instituição filantrópica sem fins lucrativos que obteve em 2012, por meio de verba de fundo perdido em nível federal, uma estrutura física que conta com 44 leitos equipados com banheiros, para o atendimento e acolhimento de pacientes em tratamento de câncer e acompanhantes, lavanderia com padrões hospitalares, auditório e sala de pilates. Conta também com vários funcionários e voluntários que se encarregam de hospedagem, das refeições diárias, dormitórios, materiais de limpeza e de higiene pessoal, além do serviço de transporte da casa para os hospitais. Estes serviços são destinados a todos os pacientes e acompanhantes que estão em tratamento em Pato Branco, independentemente de onde vem (GAMA, 2018).

II) Pastoral da AIDS – Diocese de Palmas e Francisco Beltrão/PR: nos anos 1980, a epidemia da AIDS aproximou a Igreja Católica do Ministério da Saúde com a

finalidade de contribuir na luta contra a doença. Assim foi criada a comissão técnico científica da Pastoral da Saúde Nacional, para acompanhar a problemática da Aids, conforme as linhas da pastoral da saúde, dedicada à assistência e educação preventiva contra a Aids. Mais tarde, desvinculou-se da Comissão da Pastoral da Saúde Nacional e foi criada a Pastoral da DST/Aids, com estatuto, sede, regimento, secretaria e coordenação própria, estimulando a organização das regionais e a realização de cursos de capacitação para agentes de pastoral. Esta organização executa o plano de atividades conjuntas, que dão organicidade e visibilidade às práticas da igreja sobre o tema da Aids, bem como qualificam os agentes que atuam neste serviço (Diretrizes Gerais da CNBB 2003-2006, n. 123).

III) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE): é uma organização social, criada no ano de 1954 no estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de promover atenção integral à pessoa com deficiência intelectual e múltipla. A APAE está presente em mais de dois mil municípios do território nacional, atuando nos serviços de educação, saúde e assistência social, na promoção e defesa de direitos das pessoas com deficiência intelectual e múltipla. Algumas lutas da APAE se tornaram práticas nacionais, destacando-se a incorporação do Teste do Pezinho na rede pública de saúde; a prática de esportes e a inserção das linguagens artísticas como instrumentos pedagógicos na formação das pessoas com deficiência, assim como a estimulação precoce como fundamental para o seu desenvolvimento (APAE, 2018).

IV) Conselho Municipal de Saúde – CMS: órgão permanente, colegiado, deliberativo, consultivo e de decisão superior do Sistema Único de Saúde (SUS), no âmbito municipal e integrante da estrutura básica da Secretaria Municipal de Saúde de Pato Branco (PATO BRANCO. LEI Nº 2.862, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2007).

V) Conselho Regional de Nutricionistas da 8ª Região (CRN/Paraná): É uma autarquia sem fins lucrativos, de interesse público, com poder delegado pela União para normatizar, orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício e as atividades da profissão de nutricionista e do técnico em nutrição dietética. O CRN-8 integra, junto com outros nove conselhos regionais, o Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), responsável pela coordenação das atividades em todo o território nacional. O Sistema CFN capta recursos por meio de anuidades, taxas e multas recolhidas por pessoas físicas (nutricionistas e técnicos) e jurídicas (empresas e instituições), sem

receber qualquer auxílio ou transferência de recursos do Tesouro Nacional ou entidades privadas (CRN, 2018).

VI) Cooperativa da Agricultura Familiar (COOFIPATO): foi viabilizada por meio da estrutura política e técnica da prefeitura, através da Secretaria Municipal de Agricultura, em 2009. Organizados formalmente e com o selo de qualidade da cooperativa, houve facilitação da oferta dos produtos agrícolas dos cooperados no mercado, favorecendo a organização da produção e a comercialização, principalmente, por meio dos contratos com o governo municipal para o fornecimento da merenda escolar e com supermercados do município. A prefeitura oferece acompanhamento técnico e de gestão aos cooperados, bem como, tratores e caminhões, para a produção agrícola e efetuou a doação de um caminhão para facilitar o escoamento da produção da cooperativa. Nas palavras do presidente da COOFIPATO, Itacir Festugatto (S/D)¹⁴, “antes da cooperativa, tínhamos dificuldade em entrar no mercado, pois trabalhávamos individualmente. (...) A Prefeitura nos ajudou na organização da cooperativa e permanece nos apoiando, oferecendo assistência tanto no campo como de gestão”.

VII) União Brasileira de Mulheres (UBM): Fundada em agosto de 1988, no estado de São Paulo, é uma organização feminista e de defesa de direitos das mulheres, que luta contra a discriminação de gênero, racial, religiosa ou de qualquer natureza. No Paraná, encerra as mesmas atividades e lutas da UBM-Nacional no campo dos direitos sociais e das políticas públicas e, em particular, na área da saúde da mulher (UBM, 2018). Vale ressaltar, que se manteve a descrição desta entidade para apresentar o quadro completo de entidades da Sociedade civil no COMSEA, mas a representante titular é totalmente desconhecida por todas as entrevistadas do COMSEA e pelo Executivo Municipal em sua totalidade e a representante suplente, que participava ativamente das reuniões do conselho se recusou por diversas vezes a participar desta pesquisa, algumas vezes por telefone, outras, via rede social.

Assim, apresentadas as entidades que integram o COMSEA e se enquadram os critérios esta pesquisa, passo ao próximo segmento cujo objetivo é apresentar o perfil socioeconômico e a trajetória de atuação política das representantes mulheres, buscando compreender como suas percepções quanto às

14 Disponível em:

<http://www.patob.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=6537&Itemid=1>. Acessado em 20 de jan. 2018.

questões de gênero se refletem na presença ou ausência de propostas nestes conselhos.

4.2.1. Perfil e Trajetória Política das Conselheiras

Foram seis as conselheiras representantes da sociedade civil, entrevistadas para compor a análise quanto às questões de gênero e trajetória política propostas nos objetivos: Esmeralda, Maria, Helena, Joana, Teresa e Jurema.

Das seis conselheiras pesquisadas, 33,33% estão na faixa etária dos 30 aos 39 anos, 16,33% estão na faixa etária dos 40 aos 49 anos, 33,33% estão na faixa etária dos 60 aos 69 anos e 16,33% estão na faixa etária de 70 aos 79 anos. Com relação ao grau de escolaridade 66,68% das representantes possuem graduação (e destas, 16,67% possuem especialização em nível *stricto sensu*), 16,66% possuem ensino técnico e 16,66% das conselheiras possuem o ensino fundamental.

Quanto ao estado civil das entrevistadas, 66,68% são casadas, 16,66% viúvas e 16,66% solteiras, sendo que 83,33% são mães. Com relação a ocupação profissional, 50% das representantes são aposentadas, 33,33% são funcionárias públicas e 16,67% trabalham em empresa privada que mantém fortes vínculos com o poder público local e estadual. Através do Quadro 4 é possível visualizar uma síntese dos dados coletados para o perfil social das conselheiras.

Quadro 4 – Mulheres Representantes da Sociedade civil no COMSEA de Pato Branco – PR.

Nome	Maria	Esmeralda	Helena	Joana	Teresa	Jurema
Idade	69	38	49	65	32	76
Estado civil	Casada	Casada	Casada	Viúva	Casada	Solteira
N. Filhos	Quatro	Um	Dois	Três	Três	Nenhum
Escolaridade	Superior completo	Superior completo	Superior completo/ Mestrado	Ensino Fundamental	Superior completo	Ensino técnico
Ocupação profissional	Aposentada	Funcionária pública e Empresa Privada	Empresa Privada	Aposentada	Funcionária pública, 20hs	Aposentada
Representa	Associação dos Amigos de	Cooperativa da Agricultura Familiar	Conselho Municipal de Saúde	Associação de Pais e Amigos dos	Conselho Regional de Nutricionistas	Pastoral da AIDS – Diocese de

	Prevenção do Câncer, o Grupo de Apoio a Mama (GAMA)	(COOFIPATO)	(CMS)	Excepcionais (APAE)	da 8ª Região – Paraná (CRN)	Palmas e Francisco Beltrão/PR
Função no COMSEA	Membro	Vice-presidente	Presidente	Membro	Membro	Membro
Período de	Cinco anos ou mais	Quatro anos	Dois anos	Um ano	Três anos	Quatro anos ou mais

Fonte: a autora (2018).

Diante de tais informações, é pertinente apontar três aspectos que corroboram com as análises feitas do perfil das mulheres do CMDR, que dizem respeito à uma “elitização padronizada” do perfil das mulheres que adentram ao campo político, e também da maior facilidade de inserção das mulheres no campo político a partir do acesso à educação (66,68% com superior completo e 16,66% com formação em cursos técnicos), da diferenciação de raça (100% das entrevistadas são brancas), e deslocamento dos domínios privado para o público junto às experiências de integração ao mercado de trabalho que também ocorreu com todas as conselheiras em suas trajetórias de vida (LUCHMANN e ALMEIDA, 2010; BOURDIEU, 2011).

Apesar de tais características atreladas ao perfil das duas conselheiras investigadas se tratarem de aspectos comuns, já registrados em nível nacional (LUCHMANN e ALMEIDA, 2010), as informações coletadas para compor esta seção, tem um enfoque diferente daquele das representantes da AMR no CMDR - que possuem histórico de trabalho junto à câmara municipal e integravam o mesmo partido político ou seja, apesar de serem as únicas mulheres representantes da sociedade civil, detinham conhecimento técnico e político da máquina pública.

O COMSEA apresenta uma grande heterogeneidade em sua composição, reunindo representantes que apresentam trajetórias pessoais e associativas bastante diferenciadas das do CMDR. A partir das narrativas das informantes, é percebido um frágil processo de vinculação delas com as pautas do conselho e com a temática de gênero.

As conselheiras Maria (GAMA), Esmeralda (COOFIPATO e da AMR no CMDR) e Helena (do CMS). Apresentam em suas trajetórias políticas, participação em grêmio estudantil, centro acadêmico, colegiado, grupo político partidário,

associações, evidenciando um conhecimento maior sobre a representação e funcionamento da máquina pública e das políticas públicas voltadas às mulheres. Bem como, uma percepção mais crítica com relação a presença das mulheres nos espaços institucionalizados de poder.

As demais representantes deste conselho não apresentaram em sua trajetória política participação em atividades associativas, grupo político partidário ou de políticas voltadas às mulheres ao longo da adolescência e juventude. Jurema, representante da Pastoral da AIDS, desenvolveu toda a sua trajetória junto à igreja católica, por meio de diversas pastorais e outros serviços assistenciais. Teresa é funcionária pública, atuante na área de projetos sociais e, foi convidada pela prefeitura para integrar o conselho como representante da sociedade civil por meio do CRN, na adolescência ela participou de grupos de dança, corais e esportes. Joana, representante da APAE, vinculou sua trajetória pública ao trabalho voluntário na área da educação infantil após aposentar-se.

Todas as conselheiras, em algum momento de suas trajetórias tiveram contato com conteúdos sobre violência doméstica e/ou saúde da mulher, em menor ou maior grau, como no caso da Maria (2018) que afirmou: “sempre tive essa conexão com as mulheres, em defesa da mulher. Inclusive nós temos a nossa nova sala aqui da casa de apoio, onde são realizadas as reuniões e palestras sobre a violência doméstica”.

Contudo, seja pela pouca vinculação com as pautas nacionais de gênero por parte das conselheiras, seja pela forma como as representantes são convidadas a participar deste conselho, seja pelas características das entidades que são representadas, as percepções das representantes sobre gênero mostraram-se desconexas e distantes com o espaço de debate propiciado pelo conselho.

A maioria das representantes demonstraram compreender questões como violência doméstica e dificuldades para as mulheres participarem da política, mas, ao mesmo tempo, não se demonstrou uma apropriação e incorporação deste conhecimento e ativeram-se as questões trabalhadas e discutidas com relação à segurança alimentar e nutricional dentro do conselho. A conselheira Jurema, quando indagada sobre os temas relacionados às mulheres que poderiam ter sido discutidos dentro do COMSEA respondeu:

Eu não sei, talvez isso não fosse do conselho da mulher? Será que o conselho da mulher tá sendo bem trabalhado toda a questão da mulher?

Será que a questão da mulher carente, a desnutrição dela? Será que era isso que deveria ter sido conversado dentro do COMSEA? Talvez uma coisa dessas? Mas enquanto eu estava lá dentro eu não conseguia. (...) Eu não sei se tinha que fazer um grupo específico aqui, uma conversa específica sobre, por exemplo, alimentação. Nós pensamos uma vez dentro do COMSEA de criar banco de alimentos, mas daí precisava contratar nutricionista e outras pessoas com formação na área, né? (...) Então eu não sei se teria que ter sido feito alguma coisa, na minha mente nunca passou para formar um grupo. Se eu tivesse mais tempo físico de reunir mulheres e ensinar aproveitar alimentos como aprendi na Pastoral da Criança, eu faria (JUREMA, 2018).

A fala da conselheira Jurema evidencia a construção de novos olhares para a própria segurança alimentar e nutricional com o viés do gênero, uma vez que, a partir da entrevista para esta pesquisa, a representante passa a se questionar sobre o que poderia ter sido feito relacionado especificamente às mulheres, apontando ainda para a resistência política das mulheres através dos conselhos, “tanto é que os conselhos, a maioria são mulheres que estão lá. Aquilo que falei no começo: falta um pouco mais de formação” (JUREMA, 2018).

Todas as conselheiras apontam a importância da educação formal para o desenvolvimento de atividades na esfera pública. Sendo impossível dissociar o acesso à educação da inserção no campo político. Assim, as afirmações coletadas a partir das entrevistadas, apontam que se destacam em suas trajetórias - o acesso à educação formal e o desenvolvimento de variadas atividades sociais, que lhes possibilitaram construir suas trajetórias políticas.

Ao longo da pesquisa de campo, constatou-se o alto capital político e pessoal que Helena representante do CMS e presidente do COMSEA detém junto às demais representantes. Especialmente no que tange à sua compressão, tanto do funcionamento dos conselhos e da máquina pública, quanto da temática da saúde e da segurança alimentar e nutricional. Quando inquirida sobre os motivos que a levaram a aceitar ser representante do CMS no COMSEA, Helena respondeu:

Aceitei justamente por estar inserida na área da saúde. Fiz uma especialização em Ciências e Tecnologia de Alimentos, então conheço um pouquinho dos meandros da questão alimentar, dos problemas relacionados a produção de alimentos, os riscos que a gente corre e o que podemos melhorar em termos de disponibilidade de alimentos, com qualidade e em quantidades adequadas. Se melhoramos a produtividade, se melhoramos a situação do pessoal do campo, agregamos valor ao produto, nutricionalmente falando, proporcionamos qualidade de vida à população da cidade. Eu já estava no CMS e fui ver como era o outro, mas são perfis totalmente diferentes: o COMSEA está engatinhando ainda, tem seis ou sete anos, mas é muito incipiente. Tivemos muita dificuldade para conseguir uma equipe que trabalhasse. O pessoal não estava muito acostumado com o que é ser um conselheiro. Então, não é só ir na reunião, tem que ir atrás

de legislação. Tem que estruturar muita coisa ainda, agora em abril tá terminando o prazo para mandar o Plano Municipal de Segurança Alimentar para Brasília, tem que cadastrar isso. Nós tivemos problemas de documentação, problemas de legislação, então aprendi muito nesse sentido de ir atrás de documentação, de conseguir organizar, da dificuldade que é trabalhar com pessoas. As vezes algumas pessoas acham que porque estão na prefeitura há muitos anos sabem como funciona, e acabaram fazendo redações equivocadas de legislação que nos tumultuaram muito o trabalho, que nos impetraram muito trabalho. E as próprias questões políticas do país nesse momento, a gente enfrentava algumas dificuldades de querer desenvolver algumas ações e ser taxado como de esquerda, ou que estávamos querendo tumultuar, “isso é coisa do fulano e do cicrano”, e não entendiam como ações emancipadoras do povo que produz, de difundir a questão da feira, das hortas comunitárias, da valorização das hortas caseiras, de um temperinho que seja. É preciso começar com algo pequeno para difundir essa cultura. E essa foi a grande dificuldade, mas eu tentei enfrentar esses desafios e acho que a gente conseguiu avançar um pouco, pelo menos a legislação do conselho está organizada agora. Nós fizemos um curso em abril do ano passado com uma promotora de justiça de Curitiba, e estávamos organizando o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, os estágios, estávamos com tudo muito bem encaminhado, então eu até que fiquei satisfeita. Durante esse meu percurso eu consegui avançar e deixar algo sólido para que o pessoal continuasse o trabalho (HELENA, 2018).

Sua fala denota grande conhecimento acerca da dinâmica dos conselhos em toda a sua dimensão, desde o municipal até o nacional, isto se dá, em parte, pela sua anterior representação junto ao CMS, como confirma:

No conselho de saúde nós tivemos um curso de capacitação para conselheiros municipais durante um semestre inteiro, com aulas durante todos os sábados. Era ofertado pela Escola de Saúde Pública do Paraná, da Secretaria da Saúde, e foi elaborado pelo Conselho Estadual de Saúde, inclusive fui convidada pra ser capacitadora de outros conselheiros municipais, mas aí por conta dos meus horários aqui no trabalho, não consegui. Mas foi a partir deste curso, das legislações, LOA, LDO, essa coisa toda, que acabei fuçando um pouco mais na legislação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar Nutricional. Peguei todas as leis, o que tinha em andamento, o que não tinha, e fui fazendo um acervo pessoal desse material. Quando eu saí da presidência, eu passei pro novo presidente, eu dei uma pastinha, uma mochila pra ele, mas era uma pasta com tudo o que eu tinha juntado de projeto, de lei, de legislações, todo o histórico desse material (HELENA, 2018).

A fala da presidente Helena, atrelada à informação sobre seu grau de escolaridade (*stricto sensu*), evidencia uma confiança pessoal e liderança na sociedade civil frente ao poder público, que não é bem visto por este. Afinal, quando se têm representantes conscientes de seu papel nos espaços como os conselhos, a subserviência ao poder público fica prejudicada, pois passa-se a questionar o comportamento do Estado frente às sanções impostas às reivindicações.

Conforme mencionado anteriormente, o simples fato de os conselhos existirem e abrirem caminho para a discussão sobre os recursos públicos é uma

inegável conquista democrática, contudo, expõe-se a fragilidade da participação social e a “frequente submissão a poderes locais dominantes. Mas é praticamente unânime o reconhecimento do potencial de transformação política que os conselhos encerram” (ABRAMOVAY, 2001, p.121). Ademais, evidencia-se o repasse de recursos governamentais vinculados a aprovação dos conselhos como fomentador e disseminador de tais espaços pelo país, sendo que, em sua maioria, os conselheiros não são devidamente capacitados para assumir seus cargos, correlacionando-se a presença das voluntárias representantes da APAE, da Pastoral da AIDS, do CRN, do GAMA a tal arcabouço teórico.

Dentre as fragilidades apontadas, vale ressaltar uma questão polêmica que emergiu a partir dos diálogos por telefone com a conselheira Clarice e, pessoalmente, com a presidente Helena e a secretária executiva dos conselhos, funcionária concursada pela prefeitura municipal, Joaquina, quanto ao decreto nº 7.775, de 1º de Julho de 2015 (MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, 2015), que nomeia os membros do COMSEA do município de Pato Branco, que no item “h” descreve como titular da UBM, a cidadã Sebastiana e como suplente, Clarice (interlocutora da pesquisa). Contudo, nenhuma expressou ciência da existência enquanto pessoa física da titular Sebastiana. Joaquina, Clarice e a presidente Helena, alegam que a referida nunca esteve presente em qualquer atividade do Conselho. Assim, levantam-se questionamentos de tal titulação, relacionado à sua própria existência, devido à inexistência de sua atuação, tal como apontam as narrativas coletadas com a Presidente Helena:

Pesquisadora: Tu falaste da Dona Clarice antes, então gostaria de esclarecer uma questão: quem é Sebastiana?

Presidente Helena: Sebastiana?!

Pesquisadora: De acordo com o decreto de nomeação, ela é a representante titular, a Dona Clarice é suplente.

Presidente Helena: **Nunca apareceu essa Sebastiana.**

Pesquisadora: A Dona Clarice não a conhece, e ninguém soube me responder quem é ela.

Presidente Helena: Não, nem eu. **Nunca apareceu, sempre foi a Dona Clarice que apareceu.**

Pesquisadora: A Dona Clarice disse, “pois é, mas eu nem sei quem que é, eles devem ter errado meu nome que nem erraram em outro conselho que eu tava” (...)

Presidente Helena: **Essa Sebastiana nunca apareceu, nunca ouvi esse nome.**

Pesquisadora: Então tá bom. Ok.

Presidente Helena: Acho que elas confundiram uma coisa com outra (PESQUISADORA, HELENA, 2018. Grifo nosso).

Diante de tais afirmações, seria possível levantar diversas hipóteses que dizem respeito a tal ausência da titular em questão, contudo, essa informação é circunscrita aos diálogos tecidos com as representantes que, com suas percepções, aguçam a crítica de tal falta. Ademais, é insignificante a representação concreta no município por parte da UBM, que é uma entidade nacional relevante para os movimentos de mulheres, que através de suas ideias, luta por emancipação social, contra as opressões e pela defesa dos direitos das mulheres, contra quaisquer discriminações articulando ativistas em todo o país, bem como, no estado do Paraná (UBM/PR, 2018). Assim, a falta de atuação concreta na representação desta entidade no município, pode dificultar o processo para o desmantelamento da lógica patriarcal que perpassa as mais diversas dimensões da sociedade, sendo que esta entidade se fosse atuante, poderia corroborar para o adensamento do debate de gênero no conselho.

Com isso, observa-se a frágil representação de algumas entidades no conselho que também é uma característica observada, com outras peculiaridades, noutros locais do país. Tal como apontado nos trabalhos críticos de Abramovay (2001), quanto às lacunas relacionadas ao preenchimento dos ofícios básicos para os quais os Conselhos foram criados:

O problema é que, na maior parte das vezes, a forma de criação destes conselhos, seus modos de funcionamento e o alcance de suas ações, ao que tudo indica, não estimulam o preenchimento das funções básicas para as quais foram organizados (...) é urgente que se caminhe para mudar o formato atual, que não tem estimulado os conselhos a preencherem as funções para as quais foram concebidos e criados (ABRAMOVAY, 2001, p. 122; 137).

Diversas investigações também têm apontado que órgãos governamentais inspecionam as agendas dos conselhos, reprimindo assim a oportunidade dos integrantes da sociedade civil de direcionar os objetivos das políticas. Tal inspeção da agenda pode ser esclarecida a partir da evidência de que os representantes dos órgãos governamentais integrem ofícios de presidência e secretaria de autoridade executiva nos conselhos (TATAGIBA, 2005).

Nesta perspectiva, vale adensar o debate apontando que os representantes do governo têm predisposição para influenciar significativamente as pautas. De modo geral, tal situação é delicada diante da característica de que os governos

municipais se contrapõem em conceder poder efetivo aos conselhos (FUKS et al., 2004).

É pertinente evocar e ainda atribuir ênfase à informação de que na investigação elaborada, a conselheira Teresa, que ocupa a incumbência de funcionária pública municipal participando do conselho como representante da sociedade civil, atua na instituição a convite da prefeitura de Pato Branco em horários que compõem sua jornada de trabalho, o que permite conectar tal evidência deste relato de pesquisa com as críticas tecidas por Fuks, Perissinotto & Souza (2004), no sentido que existe a possibilidade da invisibilidade da participação popular a partir das relações tendenciosas que podem existir entre funcionários públicos da prefeitura junto ao delineamento das pautas do conselho em debate, tal como corrobora a afirmação desta conselheira: “Eu ia às reuniões durante o horário de trabalho (20h semanais) já que tinha sido convocada pela prefeitura para integrar o conselho” (TERESA, 2018).

Torna-se oportuno elucidar a fragilidade dos conselhos no sentido de que além dos seus integrantes não representarem as classes populares, há fortes evidências de que a ausência de capacitação impacta diretamente na forma que algumas conselheiras representam e participam dos conselhos de modo silencioso, atuando apenas para cumprirem os postulados burocráticos das instituições que representam para os fins de que estas recebam verbas para alimentação. Operando sem nenhuma capacitação ou acesso a informações mais relevantes sobre a importância de seus ofícios no COMSEA. Isso pode ser observado no diálogo com a conselheira Joana:

Foi outra participante na entidade que me convidou para participar do conselho, aí eu falei: *Fulana*, eu tenho medo, porque não conheço nada desta questão política, nunca participei de nada, tenho de perguntar alguma coisa até mesmo referente a APAE e eu não saber responder. **Aí ela brincou e falou assim: olha você já pode ir, porque já vem tudo pronto. Quer dizer, eu caí de paraquedas. Assim, se você me perguntar o que é e o que faz, eu não sei.** Ela me falou que seria uma vez por mês as reuniões. Só que eu dificilmente recebia o convite informando da reunião, nunca recebi e-mail, talvez fosse para o e-mail da APAE, sempre me ligavam na hora da reunião e as vezes eu não podia ir. **A maior dificuldade era não saber o que eu estava fazendo, ser uma leiga sobre o assunto que estava sendo discutido. Eu nunca abri minha boca. Assinava a lista de presença, ficava lá. Eram assuntos que eu não entendia nada. Peguei o bonde andando. Entrava muda e saia calada** (JOANA, 2018. Grifo nosso).

Neste particular, vale ressaltar que o histórico da trajetória da conselheira Joana não apresenta indícios de participação e interesse político de quaisquer

espécies, pois a mesma opera em nível de voluntariado na instituição que representa deste modo. Pode ser possível averiguar em sua narrativa o reconhecimento de certo grau de desconforto e constrangimento em exercer um ofício sem o conhecimento e prática política para executá-lo, corroborando com as evidências de que os conselhos têm representantes que não representam de modo efetivo os setores mais fragilizados da sociedade (PAZ, 2003).

A conselheira Jurema também denuncia este mesmo aspecto frágil do funcionamento do COMSEA, permitindo adensar ainda mais esta crítica dentro da conjuntura municipal analisada:

Pesquisadora: A senhora chegou a participar de algum curso ou palestra que a instruisse para ser conselheira?

Conselheira Jurema: Eu vejo que faltou isso, nem que fosse um: “olha, vamos ter uma manhã de formação”. Acho que posso dizer que nos outros conselhos também é a mesma coisa, o da mulher também não tinha. Não tem essa formação.

Diante das denúncias e contestações das conselheiras Joana e Jurema, que destacam um aspecto de carência de formação para operar no Conselho, é congruente explicitar que entre todas as conselheiras do COMSEA investigadas, ambas não têm formação em curso de nível superior. Portanto, é possível constatar que aquelas conselheiras que obtiveram a oportunidade de formação em nível superior em suas trajetórias expressam maior facilidade para uma compreensão mais abrangente sobre o funcionamento da máquina pública, que lhes permite uma articulação mais elaborada, com um espectro mais ampliado para busca de informações. Esta informação permite conectar o debate à discussão que já foi bastante aprofundada no referencial teórico e na seção da trajetória das mulheres do CMDR, que diz respeito ao fato da escolaridade e renda se tratarem de premissas básicas para que mulheres adentrem com proficiência e competência no campo político.

Contudo, apesar das questões de caráter individual da trajetória de tais conselheiras, que é referente à ausência de formação e capacitação para atuarem com proficiência, também existe o fato de o poder público (neste caso, a prefeitura local) se colocar em posicionamento de antagonismo e resistência à implementação e manutenção dos conselhos. Isto ocorre, pois os interesses da sociedade civil que deveriam ser reivindicados e representados nos conselhos municipais são suprimidos e invisibilizados para que não haja a colisão de interesses para

democratização do poder, conduzindo a tese de que a estrutura de poder público local resiste à tomada de decisões em conjunto com os interesses da população (ABRAMOVAY, 2001; PAZ, 2003). Destarte, pode-se vincular a falta de capacitação das representantes para atuação nos conselhos com a carência de incentivo e fomento do poder público para com um funcionamento adequado das tarefas do conselho e do reconhecimento de sua legitimidade nos processos de decisões políticas.

4.3. Olhares Cruzados Sobre as Representantes do COMSEA e do CMDR

Quando grupos sub-representados, como as mulheres, conseguem alguma representatividade espera-se que levem as pautas do grupo que as apoiou à arena de debate, neste caso, aos conselhos municipais. Quanto maior a representatividade das mulheres e a articulação destas com a sociedade civil, maior a possibilidade de que suas demandas sejam atendidas, ampliando as chances de desenvolver políticas públicas específicas.

A importância dos conselhos está, principalmente, em seu papel de fortalecimento da participação democrática da população na formulação e implementação de políticas públicas¹⁵. Todavia, como nos lembra Silva (2002, p. 128):

[a] participação não é um objetivo naturalmente desejado pela população; ao contrário, deve ser construída numa luta cotidiana contra valores, preconceitos, posições políticas, que negam sua importância e eficácia. E essa luta, em parte, é feita pelos *movimentos* que apostam na “estratégia participativa”.

Outro dos aspectos mais relevantes, ao buscarmos compreender o que acontece no espaço político dos conselhos municipais, é conseguir identificar se o

15 Quando do estudo e elaboração das Políticas Públicas, normalmente o todo é mais importante que as partes, que os indivíduos, que as instituições. Pode-se dizer que as políticas públicas são um campo de conhecimento que busca “colocar o governo em ação”, ao mesmo tempo em que analisa esta ação e realiza mudanças no rumo destas ações quando necessário. “A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real” (SOUZA, 2006, p.26), assim, após elaboradas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, ações, projetos, bases de dados, e sistemas de informações que visam melhorar a qualidade de vida da população.

poder executivo faz um movimento para legitimar as ações dos conselhos e se membros do poder legislativo estão buscando legitimar-se perante seus eleitores através da relação com representantes de determinados temas (SCHULZ et al., 2013). O tom de denúncia apresenta-se em diversos momentos das entrevistas com as mulheres, especialmente, quanto aos aspectos relacionados às dificuldades com funcionários públicos que mantêm forte controle sobre o desenvolvimento das atividades dentro do conselho;

O nosso problema maior era com a secretária do conselho, a Joaquina, que é uma funcionária pública. (...) Ela achava que como secretária executiva da Assistência Social e secretária dos conselhos, ela tinha que controlar informações. Eu achei que era um problema pessoal comigo, mas depois eu conversei com o presidente do conselho do idoso, e ele também teve problema. Então um monte de gente teve problema. (...) O problema é com aquela pessoa, que dificultou muito o nosso trabalho. Aí assim, a gota d'água foi que eles, a menina que fazia as atas colocou as atas da CAISAN junto com as atas do COMSEA, e nós pedimos pra separar, e elas acharam que estavam certas assim, só que a CAISAN é um conselho, e COMSEA é outro, eu não posso fazer um só livro ata, são duas entidades separadas (HELENA, 2018).

Helena prossegue sua explanação sobre as dificuldades enfrentadas junto a Secretaria de Assistência Social, na figura da funcionária Joaquina:

Por exemplo, pra fazer o evento dos agrotóxicos, fizemos um ofício solicitando o Parque de Exposições. (...) Em março, outra funcionária pública me disse: "Helena, não veio esse ofício pedindo o parque". O ofício tinha sido feito e elas não enviaram. Elas deixaram arquivado. O que elas podiam boicotar o trabalho do conselho elas boicotavam. (...) Essa foi a nossa dificuldade. Pra ti ter uma noção, a ata de eleição dos novos membros do conselho e o relatório da reunião, que nós fizemos no GAMA, elas tinham que me trazer para eu assinar, até hoje eu não assinei. A reunião seguinte da eleição dos novos conselheiros que tinham que passar as documentações, ela não me ligou pra avisar da reunião, pra eu passar pra nova mesa diretora, nada. Aí uma menina que assumiu da prefeitura me ligou dizendo que não ia poder ir na reunião, e eu nem sabia! Então fui e levei o material. Quando eu cheguei ela quase me botou pra fora da sala, "o que que tu tá fazendo aqui, tu não é mais do conselho", aí eu disse "eu ainda sou presidente até que esta reunião termine e o novo presidente seja eleito, e eu vim pra passar o material pra esse novo presidente". Porque quando nós fizemos nossa primeira reunião também não tinha ninguém da gestão antiga, que ela não chamou ninguém, e eu acho que isso tá errado, não tem porquê tu não chamar todo mundo, e a mesa diretora antiga se reunir com a nova mesa diretora, dizer qual foi o trabalho que foi realizado, o que que estava pendente, o que precisava ser feito né... (...) Deixei todo o material anotado e passei pra nova diretoria. Porque lá não tinha nada. O que elas boicotavam, e o que elas podiam extraviar, perder, tumultuar como esse caso das atas, elas faziam (HELENA, 2018).

Em tese, o objetivo do CMDR seria a elaboração, por atores representativos de todo o meio rural do município, de um projeto de desenvolvimento. Isso exigiria

que o conselho fosse um espaço que viabilizasse a efetiva participação, mesmo que com a produção de determinados códigos e regras comuns, os quais, apesar de não anularem os conflitos gerados pelas diferenças entre os participantes, pudessem viabilizar a busca de um objetivo comum (MOUFFE, 2003). Assim, baseando-se no relato da conselheira Helena sobre a difícil relação com o poder público, evidencia-se um conflito que não convergiu ao bem comum.

Contudo, esta é uma situação rara de se observar já que as relações entre os membros são marcadas por hierarquias de poder, onde aqueles que têm maior domínio do conhecimento sobre a máquina pública exercem um controle maior sobre as ações destes espaços. Isto se agrava com o fato de as regras institucionalizadas estarem permeadas pelo tecnicismo e pela burocracia, que podem comprometer o diálogo com os participantes que não têm o domínio desta linguagem governamental (NEVES, 1998; KIYOTA, 2007; BOURDIEU, 2011).

As mulheres com maior possibilidade de adentrar ao campo político são as que detêm melhor condição financeira, que lhes permite estudar e ampliar seus conhecimentos técnicos e acerca dos meandros da máquina pública. Muitas são as dificuldades: pouco incentivo a candidaturas das mulheres por parte dos partidos políticos e das políticas públicas do país; pouco conhecimento acerca das formas de participação e representação; dificuldade de articulação política; pouco tempo livre, visto que adentrar a esfera pública não significa amenizar automaticamente as responsabilidades para com o lar e o espaço privado; pouco capital social frente a sociedade que ainda se estrutura em bases patriarcais e machistas, dentre muitos outros.

A divisão sexual do trabalho produziu uma desvalorização do trabalho das mulheres, produzindo um sexismo institucionalizado. Neste sistema divisório e hierárquico, as mulheres ficaram condicionadas ao espaço doméstico e privado enquanto que aos homens foi atribuído o espaço público das relações políticas e econômicas institucionalizadas. Assim, para que as mulheres obtenham maiores índices de representação junto às instituições hegemônicas, tal como os conselhos municipais – que por sua vez, se conectam às instituições de maior hierarquia na estrutura do Estado –, se faz necessário que elas estejam integradas no espaço público, apresentando demandas da sociedade local e estendendo suas influências nas arenas públicas. Através da análise das trajetórias das mulheres se pode contemplar a existência de uma relação entre conhecimento e poder, que permitiu

vislumbrar que quanto maior o nível de escolarização, maior a facilidade de integração junto a máquina pública e maior o poder técnico que passa a ser atrelado a imagem pessoal, resultando em maior poder de tomada de decisão dentro dos espaços pesquisados.

Esta pesquisa também apontou que as representantes com menor grau de escolaridade (técnico e fundamental) tem menor expressividade na representação política – estando ligadas ao trabalho voluntário em entidades assistenciais –, e em sua participação no COMSEA não sabem ao certo como agir, ou que tipo de decisões tomar, optando pelo silêncio.

Os papéis de gênero e sua relação com o público e o privado tem especial destaque no meio rural. Existe na atividade rural uma clara divisão hierárquica, onde os homens são os responsáveis pelas atividades produtivas e a mulheres pelas atividades domésticas, as mulheres podem “ajudar” nas atividades produtivas, mas essa ajuda raramente é recíproca nas atividades domésticas ou reprodutivas (BRUMER, 2004; DEERE e LÉON, 2003; SILVA e SCHNEIDER, 2010). Talvez por tal razão, observa-se tão claramente o incômodo causado entre os homens do CMDR com a presença das representantes mulheres. Afinal, esse espaço público não seria um espaço para elas.

O mesmo não se vê no COMSEA, uma vez que a temática principal – segurança alimentar e nutricional – tem maior relação com o privado, com o cuidado com a alimentação, com o espaço da cozinha, com o papel de gênero historicamente atrelado as mulheres. Assim, sem que as representantes percebam ou compreendam o porquê, fica clara a correlação entre o maior número de mulheres no COMSEA e o menor número no CMDR, atrelado à produção e ao consumo de alimentos e, os papeis de gênero em tal relação.

Paralelamente, a responsabilidade da mulher pela reprodução da família camponesa vai ao encontro dos preceitos da segurança e soberania alimentar. Os excedentes comercializáveis aproximam as mulheres das feiras livres e das vendas para merenda escolar, temas que possuem destaque dentro do COMSEA, sendo estes possivelmente alguns fatores que justificam não só a expressiva participação feminina neste conselho, mas também a participação de uma representante do COMSEA no CMDR.

A participação das mulheres, no que diz respeito à imposição do descrédito e chacota às conselheiras por questões de gênero, foi observado que no CMDR as

conselheiras Natália e Esmeralda relataram a percepção de que havia disparidades hierárquicas, nas quais os homens menosprezavam e as vezes até ridicularizavam (com expressões de deboche) a exposição pública destas nas atividades políticas do Conselho. Contudo, tal situação não foi evidenciada entre as seis interlocutoras que foram investigadas junto ao COMSEA, com exceção da conselheira Natália, que assinalou a percepção de determinado “boicote” de sua atuação a partir de um conselheiro homem, no entanto, a mesma justifica sua percepção alegando que tal sensação é relacionada ao fato de tal conselheiro integrar um partido político de oposição ao que a mesma integra.

Analisando outro aspecto da composição do espaço público, pode-se correlacionar diretamente o poder econômico ao acesso à educação e suas interrelações quando se trata do acesso ao campo político por parte das mulheres com melhor condição financeira. Certamente, a trabalhadora de baixa renda e escolaridade não conseguirá espaço nas arenas de participação com a mesma facilidade que a mulher de classe média ou alta. É uma constante nas pesquisas e estudos nacionais, que os e as representantes não sejam representativos daqueles que deveriam representar de fato, como no caso da AMR no CMDR, denotando uma forma de representação mais elitizada.

É com estas dificuldades de acesso ao campo político e de vinculação de algumas conselheiras ao tema central do COMSEA que se evidencia a interrelação entre suas percepções de gênero e a ausência de pautas relacionadas ao tema nos conselhos. A relação de mediação entre representantes, entidades e representadas, praticamente não existe, exceto pelos casos do Conselho Municipal de Saúde e pelo GAMA, as demais representantes não discutem com suas bases sobre os assuntos abordados nos conselhos. Neste mesmo sentido, podemos mencionar Bourdieu (2014), quando afirma que faz parte do poder simbólico de dominação impedir que o dominado se perceba em tal situação. A da conselheira Esmeralda, tanto com relação a sua representação no COMSEA quanto no CMDR, evidencia que as informações não eram compartilhadas com as entidades representadas nos conselhos:

(...) a gente não faz essa coisa certinha, bonitinha. Quando o assunto era muito relevante eu até falava, mas não era de praxe. A não ser que tivesse algo muito relevante (ESMERALDA, COMSEA, 2018).
É, mas assim não era de praxe isso, porque se não tivesse alguma coisa a ver com a associação, até porque, era uma coisa assim, como te falei, era

muito sigilosa, porque tratavam-se de pessoas, então morria, da minha parte morria ali. Quais as decisões que o conselho tomou em relação a fulano de tal, se recebe DAP, se não recebe DAP, se ganha maquinário, se não ganha maquinário. Então morria ali. Não achava que fosse relevante levar até a associação porque ia ficar muito “ah, fulano recebeu, porque eu não...”, coisa que não ia agregar, que ia talvez trazer um transtorno, então as coisas eram feitas e pronto (ESMERALDA, CMDR, 2018).

As entidades AMR, COOFIPATO, Pastoral da AIDS, CRN e APAE, não tem intermediação entre os assuntos das entidades representadas e a temática de segurança alimentar e nutricional discutidas nos conselhos, muito menos, quanto a gênero. Não existe repasse de informações e as decisões são tomadas de acordo com o entendimento individual das representantes.

Tudo corrobora com a análise de Abramovay (2001), acerca da baixa representatividade, baixa qualidade, desinformação e ausência de conhecimento por parte dos conselheiros municipais em todo o país, salvo exceções com maior escolarização e acessos políticos. Ademais, a hipótese de que os conselhos são criados e mantidos devido a vinculação e recebimento de verbas estaduais e federais, também se confirma em Pato Branco, visto que o poder público local não fomenta o desenvolvimento e participação de lideranças da sociedade civil nestes espaços de representação social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os mecanismos que operam no mundo moderno permitiram que os preceitos de direitos humanos e ampliação das liberdades individuais que, teoricamente sustentam a democracia liberal ocidental, se ampliassem para uma gama de populações que são categorizadas como minorias, entre as quais se encontram as mulheres, que por séculos foram renegadas do direito de existir tal como o homem.

A inclusão das mulheres como cidadãs no processo de participação e representação política na atual conjuntura nacional e internacional é destacada por incontáveis lutas e reivindicações para que seus direitos se ampliem para além dos limites do mundo privado. Estes movimentos de contestação às disparidades hierárquicas existentes nas relações de gênero, propiciados pelo mecanismo de reflexividade engendrado na dinâmica do mundo moderno, viabilizaram, em teoria, que mulheres possam participar em equidade com os homens nas decisões de poder, obtendo acesso ao voto e à representação política.

Apesar dos grandes avanços logrados através das décadas de embate às ideias hegemônicas e à estrutura do patriarcado, discutir a participação e representação das mulheres na política suscita árduos e ásperos debates, em razão da fragilidade e superficialidade desta inclusão que ainda se encontra em construção nas arenas públicas das mais diversas localidades do globo. O referencial teórico apontou as mais variadas dificuldades que existem no Brasil para que mulheres disputem com presença e voz a conjuntura política das esferas municipais, estaduais e nacional, dentre as quais, a estrutura patriarcal e todos os dispositivos da manutenção do poder simbólico que homens tradicionalmente exercem em toda organização social ocidental, culminam em baixos índices de participação e representação política das mulheres, mesmo com a existência de políticas públicas destinadas especificamente para pautas de interesse das mulheres, tal como ocorre no caso de implementação de cotas para esta população participar de modo mais expressivo nas arenas políticas.

Neste enredo, a partir da constituição de 1988 emerge a existência dos conselhos gestores, que foram implementados como mecanismos de participação social e proposição de políticas públicas específicas para determinados grupos ou

assuntos, revigorando a participação democrática da população na formulação e implementação de políticas públicas.

Dentro do debate das relações entre as mulheres e a política, existem pesquisas que evidenciam que os conselhos possibilitam uma participação e representação mais abrangente e significativa das mulheres nas decisões políticas, tal como apontam Lüchmann & Almeida (2010). Assim, estes locais que são apresentados com tamanho potencial para engendrar participação popular ativa e pluralidade de representação para dismantelar as estruturas elitistas e dominantes de poder, promovendo a inclusão dos excluídos e o fortalecimento da democracia popular para o desenvolvimento, permitem a ampliação da atuação das mulheres na política para além da política partidária.

Na conjuntura das discussões suscitadas em torno dos Conselhos Gestores, em suas complexidades e fragilidades de organização interna, muitas vezes são denunciadas características que retratam um turbilhão de relações que não são condizentes com os objetivos da implementação dos conselhos a partir da Constituição de 1988, aspirando um acesso às decisões políticas de modo democrático de fato. Tais relações têm tornado os conselhos como lugares estéreis para germinação da pluralidade e se devem a uma série de vetores, tal como o patriarcado estrutural imperante nas relações políticas e resistência do poder executivo em dividir uma parcela das decisões de poder para com a população civil, sob o risco de perder sua soberania em tal processo.

Diante das fragilidades levantadas, as informações de campo coletadas e analisadas para compor o presente estudo, no que tange à busca e análise da percepção das representantes da sociedade civil que integram o CMDR e o COMSEA quanto às questões de gênero e como elas se refletem na ausência de pautas dentro dos conselhos, foi possível constatar que apesar da promoção da representação das mulheres a partir destas instituições, muitas situações se assimilam ao arcabouço teórico exposto de modo crítico, com o qual foi discutido e contrastado nestes eventos.

Entre as características salientes relacionadas às questões de gênero, uma feição que emergiu em parte significativa das sete conselheiras investigadas, é a característica de uma certa elitização padronizada da representação das mulheres nestes locais. Pois a grande maioria destas mulheres apresentam formação em curso superior e são brancas, que podem estar atreladas às vantagens

socioeconômicas estruturais, as quais propiciam que mulheres de maior renda possam exercer atividades públicas com maior nível de qualificação e visibilidade, assim, os fatores de desigualdade em classe e raça se mantêm como excludentes, mesmo quando associados ao fator de sexualidade.

De todo o modo, estas evidências apesar de não lograrem o objetivo de maior pluralidade de participação e representação política, viabilizam que dentro destas condições mulheres possam sair do mundo privado e atuarem, mesmo com diversas limitações, nos processos de decisões do poder. O acesso à educação formal, experiências junto ao mercado de trabalho (nas quais a maioria apresenta o ofício de funcionárias públicas), permitiu que as conselheiras desenvolvessem diferentes atividades que são estruturalmente concebidas como pertencentes ao espaço público, atribuído socialmente pela dominância e presença masculina.

Apesar de tal discussão se mostrar possível e fecunda para análise junto às representantes da sociedade civil no COMSEA, uma análise diferenciada foi elaborada a partir das informações coletadas, pois o COMSEA apresenta uma grande heterogeneidade em sua composição, reunindo representantes que apresentam trajetórias pessoais e associativas bastante diferenciadas das do CMDR. Deste modo, conseqüentemente, existe um maior número de entidades representativas de sociedade civil selecionadas para a pesquisa no COMSEA que no CMDR.

As características gerais contempladas nas denúncias expressam a submissão dos conselhos aos poderes locais hegemônicos, que são referentes à uma gama de assuntos (ABRAMOVAY, 2001; TATAGIBA, 2002), os quais foram evidenciados: uma titular da UBM que não se fez presente em quaisquer reuniões do COMSEA, que conduz ao questionamento da existência de tal pessoa e também à insignificância da UBM no município; conselheiras desinformadas e sem conhecimento do funcionamento da máquina pública; conselheiras que são funcionárias públicas da prefeitura municipal e representam a sociedade civil, participando das reuniões em horário de trabalho.

Diversas investigações também têm apontado que órgãos governamentais inspecionam as agendas dos conselhos, reprimindo assim a oportunidade dos integrantes da sociedade civil de direcionar os objetivos das políticas (TATAGIBA, 2002). Assim, é possível sugerir que a evidência destes fatos corrobora com Paz (2003) e Abramovay (2001), quando alegam que o poder público se coloca em

posicionamento de antagonismo e resistência à implementação dos Conselhos e suas manutenções para um funcionamento ideal dos mesmos. Isto ocorre, pois, os interesses da sociedade civil que deveriam ser reivindicados e representados nos conselhos municipais são suprimidos e invisibilizados para que não haja a colisão de interesses para democratização do poder, conduzindo a tese de que a estrutura de poder público local resiste a tomada de decisões em conjunto com os interesses da população.

Nesta conjuntura, pode-se afirmar que na trajetória das conselheiras não houve qualquer constatação de vinculação às bandeiras de lutas feministas ou na percepção das mesmas sobre tal questão. Contudo, apesar da inexistência de uma articulação das pautas feministas, o fato das interlocutoras representantes da sociedade civil se tratarem de mulheres, permitiu conectar às discussões que demonstram os Conselhos Gestores como flexíveis à abertura para participação e representação das mulheres, mesmo que os interesses das pautas vinculadas diretamente às mulheres sejam negligenciadas e ignoradas, já que a maioria das conselheiras não estão cientes da estrutura patriarcal que circunda a participação das mesmas na política institucionalizada. E é justamente esta rasa percepção sobre gênero e condição social das mulheres, atrelada a baixa representatividade e formação das representantes, que resulta na ausência de pautas atreladas às mulheres em ambos os conselhos, evidenciando uma lacuna para atuação nestes espaços.

O fato de podermos contemplar a participação das mulheres nos espaços dos conselhos, mesmo observando uma série de irregularidades e sucateamento do funcionamento dos mesmos em sua subserviência aos ditames da máquina pública municipal, aponta as tensões naturais que existem tanto no jogo de poder da conjuntura política local, quanto aos antagonismos que emergem para resistir às inovações. No entanto, o movimento reflexivo que existe no mundo moderno, bem como, a abertura mais abrangente aos direitos democráticos para minorias, permitem que novos embates em prol de uma transformação social mais justa e igualitária sejam efetuados, e neste contexto, a importância deste trabalho pode ser ressaltada, pois para que estes locais de abertura democrática à população civil operem em harmonia com seus postulados institucionais, se faz necessário uma contribuição oriunda dos mais diversos estratos da sociedade, entre os quais, o meio acadêmico pode colaborar expondo as potencialidades e fragilidades dos conselhos

municipais, que adensa e enriquece a produção científica que almeja a inclusão e participação plena das mulheres no campo político.

REFERÊNCIAS

ABERS, R.N.; KECK, M.E. Representando a diversidade: Estado, sociedade e “relações fecundas” nos conselhos gestores. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 52, p. 99-112, jan.-abr. 2008.

ABRAMOVAY, R. Conselhos além dos limites. In **Estudos avançados**. 15 (43), 2001.

APAE. **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais**. 2018. Disponível em: <<http://apae.com.br/>>. Acesso em 20 de jan. 2018.

ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 9. Ed, 1999.

ARENDT, H. As esferas pública e privada. In: **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 31-88.

AVRITZER, L. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.39-82.

_____. Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.561-594.

_____. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 443-464, 2007.

_____. **A Moralidade da Democracia**. São Paulo: Perspectiva, 1996.

BECK, U. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Ed. 34, 2010.

BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização reflexiva**: Política, tradição e estética na ordem social moderna. 2ª edição. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. 8ªed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difusão editorial Ltda. 1989.

_____. **El sentido práctico**. Madrid: Taurus, 1991.

_____. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 5. Brasília, janeiro-julho 2011, p. 193-216.

_____. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. **A dominação masculina:** a condição feminina e a violência simbólica. Rio de Janeiro: BestBolso, 2017.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J-C. **A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino.** Lisboa: Ed. Vega, 2009.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>
Acessado em 20 de set. 2016.

BRASIL. **Decreto Nº 8.243, de 23 de maio de 2014.** Institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social – SNPS, e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm>
Acessado em 20 de jan. 2017.

BRASIL. **Lei Complementar Nº 131, de 27 de maio de 2009.** Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

BRASIL. **Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

BRASIL. **Lei Nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.** Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.

BRASIL. **Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

BRASIL. **Lei Nº 13.104, de 9 de março de 2015.** Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 -Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.

BRASIL. PATO BRANCO. **Decreto Nº 7.775, de 1º de julho de 2015.** Nomeia os membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA, do município de Pato Branco.

BRASIL. PATO BRANCO. **Lei Nº 2.661, de 18 de agosto de 2006.** Institui o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR, revogando as Leis nº 1.683, de 9 de dezembro de 1997, 1.701, de 5 de fevereiro de 1998 e 1.810, de 16 de março de 1999.

BRASIL. PATO BRANCO. **Lei Nº 2.862, de 13 de novembro de 2007.** Institui, reformula e estrutura o Conselho Municipal de Saúde e dá outras providências.

BRASIL. PATO BRANCO. **Lei Nº 3.927, de 9 de outubro de 2012.** Cria o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA do Município de Pato Branco.

BRASIL. PATO BRANCO. **Lei Nº 4.037, de 7 de Junho de 2013**. Altera e acrescenta dispositivos da Lei nº 2.661, de 18 de agosto de 2006, que instituiu o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, Porto Alegre, v. 121, p.205-227, 2004.

CALDEIRA, C. **Mutirão**: formas de ajuda mútua no meio rural. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

CASTELLS, M. Para o Estado-Rede: globalização econômica e instituições políticas na era da informação. In: PEREIRA, L.C.B.; WILHEIM, J.; SOLA, L. (Orgs.). **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: ENAP, p. 147-172, 2001.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Argentina: Nueva Visión, 1974.

CORNWALL, A. **Beneficiary, consumer, citizen**: perspectives on participation for poverty reduction. Gothenburg: SIDA studies, 2000.

_____. **Locating Citizen Participation**. IDS Bulletin, Brighton, v. 33, n. 2, p. 49-58, April, 2002.

CORNWALL, A; COELHO, V. S. **Spaces for change?:** The politics of representation in “new” participatory arenas. Brighton: IDS, p. 1-29, 2004.

COSTA, S. Contextos da construção do espaço público no Brasil. **Novos estudos:** CEBRAP, n. 47, p. 179-192, março de 1997.

_____. **As cores de Ercília:** esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

CRN, CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS, 2018. Disponível em: <<https://www.crn8.org.br/institucional/crn-8/184>>. Acessado em 20 de jan. 2018.

D'OLIVEIRA, M.C.; CAMARGO, M.A.S. Sub-Representação Feminina Como Consequência da Segmentação Vertical: gênero e política em pauta. In: **XVII Seminário Internacional de Educação no MERCOSUL**, Cruz Alta-RS, 2015.

D'ONOFRIO, S. **Pequena enciclopédia da cultura ocidental:** indispensável, os mitos eternos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

DAGNINO, E. **Sociedade civil e Espaços Públicos no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: Daniel Mato (coord.), **Políticas de ciudadanía y sociedade civil em tempos de globalización.** Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, pp. 95-110.

_____. Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva. In **La cultura em lãs crisis latinoamericanas**. Ciudad de Buenos Aires: CLACSO, 2004. p. 195-216.

_____. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Revista Política & Sociedade**. UFSC: Florianópolis, no. 5, outubro de 2004, p 139-164.

DAHL, R. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

DEERE, C. D.; LÉON, M. Diferenças de gênero em relação a bens: a propriedade fundiária na América Latina. **Revista Sociologias**. Porto Alegre: ano 5, nº, p.100-153, 2003.

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford University Press, 2000.

ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 3ª. ed. Editora: Lafonte, São Paulo, 2012.

ESCOBAR, A. **Territorios de diferencia**: lugar, movimientos, vida, redes. Editora Enión, Popayán, Colombia, 2010.

FAVARETO, A.; DEMARCO, D. **Políticas públicas, participação social e as instituições para o desenvolvimento rural sustentável**: uma avaliação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural. São Paulo: PLURAL Cooperativa; Brasília: IICA, MDA, 2002. p. 81.

FRIEDMANN, H. Uma economia mundial de alimentos sustentável. In: BELIK, L.; MALUF, R.S. **Abastecimento e segurança alimentar**. Campinas: UNICAMP, 2000. p.1-21.

FUKS, M.; PERISSINOTTO, R. M. & SOUZA, N. R. (orgs.). **Democracia e participação: os conselhos gestores do Paraná**. Curitiba: UFPR, 2004.

GAMA, **Grupo de Apoio a Mama**, 2018. Disponível em: <http://www.gamapatobranco.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=102>. Acessado em 20 de jan. 2018.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 1981.

HECK, R. M; LANGDON, E.J.M. **Envelhecimento, relações de gênero e o papel das mulheres na organização da vida em uma comunidade rural**. Antropologia, saúde e envelhecimento. In: MINAYO, M.C.S; COIMBRA JR., C.E.A. (orgs). Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 129-151, 2002.

HEIDEMANN, F.G.; SALM, J.F. (org). **Políticas Públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: Editora da UNB, 2009.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Do original Genre, Travail, Mobilités, Centre National de La Recherche Scientifique. Tradução: Fátima Murad. São Paulo: **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n 132, set./dez. p. 595-609, 2007.

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2018. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010>. Acessado em: 05 de mar. 2018.

IPARDES, **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social**, 2018 Disponível em <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85500&btOk=ok>. Acessado em 05 de mar. 2018.

IPU, **Inter-Parliamentary Union. Women in National Parliaments**. Disponível em: <<http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>>. Acessado em: 3 de set. 2016.

KAC, G.; VELÁSQUEZ-MELÉNDEZ, G. A transição nutricional e a epidemiologia da obesidade na América Latina. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, supl. 1, p. 4-5, 2003.

KIYOTA, N. **A representação dos agricultores familiares em espaços institucionais de participação social no sudoeste do Paraná**. Porto Alegre, 2007.

KIYOTA, N. A representação dos agricultores familiares em espaços institucionais de participação social no sudoeste do Paraná – Brasil. **REDES – Revista Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, v.19, n° 1, p 110-129, jan/abr 2014.

KOLLONTAI, A. **Internacional Women's Day**. 1920.

LANDER, E. Marxismo, eurocentrismo e colonialismo. In: BORON, Atilio A. (Org.) **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, 2007. p. 222-260.

LOURENÇO, M.S. Políticas Públicas e Desenvolvimento. In: SILVA, C. L.; MENDES, J. T. E. (ORGs). **Reflexões sobre o Desenvolvimento Sustentável: Agentes e Interações sobre a Ótica Multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 2005.

LÜCHMANN, L.; ALMEIDA, C. A representação política das mulheres nos Conselhos Gestores de Políticas Públicas. **Revista Katál**. Florianópolis, v. 13, n1, p. 86-94 jan/jun. 2010.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2006.

MIGUEL, L.F. Teoria Política Feminista e Liberalismo: O caso das cotas de representação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.15, n.44, p.91-102, out. 2000.

_____ Política de interesses, política de desvelo: representação e 'singularidade feminina'. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n.1, p. 253-267, set. 2001.

MIGUEL, L.F.; BIROLI, F. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14.ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Ed. Sulina, Porto Alegre, 2005.

_____. O desafio da complexidade. In: **Ciência com Consciência**. 13ª ed. Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2010.

MOUFFE, C. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. In: **Política e sociedade: Revista de Sociologia Política**. Florianópolis, v.1, n. 3, out. 2003. p. 11-26.

NEVES, D. P. O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. In: FERREIRA, Ângela D. D.; BRADENBURG, Alfio. **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998. p. 147-167.

ORSATO, A. **Gênero e Democracia: Rupturas e permanências no Orçamento Participativo de Porto Alegre (2005)**. Universidade Federal De Pelotas: Pelotas, 2008.

PASTORAL DA AIDS, 2018. Disponível em:
<<http://www.pastoralids.org.br/quemsomos.php>>. Acesso em 20 de jan. 2018.

PATOB, PORTAL PATO BRANCO, 2018. Disponível em <http://www.patob.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=6537&Itemid=1>. acessado em 20 de jan. 2018.

PAULILO, M.I. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**. v.5, n.28, p. 64-70, 1987.

PINTO, C. Paradoxos da participação política da mulher no Brasil. **REVISTA USP**, São Paulo, n.49, p. 98-112, março/maio 2001.

PISCITELLI, A. Gênero, a história de um conceito. In: ALMEIDA, H. B.; SZWAKO, J. E. **Diferenças, igualdades**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.

PLOEG, J. D. van der. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, Paulo. **Agricultura camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

PLURAL COOPERATIVA DE CONSULTORIA, PESQUISA E SERVIÇOS. **Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural**. Brasília: PRONAF, IICA, 2002.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 2 ed. RJ, Ed. Campus, 2000.

Portal da Transparência. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/controlesocial/ConselhosMunicipaiseControleSocial.asp> > Acessado em 20 set. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO, 2018. Disponível em: <<http://www.patobranco.pr.gov.br/noticias/mulheres-rurais/municipio-reune-cerca-de-400-agricultoras-em-comemoracao-ao-dia-da-mulher/>>. Acessado em 20 de mar. 2018.

RAMOS, G. S. **Leitura feminista da história das mulheres no Brasil**. *Revista Estudos Feministas*, v.21, n.3, p.1232-5, dez. 2013

RAWLS, John (1997). **Uma teoria da justiça**. São Paulo: Martins Fontes.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4 ed. São Paulo: Editora USP, 2009.

SOUSA SANTOS, B. **A difícil democracia: reinventar as esquerdas**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. Introdução geral à coleção. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Democratizar a democracia: Os caminhos da democracia participativa**. 3º edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.13-27.

SOUSA SANTOS, B.; AVRITZER, L. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Democratizar a democracia: Os caminhos da democracia participativa**. 3º edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 39-78.

SCHULZ, R.; RODRIGUES, D.O.; MENDES, A.C. A atuação feminina nos Conselhos da Mulher: um estudo dos Conselhos de Pelotas e de Santa Cruz do Sul/RS. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.7, n.3, p.149-168, set-dez. 2013.

SCOTT, J. Gender: a useful category of historical analyses. **Gender and the politics of history**. New York, Columbia University Press, 1989.

_____. **Gênero, uma categoria útil de análise histórica**. In: Educação e Realidade. Porto Alegre, Faced, UFRGS, 1990.

SEN, A.K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **Desigualdade reexaminada** (Inequality reexamined, 1992). Tradução Ricardo Doninelli Mendes. Rio de Janeiro: RECORD, 2001.

_____. **As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SENADO FEDERAL; PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER. **Mais Mulheres na Política**. Brasília: **Secretaria de Editoração e Publicações** – SEGRAF, 2015.

SILVA, C. B.; SCHNEIDER, S. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R. & MENEZES, M. (Org.) **Gênero e Geração em Contextos Rurais**. Florianópolis/SC, Ed. Mulheres, 2010. p. 183-208.

SILVA, M.K. **Cidadania e exclusão**: os movimentos sociais urbanos e a experiência de participação na gestão municipal em Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

_____. Sociedade civil e construção democrática: do maniqueísmo essencialista à abordagem relacional. In **Sociologias** (UFRGS), Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 156-179.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SOUZA, C. Políticas Públicas: Uma Revisão da Literatura. **Sociologias** (UFRGS), Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

TATAGIBA; L. Conselhos gestores de políticas públicas e democracia participativa: aprofundando o debate. **Rev. Sociol. Polit.** nº. 25. Curitiba: UFPR. Nov. 2005.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em:
<<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-2014/eleicoes-2014>> Acessado em 20 de dez. 2016.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em:
<<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-2016/eleicoes-2016>> Acessado em 20 de dez. 2016.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em:
<<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-2011/eleicoes-2011>>
Acessado em 20 de dez. 2016.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde soc.** vol.19 n° 4, p. 933-945. Oct./Dec. São Paulo, 2010.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1995.

UBM, **União Brasileira de Mulheres**, 2018. Disponível em:
<<http://ubmparana.blogspot.com/p/blog-page.html>>. Acesso em 20 de jan. 2018.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Estado e política sociais no capitalismo: uma abordagem marxista. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n.28, p. 05-32, 1988.

WALLERSTEIN, I. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

YOUNG, I. M. **Inclusion and democracy**. New York: Oxford University Press, 2000.

_____. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, São Paulo, n.67, p.139-190, 2006.

**ANEXO I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) E
TERMO DE CONSENTIMENTO PARA USO DE IMAGEM E SOM DE VOZ
(TCUISV)**

Pesquisa: Trajetória política, percepção e expressão de gênero pelas representantes da sociedade civil no COMSEA e no CMDR de Pato Branco/PR.

Pesquisadoras: Juliane Preslak (mestranda), Norma Kiyota (orientadora) e Josiane Carine Wedig (coorientadora)

Endereço, telefone do local: UTFPR, Via do Conhecimento, Km 1 CEP 85503-390 -Pato Branco -PR - Brasil Telefone: (46) 3220-2511.

A) INFORMAÇÕES

1. Apresentação da pesquisa.

Conselheira, você está sendo convidada a participar de uma pesquisa da Universidade Tecnológica Federal do Paraná -UTFPR, que analisará a trajetória política, a percepção e a expressão sobre gênero, das representantes da Sociedade civil, em dois conselhos municipais da cidade de Pato Branco/PR.

2. Objetivos da pesquisa.

Analisar a trajetória política das representantes da Sociedade civil, a percepção e a expressão sobre gênero **nos** Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e de Segurança Alimentar e Nutricional, no município de Pato Branco-PR.

3. Participação na pesquisa.

Você será entrevistada, podendo ser gravada ou não de acordo com o seu consentimento prévio, e será observada durante as reuniões do conselho, no período de agosto de 2017 até março de 2018.

4. Confidencialidade.

O caráter ético desta pesquisa assegura a preservação da sua identidade e o seu direito ao anonimato. Os dados e materiais produzidos serão utilizados somente para fins acadêmicos.

5. Riscos e Benefícios.

Riscos: Existe o risco mínimo de constrangimento ao responder uma entrevista sobre sua trajetória política, percepção e expressão sobre gênero no conselho.

Benefícios: Você não terá benefícios individuais ou recompensas financeiras por participar desta pesquisa.

6. Critérios de inclusão e exclusão.

Inclusão: Todas as mulheres que integram os referidos conselhos enquanto representantes da Sociedade civil.

Exclusão: Não se aplica.

7. Direito de sair da pesquisa e a esclarecimentos durante o processo.

Você tem o direito de deixar este estudo e de receber esclarecimentos em qualquer etapa da pesquisa. Também tens a liberdade de recusar ou retirar o seu consentimento a qualquer momento, sem penalização.

Assinale o campo a seguir, para receber o resultado desta pesquisa, caso seja de seu interesse:

() Quero receber os resultados da pesquisa.

E-mail para envio: _____

() Não quero receber os resultados da pesquisa

8. Ressarcimento e indenização.

Você não terá despesas de qualquer tipo em qualquer fase do estudo.

ESCLARECIMENTOS SOBRE O COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

O Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (CEP) é constituído por uma equipe de profissionais com formação multidisciplinar que está trabalhando para assegurar o respeito aos seus direitos como participante de pesquisa. Ele tem por objetivo avaliar se a pesquisa foi planejada e se será executada de forma ética.

Se você considerar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você foi informado ou que você está sendo prejudicado de alguma forma, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (CEP/UTFPR). Endereço: Av. Sete de Setembro, 3165, Bloco N, Térreo, Bairro Rebouças, CEP 80230-901, Curitiba-PR, Telefone: (41) 3310-4494, e-mail: coep@utfpr.edu.br.

B) CONSENTIMENTO

Eu declaro ter conhecimento das informações contidas neste documento e ter recebido respostas claras às minhas questões a propósito da minha participação direta na pesquisa e, adicionalmente, declaro ter compreendido o objetivo, a natureza, os riscos, benefícios, ressarcimento e indenização relacionados a este estudo.

Após reflexão e um tempo razoável, eu decidi, livre e voluntariamente, participar deste estudo, permitindo que as pesquisadoras relacionadas neste documento obtenham fotografia, filmagem ou gravação de voz de minha pessoa para fins de pesquisa científica/educacional. As fotografias, vídeos e gravações ficarão sob a propriedade do grupo de pesquisadores pertinentes ao estudo e sob sua guarda.

Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas a minha pessoa possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos. Porém, não devo ser identificada por nome.

Nome Completo: _____

RG: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Telefone: (____) _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Data: ____/____/2018

Assinatura: _____

Eu declaro ter apresentado o estudo, explicado seus objetivos, natureza, riscos e benefícios e ter respondido da melhor forma possível às questões formuladas.

Nome completo: Juliane Preslak

Assinatura: _____

Data: ____/____/2018.

Para todas as questões relativas ao estudo ou para se retirar do mesmo, poderão se comunicar com Juliane Preslak e Norma Kiyota, via e-mail jupreslak@gmail.com ou telefone: (46) 99978-0220.

OBS: este documento deve conter 2 (duas) vias iguais, sendo uma pertencente a pesquisadora e outra a participante da pesquisa.

ANEXO II - CARTA DE APRESENTAÇÃO

Ao senhor Clodomir Luiz Ascari
Secretário Municipal de Agricultura
- C/C – Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural

A senhora Anne Cristine Gomes da Silva
Secretária Municipal de Assistência Social
- C/C Presidente do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional

Apresentamos a mestrande Juliane Preslak, integrante do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional desta universidade, que realizará pesquisa sobre gênero e representação de mulheres em conselhos municipais de Pato Branco-PR, na linha de Regionalidade e Desenvolvimento, sob orientação da Dra. Norma Kiyota e coorientação da Dra. Josiane Carine Wedig.

O objetivo da pesquisa é analisar quais fatores influenciam a participação das mulheres e seus modos de atuação nos conselhos municipais de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar e Nutricional. A pesquisa será realizada através da aplicação de questionários, entrevistas, observação participante e análise de documentos. A previsão de sua realização é no período de março/2017 até janeiro/2018.

Deste modo, solicitamos a colaboração da Secretaria e do Conselho para que a mestrande possa acompanhar as reuniões dos conselhos, realizar entrevistas e acessar documentos produzidos.

Informamos que o caráter ético desta pesquisa assegura a preservação da identidade dos participantes, sendo resguardado o direito ao anonimato. Os dados e materiais produzidos serão utilizados somente para fins acadêmicos. Os resultados da pesquisa serão apresentados aos conselhos ao término da mesma podendo contribuir para subsidiar as atividades realizadas por estes. Não haverão despesas de ordem para a secretaria, para os conselhos e para as participantes, em qualquer fase do estudo, bem como, inexistente qualquer forma de compensação financeira.

Agradecemos vossa compreensão e colaboração no processo de desenvolvimento desta pesquisa.

Se houver qualquer dúvida, por gentileza, contate-nos pelo e-mail jupreslak@gmail.com, ppgdr-pb@utfpr.edu.br.

Cordialmente,

Dra. Marlize Rubin
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional

Dra. Josiane Carine Wedig
Coorientadora da Pesquisa

Juliane Preslak
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional